

NOVEMBRO DEZEMBRO 2008 JANEIRO 2004 Nº 71 R\$ 8,00

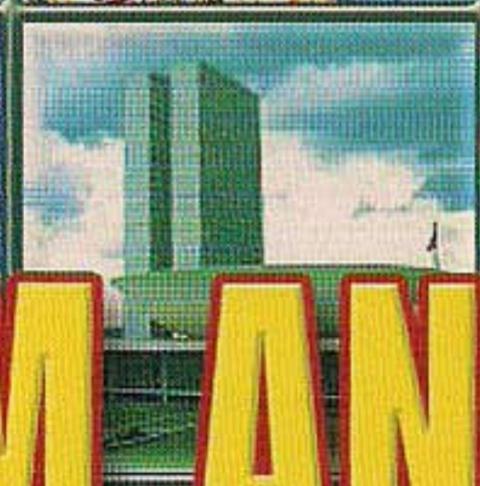
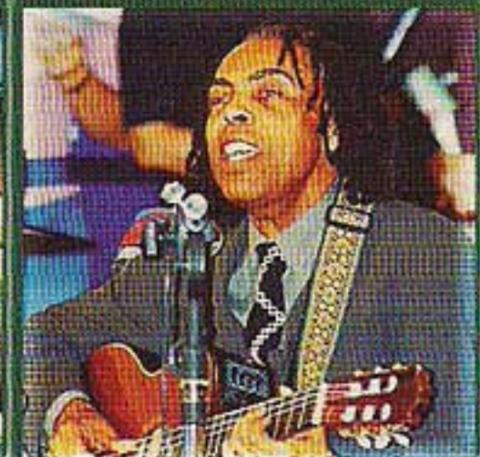
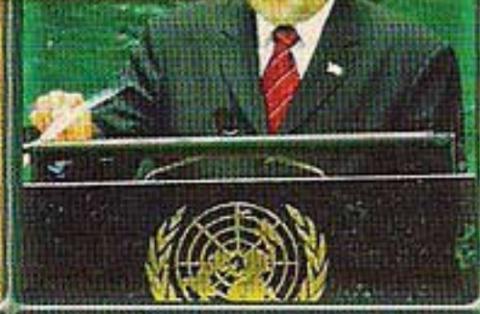
Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Transgênicos e soberania tecnológica

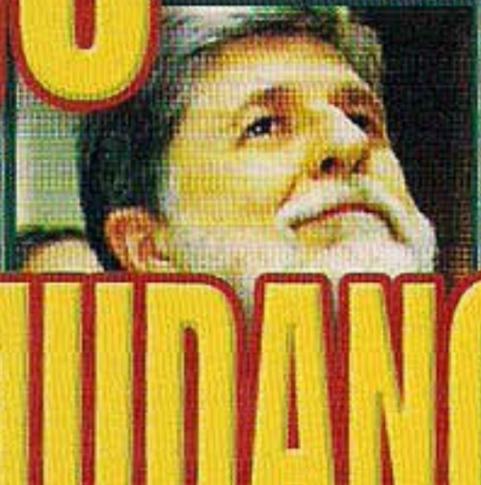
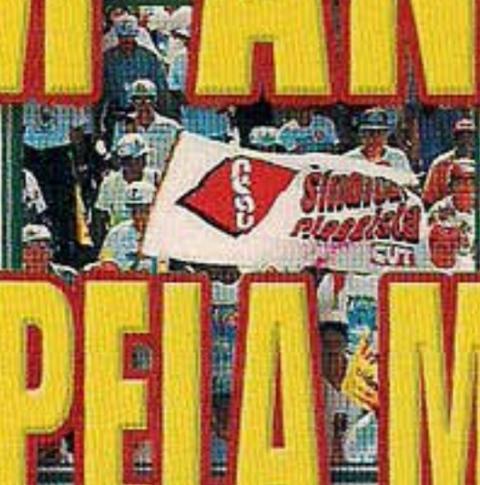
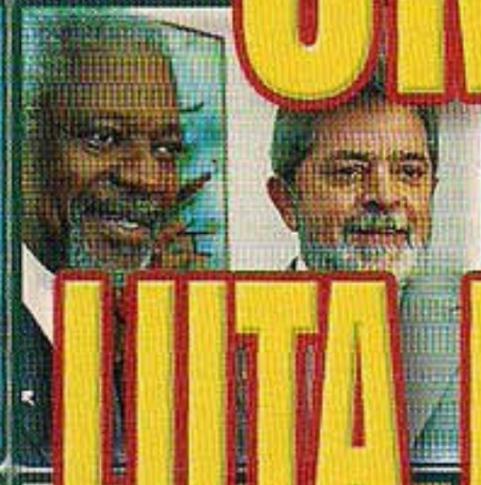
PELA PAZ
CONTRA A GUERRA
IMPERIALISTA

FILIADO A
UNEGB
ASSOCIAÇÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE
**REBELE-SE
CONTRA O RACISMO**



UM ANO

DE LUTA PELA MUDANÇA



Governo Lula:
Momento Decisivo
Renato Rabelo

A Maioria
Parlamentar
Aldo Rebelo

O Desafio do
Desenvolvimento
José Dirceu



**Algumas práticas facilitam
nossas vidas. Outras,
simplesmente mudam.**



Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Revelando toda a criatividade dos brasileiros.

O Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social identifica, premia e difunde iniciativas que promovem transformação social nas comunidades em que são aplicadas. Realizado com o apoio institucional da Unesco, o Prêmio quer tornar boas práticas sociais que são exceção, em regra. Aqui estão as tecnologias sociais vencedoras da segunda edição:

- Grupo da Região Norte: "Farmácia da Terra" - estimula o uso das plantas medicinais no atendimento de saúde básica das comunidades rurais do Amapá.
- Grupo da Região Nordeste: "Sistema Mandalla de Irrigação Alternativa", da Paraíba.
- Grupo da Região Centro-Oeste: "Projeto Surdodum - Na Batida do Silêncio", do Distrito Federal.
- Grupo da Região Sul: "O Ensino da Matemática para Deficientes Visuais, através de utilização do Instrumento Multiplano: Concreto e Virtual", do Paraná.
- Grupo da Região Sudeste I: "Solução Compacta e de Baixo Custo para Tratamento de Esgotos Domésticos", do Espírito Santo.
- Grupo da Região Sudeste II: "Saneamento Básico na Área Rural", de São Paulo.
- Grupo Empresas: "Programa Reciclo", de São Paulo.

Para conhecer com detalhes todas as 225 tecnologias sociais certificadas, acesse nosso *site* www.cidadania-e.com.br. Porque idéias como essas mudam vidas e ajudam a construir um Brasil melhor.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

APOIO INSTITUCIONAL:



PARCERIAS:



PRICEWATERHOUSECOOPERS

A esperança persiste

Eleito sob o compromisso da mudança, o governo Lula completa uma dúzia de meses. A avaliação, neste seu primeiro aniversário, deve levar em conta o grau e em que medida a mudança começou. Mudança como sinônimo de o país desvencilhar-se do neoliberalismo e no seu lugar implementar um novo modelo de desenvolvimento, nacional e democrático, capaz de retomar o crescimento econômico, gerar empregos e distribuir renda.

Nenhuma avaliação, evidentemente, é neutra. José Serra, recém-ungido ao trono do PSDB, por exemplo, julga, com uma hipocrisia de fazer inveja, que o novo governo está levando o país “a um retrocesso lento, gradual e seguro...”. Acometido de uma conveniente amnésia, esquece-se da herança maldita que PSDB-PFL legaram: as finanças da União à beira da insolvência, a economia desnacionalizada e estagnada, o Estado debilitado e o povo sob a tragédia do desemprego, da violência e da miséria.

Já desde 2002, a Frente Lula Presidente apresentou à nação o diagnóstico de que a mudança almejada requer um período de transição. Impossível o novo instaurar-se num átimo e num passe de mágica. Impossível também se chegar a esse novo, se a transição – mesmo que progressivamente – não se movimentar em sua direção.

A travessia não tem sido fácil. O governo seguiu até aqui um percurso sinuoso, derivado da dinâmica regida pelo conflito entre a mudança e o continuísmo. Este confronto, presente na sociedade e no interior do próprio governo, está longe de um desfecho. Daí um cenário prenhe de dubiedades. Pensamentos políticos, realizações e características inovadoras entrecrocaram-se com concepções e ações assentadas no velho modelo fracassado.

Contudo, há muito de positivo a se destacar. Ao contrário da profecia alardeada pelos derrotados, o país não despenhou no caos. Aos poucos, o governo restaurou ao Estado as condições mínimas de governabilidade. Vitorioso, mas minoritário no Congresso, termina o ano com maioria parlamentar. Com habilidade neutralizou-se a ação oposicionista dos governadores, a maior parte deles vinculada ao campo adversário.

A democracia asfixiada no período anterior pelo autoritarismo, alarga-se. Os movimentos sociais, outrora hostilizados, são respeitados pelo governo e começam a se revigorar, a ocupar as avenidas, cobrando e impulsionando as mudanças. A erradicação da miséria e da fome que ceifam a vida de milhões ganhou prioridade de governo.

A soberania nacional, tratada pelo governo FHC como “jargão dos dinossauros”, passou a reger a política externa. Assim, em contendas do porte da Alca e da OMC, salta aos olhos que as relações internacionais do país vão adquirindo altivez e independência. Num mundo marcado pelo unilateralismo, pela guerra, o governo Lula defende a paz e uma nova ordem multilateral. Desdobra-se pela integração da América do Sul e age pela coesão dos países em desenvolvimento.

Mas ao lado destes pontos positivos, o balanço acusa negativamente que a mudança ainda não chegou justamente a um setor que é vital: a política econômica e financeira. Os velhos fundamentos liberais continuam a ditar regras. Em vez de erguer as bandeiras do desenvolvimento e do emprego, grandes aspirações da nação, o Ministério da Fazenda e o Banco Central insistem em superdimensionar o equilíbrio fiscal e absolutizam o pagamento da dívida. Impõem, de acordo com o FMI, superávits primários que impossibilitam os investimentos imprescindíveis à retomada do crescimento econômico e vedam os recursos necessários aos programas sociais.

Apesar das lutas travadas pela mudança, do enfrentamento às adversidades externas e internas, não se cumpriu, ainda, como disse o próprio presidente, “o prometido”. Mas, em alguns aspectos importantes houve avanços e realizações. O essencial é que o povo e o governo continuam dispostos a lutar pela mudança. A esperança persiste!

Brasil

Momentos decisivos para o governo Lula

A luta pela mudança exige mais apoio político e mobilização do povo.

Renato Rabelo

pág. 6

Renato Rabelo durante Fórum Social Brasileiro.



Entrevista

O desafio da retomada de um projeto de desenvolvimento

Entrevista com José Dirceu.

Por Pedro de Oliveira

pág. 12

A construção da base de sustentação parlamentar

Entrevista com Aldo Rebelo.

Por Adalberto Monteiro

pág. 19

A política externa do governo Lula: um balanço preliminar

Entrevista com Luis Fernandes.

Por Edvar Luiz Bonotto

pág. 23

Brasil

Transgênicos e soberania tecnológica agropecuária

Com segurança e controle, o Brasil não pode ficar para trás na pesquisa científica.

Maria Thereza Pedroso

pág. 29

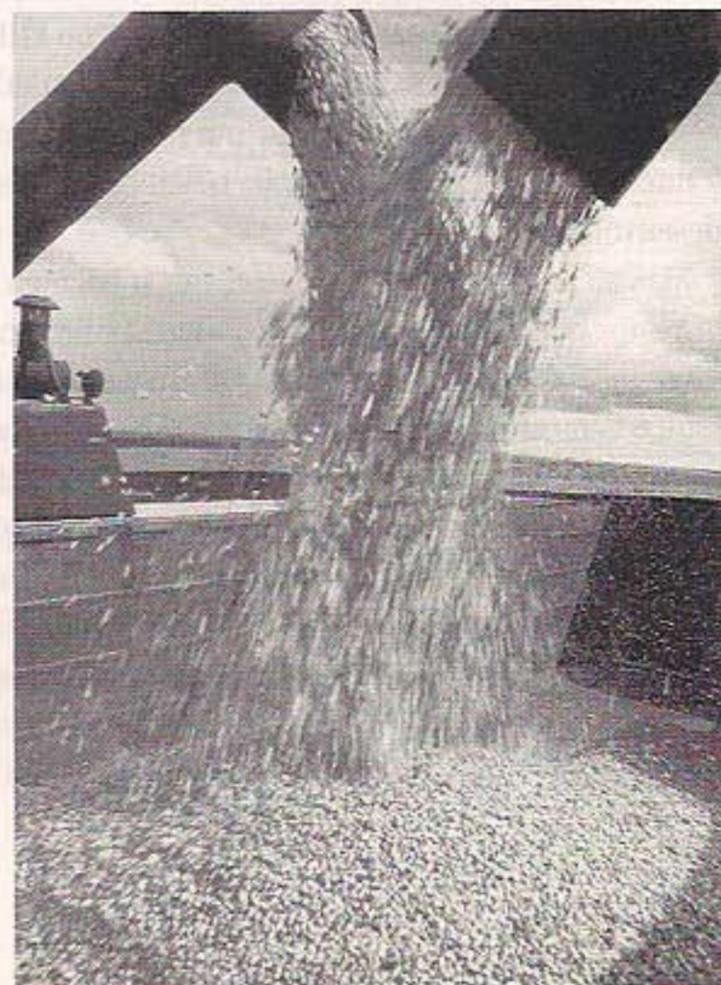
Especial

Crescer e distribuir renda

Análise dos dados divulgados pelo IBGE na publicação Estatísticas do século XX.

José Carlos Ruy

pág. 37



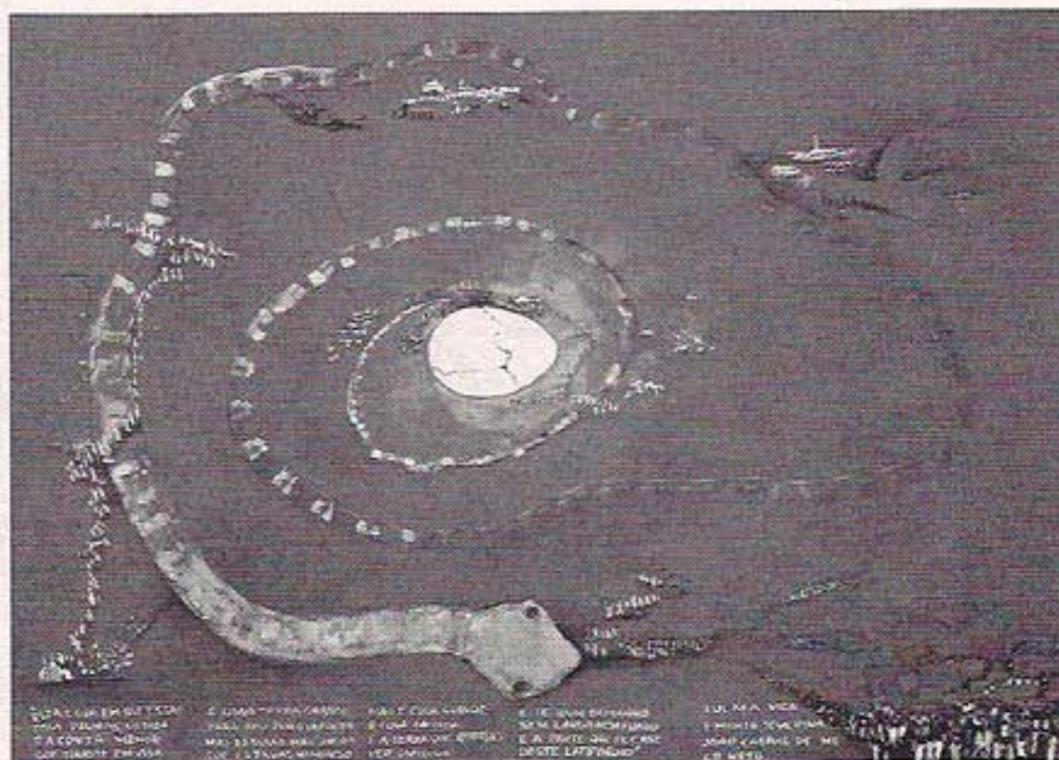
Questão agrária

A necessidade da reforma agrária

Num governo marcado pela disputa, o problema da terra tende a ganhar vulto.

Marcelo Cardia

pág. 48



Questão urbana

A sociedade urbano-industrial e o metabolismo urbano

Elementos para um planejamento global das cidades brasileiras.

Aziz Ab'Saber

pág. 54

Os espaços de lazer na metrópole

O problema se relaciona com a inclusão social e diminuição da violência.

Nadia Campeão

pág. 58

Teoria

A crítica de Marx à naturalização do histórico

No capitalismo, as relações sociais aparecem como se fossem relações entre entidades naturais.

Newton Duarte

pág. 62

Universidade

Imperialismo, universidade e pensamento crítico

A crise do capitalismo acelera o rebaixamento da produção universitária.

Armen Mamigonian

pág. 70

Cultura

Uma gestão cultural transformadora

A cultura permeia as ações da sociedade e deve ser incluída nos programas de governo.

Célio Turino

pág. 73

Resenhas

pág. 78

Cartas

pág. 82

Capa: Flávio Nigro

MOMENTOS DECISIVOS para o governo Lula

Renato Rabelo

É preciso que se continue a formar a convicção e a ampliar o apoio político para que o Estado nacional, dirigido pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, possa jogar o papel que lhe cabe na promoção do desenvolvimento soberano, democrático, voltado para a geração de empregos e a valorização do trabalho



Valéria da Fonseca

Renato Rabelo no Fórum Social Brasileiro.

Passados quase onze meses desde a posse de Luiz Inácio Lula da Silva pode-se ter uma idéia melhor do significado e das perspectivas de seu governo. Desde o início firmamos a idéia de dois parâmetros-chave para a análise da situação os quais têm balizado a postura política do Partido Comunista do Brasil.

Em primeiro lugar a vitória das forças que levaram Lula ao governo tem uma dimensão histórica. Surge em conseqüência do esgotamento do período de mais de 50 anos que se chamou de “era Vargas” e também na crítica à fracassada experiência neoliberal de uma década. Inaugura uma nova etapa para a história do Brasil, mudancista, cujo centro é a construção de um novo projeto nacional-desenvolvimentista, democrático e que vise à melhoria da situação de vida dos trabalhadores gerando empregos e distribuindo a renda nacional. As novas forças sociais e políticas que pela primeira vez chegam ao governo brasileiro têm diante de si um desafio jamais enfrentado.

Em segundo lugar, as forças internas que foram derrotadas na batalha presidencial ainda têm amplo poder na economia, no Estado, na vida política de uma maneira geral e na mídia, o que se constitui em efetiva dificuldade à qual se somam as incertezas e instabilidades do quadro internacional. Não bastasse isto ainda herdamos um país em destroços, altamente endividado, profundamente desigual do ponto de vista social e praticamente estagnado há quase vinte anos. Tudo isso é o que determina que o processo de mudanças contenha elementos velhos e novos, que continuam e continuarão a conviver e a lutar entre si — no próprio governo e na sociedade —, percorrendo um caminho cheio de idas e vindas, por um período que não se pode determinar a priori.

Para avançar neste quadro — e o núcleo principal do governo Lula compreendeu isto desde o início — é preciso formar convicções e acumular forças políticas, no Parlamento, em outras esferas institucionais e, sobretudo, na sociedade. O governo nestes pouco mais de dez meses conseguiu neutralizar a oposição de governadores de importantes estados e deu passos significativos na construção de sua base de apoio no Congresso Nacional, sobretudo com a integração do PMDB. Pode-se dizer que a oposição nucleada pelo PSDB e pelo PFL tende a se aglutinar, mas pode-se dizer também que estes partidos têm encontrado dificuldades para isso, carecem de bandeiras e propostas que os diferenciem e os credenciem diante do povo. O núcleo de esquerda do novo governo — integrado pelo PCdoB — vai se consolidando e conseguindo atrair forças ao

centro do espectro político. Setores ultra-esquerdistas não encontram espaço para expandir sua área de influência.

Tudo isso se constitui em vitória política que embora parcial tem grande alcance para um governo que dá ainda seus primeiros passos. O lance mais importante do embate político que está por vir é o das eleições municipais de 2004. Seu resultado influenciará em muito o desdobra-

As novas forças sociais e políticas que pela primeira vez chegam ao governo brasileiro têm diante de si um desafio jamais enfrentado.

mento da situação em 2005: se as forças da base do governo Lula conseguirem um bom resultado, as mudanças poderão adquirir uma nova dinâmica. Munidas dessa compreensão poderão atuar sem exclusivismos e enfrentar a batalha vindoura com mais chances de sucesso.

Uma situação internacional em mutação tem permitido que a política externa brasileira vá afirmando as convicções de defesa da soberania nacional presentes no governo, na construção de um espaço estratégico sem qualquer pretensão hegemônica. Ao mesmo tempo o país luta para não se deixar isolar e por isso, além de anti-hegemônica a política externa é multilateral visando à inserção soberana do Brasil no concerto das nações. A aplicação de tal política tem se deparado quotidianamente com o hegemônio dos Estados Unidos.

É verdade que os EUA procuram manter o status quo de um mundo só por eles polarizado e hegemônico, cada vez mais por meio das agressões e ocupações militares — agora preventivas, permanentes e contra países muito mais fracos —, sobrepondo-se à Organização das Nações Unidas (ONU) e exacerbando o unilateralismo, subvertendo as normas do direito internacional, enquadrando no alvo da luta antiterrorista quaisquer países que buscam a afirmação de sua soberania nacional nos quais passam a enxergar uma ameaça em potencial.

Mas é verdade também que contratendências — de natureza interimperialista ou antiimperialista — têm atuado de forma cada vez mais acentuada. Isso se manifesta quer nas lutas dos povos pela paz ou contra as intervenções e ocupações militares ⁽¹⁾, quer na busca da autonomia europeia, ou ainda — o que é uma novidade importante — pela luta de uma série de países que, para se desenvolver, têm obrigatoriamente de fugir ao primado sufocante. Entre estes se destacam as chamadas potências médias, pelo tamanho de sua economia, população, território e locali-

zação – China, Rússia, Brasil, Índia, África do Sul.

Alguns abalizados observadores da cena internacional constataam o que seriam indícios de uma nova situação, uma tendência à regionalização – em níveis diferenciados de construção – em oposição à globalização neoliberal, o que é o mesmo que dizer uma tendência à multipolaridade e ao isolamento dos Estados Unidos. Busca-se ainda um novo papel para os organismos políticos e econômicos internacionais

O processo de mudanças contém elementos velhos e novos, que continuam e continuarão a conviver e a lutar entre si – no próprio governo e na sociedade.

que reforcem sua atuação multilateral e os livre da manipulação imperial dos EUA. Quando há alguns anos se falava em tendência objetiva à multipolaridade, imaginava-se três grandes pólos liderados pelos Estados Unidos, pelo Japão e pelas potências européias, respectivamente. Hoje – a novidade – é que podem se conformar blocos dos chamados países em desenvolvimento, na Ásia, na América do Sul e mesmo na África. A situação que vai se gestando tem suas bases econômicas e geopolíticas. Entre outras podem ser alinhadas:

1) Há mostras de um certo esgotamento do “esquema geral” de equilíbrio econômico mundial, ou seja, os grandes volumes de importação de mercadorias pelos Estados Unidos que ajudam a alavancar a economia mundial e provocam grandes e crescentes déficits no balanço de pagamentos norte-americano são cobertos pela via financeira, através da compra de títulos dos EUA pelos países superavitários comercialmente; porém, o volume da dívida está crescendo muito e rapidamente. As dívidas do governo, das empresas e das famílias somadas têm uma magnitude três vezes maior que o Produto Interno Bruto (PIB), o que não é sustentável por longo tempo mesmo com a atenuante de o dólar continuar sendo a principal moeda de reserva internacional denominando cerca de 2/3 das reservas de outros países. O quadro se complica se, ao balanço de pagamentos, soma-se o novo déficit fiscal, ou seja, repete-se agora em escala ampliada o fenômeno dos déficits gêmeos na economia norte-americana, mesmo agora quando se dá uma retomada cíclica. Por aí se explicam as pressões para que os principais parceiros comerciais dos Estados Unidos (especialmente os asiáticos) valorizem suas moedas em relação ao dólar;

2) Na Europa consolida-se a área do Euro, com base na

aliança franco-alemã o que leva tendencialmente ao desgarramento em relação ao guarda-chuva norte-americano, desvalorizando o papel da Otan – aqui a maior novidade fica por conta da postura da Alemanha. Por isso, ensaiam-se resistências à política norte-americana (como por ocasião da invasão do Iraque) e alimentam-se possibilidades de uma aliança da Europa com a Ásia (particularmente com a Rússia, que era a maior ameaça) o que significaria constituir um novo bloco estratégico, a Eurásia; entretanto, a hegemonia única dos EUA subentende a continuação da submissão da Europa, uma Rússia dividida e enfraquecida e uma China cordata;

3) A Ásia vai se constituindo no pólo mais dinâmico do desenvolvimento econômico mundial, em contraste com a semiparalisa das economias centrais e países de outros continentes. Lá já existem várias alianças e mais recentemente foi criada a Comunidade Econômica Asiática, o que tem permitido o desenvolvimento de um grande comércio regional. Na década de 90, em que pese a severa crise de 1997, os 41 países da região se desenvolveram a uma média anual de 6%, taxa que se repete no início desta nova década. Naquele contexto a China, com suas altas taxas de desenvolvimento – baseadas no crescimento da produção industrial simultaneamente ao incremento do comércio internacional –, assume a função de centro gravitacional e continua a acumular forças devendo alcançar a posição de quarta maior economia do mundo por volta de 2010. Por isso tem um papel de crescente importância na arena internacional. Também a Índia tem se destacado. Esses fatos podem trazer modificações substanciais nas relações comerciais, políticas e diplomáticas ao Sul do planeta e uma crescente convergência de interesses entre os países mais avançados deste hemisfério: Brasil, China, Índia, África do Sul. Os interesses das grandes potências de capitalismo desenvolvido também se voltam para a Ásia;

4) A Rússia, país ao mesmo tempo europeu e asiático, após o retrocesso e divisão pós-União Soviética procura se firmar na cena internacional como país capitalista independente, rico em matérias-primas como o petróleo e, mais importante, a única nação que tem poderio atômico à altura de contrapor-se ao dos Estados Unidos. Não é propriamente uma potência em expansão, mas polariza crescentemente seu entorno, busca aproximar-se da Europa e da China podendo desempenhar papel importante em um possível novo equilíbrio no quadro internacional;

5) Na América do Sul, de há muito estagnada e em crise pela aplicação do receituário neoliberal, surge uma onda progressista através do esforço crescente de vários países (nucleados pelo Brasil e pela Argentina) para buscar os caminhos próprios de se desenvolver, enfrentando o hegemonismo estadunidense que, por meio de sua proposta de

Alca, busca elevar a submissão e a dependência. Neste embate é perceptível, no seio dos povos do continente sul-americano, o crescimento de um sentimento antidominação norte-americana. E não só isso, as frentes pelo desenvolvimento soberano se ampliam, porque ao longo das duas últimas décadas criou-se um verdadeiro fosso separando de um lado as pressões dos setores rentistas por juros altos e dos setores que têm dívida em dólar por um câmbio valorizado e, de outro, os interesses dos setores produtivos nacionais que querem juros baixos para produzir e câmbio competitivo para exportar.

Toda essa situação mostra que a nova política externa brasileira se coloca em consonância com o dinamismo da situação objetiva, alinhando-se com as tendências progressistas do mundo atual. Na contramão estaria se deixasse o país preso aos ditames norte-americanos; desta maneira o país ficaria realmente isolado e mais atrasado.

Este é o quadro que tem permitido avançar por meio de iniciativas ousadas e de uma atividade intensa na área externa mesmo quando a correlação de forças ainda mantém as forças progressistas, revolucionárias e socialistas na defensiva. O esforço principal é a busca de uma aliança estável e abrangente com os outros países da América do Sul. Os sinais aparecem na reconstrução do Mercosul e na integração com outros países da América do Sul integrantes da Comunidade Andina, no Consenso de Buenos Aires, nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) onde a convergência de interesses permitiu a formação do G-20 em Cancun, mas, sobretudo, nas negociações da Alca onde o Brasil na defesa dos interesses nacionais se nega a aceitar a abrangência da proposta americana. A postura ativa dos brasileiros se fez presente mais uma vez em Miami agora em novembro, sem se deixar abater pelas sucessivas pressões dos negociadores dos Estados Unidos. Por isso o governo brasileiro ganha prestígio internacional e, de certa forma, aparece como referência para países ao sul do Equador. A evolução da situação externa do país no sentido da nova política externa poderá se constituir em fator importante para a retomada do desenvolvimento.

O outro grande desafio com o qual o governo do presidente Lula se defronta é o de criar as condições internas que possibilitem o desenvolvimento – que implicam em uma política de desenvolvimento e na política macroeconômica propriamente dita. Neste ponto é que se concentram mais vivamente as

grandes contradições da sociedade brasileira e que necessariamente se refletem dentro do governo. Não resta dúvida de que as turbulências do período da passagem de governo foram contornadas assim como a recessão dos primeiros seis meses vai dando lugar a uma retomada da atividade econômica. A inflação está sob controle; a balança comercial apresenta um superávit recorde – o que possibilitará que o país tenha em muitos anos superávit nas transações correntes do balanço de pagamentos; as ações da Bolsa de Valores de São Paulo vêm se valorizando; há indícios de retomada em alguns setores da indústria, assim como certa redução da taxa de juros básica. As empresas e o governo vêm conseguindo captar um volume razoável de recursos no exterior e rolar satisfatoriamente suas dívidas.

Estes fatos têm gerado pontos de vista em alguns setores oficiais ⁽²⁾ que só vêem rosas pela frente: o pior haveria passado e, com a confiança recuperada e com os hoje “sólidos fundamentos” da economia brasileira, estaria se descortinando um quadro de diminuição consistente da relação dívida pública/PIB. Sem dificuldades para financiar as contas externas do país em 2004, a queda dos juros reais de médio prazo dos atuais 10,5% para o patamar de 9% já seria satisfatória para possibilitar a retomada. Assim estariam dadas as condições para o caminho do desenvolvimento e crescimento sustentado com índices de 3% ou mais em 2004 e ainda mais elevados nos anos seguintes.

Porém, aqui cabe fazer uma discussão das perspectivas deste processo, sua consistência e sustentabilidade para



Passeata durante o FSB.

que não se caia em ufanismo estéril diante dos resultados imediatos – o que, evidentemente, prejudica a busca de soluções verdadeiras para questão de tal envergadura.

A primeira pergunta que nos ocorre é: que medidas foram tomadas em 2003 para que houvesse algo realmente diferente do que tem acontecido nos últimos anos, que pudesse abrir uma perspectiva melhor que os resultados do PIB brasileiro de cerca de 1,5% tanto em 2001 como em 2002 e do 1,0% em torno do qual deverá ficar no ano em curso? O caminho escolhido pela equipe econômica do novo governo foi a continuidade e reforço da austeridade fiscal a fim de superar o desequilíbrio fiscal. Perseguindo as metas fiscais (seus membros não cansam de repetir) ⁽³⁾ se conseguiria a estabilização da relação dívida/PIB e estariam dadas as condições para o crescimento. Acontece que mesmo com os altíssimos superávits primários esta relação volta a crescer para um patamar pouco menor que 60%, sobretudo porque

o PIB, o denominador da fração, está estagnado mas também porque o numerador, a dívida pública, tem crescido.

A melhoria de tal relação que preparasse um ciclo de recuperação só pode se dar com a estabilização ou diminuição da dívida ao mesmo tempo em que crescesse o produto. O crescimento – insiste-se –, fundamenta-se no volume dos investimentos. E eles têm decrescido, travados pelo modelo intrinsecamente recessivo, monopolizado pelos interesses do capital financeiro.

Segundo o IPEA, esta é a tendência dos últimos anos medindo-se os investimentos pela taxa de formação bruta de capital fixo que se situou em 18,5% em 2002 e poderá ficar em 17,6% em

2003. Tem de fato havido alguma queda da taxa de juros básica — considerada tímida por muitos segmentos do setor produtivo —, mas o Brasil continua a ostentar o recorde do spread bancário no mundo, 49,2% de diferença entre os juros pagos pelos bancos na captação de recursos e as taxas de empréstimos, segundo estudo do Banco Mundial recentemente divulgado. ⁽⁴⁾ Neste quadro, em que pesem os esforços do BNDES, as aprovações de projetos industriais aprovados na carteira desse Banco somaram até setembro corrente R\$ 5,3 bilhões contra R\$ 11,7 bilhões no mesmo período do ano

passado. Se a estes números se somam os dos setores agropecuário, infra-estrutura, comércio/serviços e educação e saúde, foram aprovados na carteira do Banco projetos no montante de R\$ 19,593 bilhões contra R\$ 29,189 bilhões comparados os mesmos períodos. Nas duas últimas décadas o custo relativo do investimento foi 28% maior que em 1980 e 41% mais alto do que no período de 1964-1980. ⁽⁵⁾ Mais recentemente, a insistência da diretoria do BNDES — que junto com outros setores do governo tem procurado elaborar e implementar uma política de desenvolvimento consistente — para capitalizar o Banco a fim de atuar mais fortemente no fomento ao desenvolvimento em 2004, tem esbarrado na blindagem que constitui hoje a Secretaria do Tesouro vinculada ao Ministério da Fazenda a qualquer projeto que tenha um viés de crescimento.

Mas haveria de se perguntar por um outro viés: qual a possibilidade de uma retomada efetiva pela via do consumo quando se divulgam números tais como 13% de desemprego aberto e uma queda de 14,6% no rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas em setembro último comparado com setembro de 2002, nas seis maiores regiões metropolitanas do país? Quando na Grande São Paulo há dois milhões de pessoas desempregadas? A atual disponibilidade maior de crédito poderá se limitar a um surto de compras de final de ano, porque não está acompanhada de algo maior que provoque a criação de empregos sólidos e a valorização do trabalho. Os lucros recordes, de janeiro a setembro do Banco Itaú, R\$ 2,29 bilhões e do Bradesco R\$ 1,6 bilhão, para não falar dos outros bancos, aparecem como contraponto chocante à situação social e à expansão do capital produtivo.

Talvez estejamos a assistir o início de mais uma precária fase expansiva dentro da lógica do *stop and go* (pequenos crescimentos e estagnação) própria da política macroeconômica em vigor. A nossa maior preocupação vem do fato de que um exame mais apurado da realidade mostra que grandes desequilíbrios macroeconômicos — dívidas e déficits — permanecem e continuam a trazer efeitos nocivos ao objetivo do desenvolvimento. Ao longo dos últimos anos o financiamento da economia dava-se pela alternância das vias de superávit comercial desligado do crescimento ou endividamento externo e interno. A novidade do momento é que se combinam simultânea e perigosamente os dois caminhos.

De janeiro a setembro deste ano, as despesas do setor público com juros atingiram R\$ 113,9 bilhões — 10,14% do PIB. Por isso, mesmo com o superávit primário tendo atingido R\$ 57,1 bilhões de janeiro a setembro, superando a meta acordada com o FMI, acumulou-se neste período um déficit real de R\$ 56,8 bilhões, 5,06% do PIB. E, ao contrário do que

As grandes contradições da sociedade brasileira, e que necessariamente se refletem dentro do governo, dizem respeito a que política de desenvolvimento e que política macroeconômica devem ser adotadas.

se tem procurado induzir, as contas externas em 2004 são altamente preocupantes porque há pesados compromissos relativos a parcelas da dívida externa a amortizar – 30,1% da dívida externa privada de US\$ 67,6 bilhões, assim como 12,8% da dívida pública de médio e longo prazo de US\$ 130,004 bilhões vencem ano que vem – além do pagamento de juros, remessas de lucros e dividendos, advindos de um passivo externo situado em cerca de US\$ 450 bilhões.

Segundo o Banco Central, as fontes totais de recursos externos para 2004 deverão suprir necessidades de US\$ 46,9 bilhões contra US\$ 28,4 bilhões em 2003, ou seja, uma significativa ampliação da necessidade de financiamento da economia. Como os fluxos de capital têm diminuído (este ano os investimentos estrangeiros diretos dificilmente atingirão os US\$ 10 bilhões) e as reservas internacionais brasileiras em termos líquidos no final de setembro eram de apenas US\$ 16,16 bilhões não há outra solução – dentro do modelo – que não seja contrair mais dívidas. Neste contexto é que se coloca a necessidade da renovação do acordo com o FMI “por precaução” diante dos “humores imprevisíveis” do mercado financeiro internacional.

O problema maior que o governo enfrenta é a busca da superação da ambigüidade entre ter de um lado uma política externa nova e progressista somada aos esforços de vários setores por uma política efetiva de desenvolvimento baseada nos investimentos em infra-estrutura e, por outro lado, executar uma política macroeconômica ortodoxa, conservadora, que não é capaz de compatibilizar a estabilidade com o crescimento. No Brasil o desenvolvimento a taxas bem mais altas se mostrou historicamente possível; hoje, ele é extremamente necessário após duas décadas de estagnação. O novo acordo com o Fundo Monetário Internacional é mais um complicador desta equação porque propõe manter o centro da política econômica no ajuste fiscal e não no crescimento.

A qualquer aceno de mudança de rumo da política macroeconômica atual aparece logo o “mercado” a ameaçar com o fantasma de uma nova crise. É que os grandes credores do capital financeiro adquiriram com o neoliberalismo o poder de pressionar exatamente neste sentido. Podem promover a fuga de capitais, negar-se a rolar os títulos públicos internos ou externos, podem deixar de investir, subir a avaliação de risco do país ou ainda promover movimentos especulativos na Bolsa de Valores e no câmbio. Essa atividade eminentemente política para a manutenção do status quo que só a eles beneficia, é respaldada pela maio-

ria da grande imprensa, pela oposição e mesmo por gente que ocupa cargos-chave dentro do próprio governo.

Neste momento, em que não há um caminho propriamente consolidado, é importante insistir na mudança de orientação da política macroeconômica. Para tanto, em primeiro lugar seria preciso recuperar o papel insubstituível que o Estado brasileiro deve ter como protagonista do desenvolvimento nacional, traçando autonomamente a política macroeconômica, promovendo e destravando o investimento público e privado.

Mas seria igualmente necessário examinar uma série de

O novo acordo com o Fundo Monetário Internacional é mais um complicador porque propõe manter o centro da política econômica no ajuste fiscal e não no crescimento.

outras orientações como a possibilidade de um controle seletivo na conta de capitais de forma a impedir movimentos especulativos, a diminuição significativa das taxas reais de juros de forma a possibilitar a reprodução do capital produtivo ou ainda a busca efetiva da diminuição e melhoria dos perfis das dívidas externa e interna.

Caso contrário, é possível que na próxima crise externa, no primeiro gargalo que surgir (de transportes ou energia?), ou na primeira ameaça de inflação um pouco maior, os juros voltem a subir ainda mais e que a meta de superávit primário seja ampliada. ⁽⁶⁾

Por isso é preciso que se continue a formar a convicção e a ampliar o apoio político para que o Estado nacional, dirigido pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, possa jogar o papel que lhe cabe na promoção do desenvolvimento soberano, democrático, voltado para a geração de empregos e valorização do trabalho – aspiração maior do povo brasileiro. ☺

Renato Rabelo é Presidente Nacional do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.

Notas

(1) O enorme e moderno poderio militar norte-americano tem se mostrado eficaz nos momentos de agressão através de sua aeronáutica e marinha, mas enfrenta grandes dificuldades em terra para garantir a ocupação de espaços que os Estados Unidos julgam estratégicos.

(2) Ver o pronunciamento de Henrique Meirelles no Congresso Nacional em 29 de outubro de 2003.

(3) O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, por exemplo, tem dito que o ajuste fiscal é o motor da retomada.

(4) Relatório “Fazendo negócios em 2004: entendendo a regulação”.

(5) Dados do economista Armando Castelar do IPEA, *Gazeta Mercantil*, 28/10/03.

(6) Ver o artigo de João Sayad, intitulado “Brigitte Bardot”, na *Folha de S. Paulo*, de 10/11/03.

O desafio DA RETOMADA DE UM projeto de desenvolvimento

Por Pedro de Oliveira



Arquivo

O ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, expõe para os leitores de Princípios alguns elementos de análise dos primeiros meses do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O imenso desafio de construir, em meio a medidas emergenciais para enfrentar a herança maldita, legada pelos governos liberalizantes e desnacionalizantes de Fernando Henrique Cardoso, um novo caminho de desenvolvimento nacional aparece como prioridade no momento

Quando a revista estiver circulando estaremos às vésperas de comemorar o primeiro aniversário do governo Lula – naturalmente um tempo de balanço. Qual a avaliação preliminar que o senhor faz deste primeiro ano de governo?

José Dirceu – Todos sabemos o que significa assumir o governo de um país da dimensão do Brasil, na situação internacional atual. As circunstâncias são de uma herança não só de uma grave crise social, de desemprego, mas – talvez tão grave como a crise social –, do desmantelamento do Estado brasileiro.

Nós temos a convicção de que estamos no caminho correto, que fizemos o que era importante neste primeiro ano: dar governabilidade; conquistar maioria no Parlamento; fazer a reforma tributária e a previdenciária; preparar o país para as reformas política, do Judiciário e trabalhista; reorganizar o aparelho administrativo; retomar a função dos bancos públicos; reorganizar o marco regulatório para investimentos no país, até porque aprovamos uma nova Lei de Falências. Superamos a crise de confiança, superamos a instabilidade, controlamos a inflação e iniciamos um processo de reorganização do Estado brasileiro. Mas temos um grande desafio pela frente: o crescimento econômico com distribuição de renda. E trata-se de um desafio que não se resolve sem uma grande mobilização nacional, sem um grande projeto de desenvolvimento nacional.

Acredito que fizemos mais do que era possível porque receber uma economia como a brasileira, com a crise que ela vivia, e reorganizá-la, como a estamos reorganizando – buscando, ao mesmo tempo, não só garantir o diálogo e a parceria com a sociedade –, é implementar

uma visão de democracia que vai além do governo e do Estado. Porque uma das características importantes do nosso governo é o diálogo com a sociedade civil organizada, é a parceria com a sociedade civil organizada, é o chamamento à sociedade para que enfrente os problemas sociais e econômicos do país. Nós não acreditamos que seja possível superar os problemas num país com a dimensão do Brasil apenas a partir do Estado, apenas a partir do governo.

Sem uma participação ampla, geral e irrestrita da sociedade brasileira, da sociedade organizada, não será possível superar esses desafios.

Este foi um ano de preparação para as mudanças e, nele, o conservadorismo imposto pela blindagem deixada por Fernando Henrique Cardoso constituiu o grande obstáculo às

“Precisamos virar a página das reformas e entrar em outra agenda. O país precisa de emprego, investimento em saneamento e habitação, precisa resolver seu problema da reforma agrária, e precisa equacionar o problema da segurança pública, que está ligado aos investimentos urbanos e ligado ao problema educacional.”

mudanças. Nesse contexto, quais os fatos positivos a destacar?

José Dirceu – Quando vencemos as eleições, o fizemos com uma aliança de centro-esquerda e com uma aliança com importantes setores do empresariado brasileiro. Havia e há uma expectativa não só de uma retomada do desenvolvimento econômico, do crescimento econômico do país, mas, principalmente, de um novo papel para o setor produtivo e uma recomposição do papel do Estado. O Brasil é hoje um país com baixo nível de investimento, tanto privado nacional, como

tivemos que elevar o superávit primário para 4,25% do Produto Interno Bruto, cortar gastos de R\$ 14 bilhões, cerca de US\$ 4,5 bilhões, US\$ 4 bilhões, no Orçamento do ano de 2003, mas conseguimos reduzir uma inflação projetada de 30% ao ano para uma inflação, já este ano, de menos de 8% e, no ano que vem, uma inflação de 6%. O país estava com o dólar a R\$ 4,00, sem nenhuma estabilidade, e hoje tem o dólar estável a R\$ 2,80; e tinha uma taxa de risco que, na verdade, impossibilitava o crédito internacional. E o país, pela primeira vez, não só não conseguia crédito internacional, como também as empresas

privadas, que devem US\$ 130 bilhões, não conseguiam renovar esses créditos, o que levou o país, pela terceira vez, em menos de cinco anos, ao Fundo Monetário Internacional; ou seja, o Brasil, de 1997 a 2002, quebrou três vezes. Nós conseguimos, então, reduzir a inflação, baixar o risco-Brasil, estabilizar a economia e fazer o Brasil voltar a ter credibilidade no mundo, o que é muito importante.

“Temos um grande desafio pela frente: o crescimento econômico com distribuição de renda, que não se resolve sem uma grande mobilização nacional, sem um grande projeto de desenvolvimento nacional.”

estrangeiro, como investimento público. Na verdade, o Estado brasileiro hoje não poupa, retira a poupança da sociedade, dado o elevado grau da dívida. Nos últimos anos, o setor financeiro público – que é composto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, como diz o nome, é um banco de desenvolvimento, de investimentos a médio, e longo, prazos, para exportação, para substituição de importações e para a infra-estrutura –, perdeu o seu papel de banco de fomento e passou a ser mais um banco comercial que, por incrível que pareça, passou a financiar privatizações, passou a financiar, inclusive, a desnacionalização da economia.

O setor público conta ainda com outros dois bancos: o Banco do Brasil – segundo maior banco do país – e a Caixa Econômica Federal. O primeiro destinado ao financiamento da agricultura e da agroindústria e, o segundo, ao financiamento da habitação e do saneamento. A reorganização desse setor público para garantir o financiamento à infra-estrutura, às exportações e às pequenas e médias empresas, e a reorganização do aparelho de Estado, da Administração Pública brasileira, foram, talvez, as duas iniciativas mais importantes do nosso governo. Elas dão a base para a retomada do projeto de desenvolvimento nacional.

O país teve que enfrentar um ajuste econômico. Nós

Nós temos ainda as ações para o pequeno agricultor – pela primeira vez foi feita uma renegociação das dívidas dos pequenos agricultores, o apoio à agricultura familiar –; além dos empréstimos para trabalhadores e aposentados descontados direto na folha de pagamento; empréstimos para a compra de eletrodomésticos da chamada “linha branca”; microcrédito; garantia da compra da produção agrícola do semi-árido pelo programa Fome Zero – um dos maiores programas de combate à fome do mundo, e ele vai atingir praticamente todos os municípios do semi-árido até o final do ano –; temos a reforma agrária; programa de cisternas; programa de apoio a uma série de iniciativas comunitárias que existem; e temos a unificação dos programas sociais, com um cartão único e um cadastro único, que vai atingir onze milhões de famílias até 2007 – este não é só um programa de transferência de renda, mas que busca a dignidade do cidadão, porque ele tem contrapartidas como: colocar a criança na escola, alfabetização de adultos, vacinação, pré-natal, presença nos postos de saúde e o trabalho voluntário, quando for o caso. A necessidade era unificar os programas porque isso vai economizar quase meio bilhão de reais; imaginem, vários cadastros, cadastros superpostos, cadastros com muita fraude, porque alguns foram idealizados em época eleitoral e isso tem uma margem grande de fraude, de politicagem. Acho que foi correto o que fizemos e

nós demos um salto muito grande, melhorou.

Como tem sido o esforço para a construção da base de sustentação política do governo no Congresso? O governo já considera possuir maioria parlamentar sólida?

José Dirceu – O esforço tem sido no sentido de dialogar tanto na Câmara quanto no Senado e formar uma base de apoio que possa dar sustentação à implementação dos programas e políticas do governo, porque é a unidade interna que vai nos dar condições para não só retomarmos de maneira consistente o programa de desenvolvimento nacional como também nos dará condições para lutarmos externamente – na Alca, por exemplo. Nós temos maioria no Congresso, já demos mostras disso, mas é sempre bom deixar claro que o Congresso é soberano em suas decisões. Por isso o diálogo é constante.

O governo Lula está empenhado em articular uma ampla aliança internacional, integrando a América do Sul e estreitando laços com países como África do Sul, Índia, China, Rússia, procurando pavimentar um caminho alternativo ao mundo neoliberal. Enfrenta fortes pressões externas – dos Estados Unidos –, e internas. Há relação entre essa política externa ousada e a retomada do crescimento em nosso país?

José Dirceu – Integrar a América do Sul, integrar a sua infra-estrutura de comunicação, de transporte, de energia, integrar a América do Sul do ponto de vista político, buscar uma moeda única, buscar uma política macroeconômica única tem que ser o objetivo da política externa brasileira.

Isso significa não só presença política, comercial, diplomática e cultural no mundo. Significa tam-

bém uma grande oportunidade para o Brasil e os países da América do Sul. A aliança estabelecida com o G-3, com a África do Sul, a Índia e o Brasil e as novas relações com a China e com a Índia, a postura do Brasil na discussão da Alca e a nossa postura na Organização Mundial do Comércio significa que o Brasil começou a andar com as suas próprias pernas. Mesmo com os Estados Unidos, que é a maior potência militar, tecnológica, econômica e cultural dos últimos cem anos, há

“Conseguimos reduzir uma inflação projetada de 30% ao ano para uma inflação, já neste ano, de menos de 8% e, no ano que vem, uma inflação de 6%.”

uma relação sem o confronto ideológico e sem transformar o contencioso comercial e político que temos, em disputa ideológica. O Brasil mantém, a exemplo da Venezuela – o exemplo das negociações que estamos fazendo na OMC é claro –, uma postura de soberania e independência.

Foi por isso que optamos por uma negociação associada com Argentina, Uruguai e Paraguai e, depois, evoluída para o G-22. Por isso optamos por uma posição, em

Dirceu: “Precisamos virar a página das reformas e entrar em outra agenda.”



“Por isso nós estamos retomando o papel do Estado na economia. Essa tese de que o mercado por si só resolve o problema da desigualdade, resolve o problema de uma nação, de um país, não é verdade.”

Cancun, firme, determinada, na OMC, pois não é mais possível, não há como os países da América Latina e da África, os países em desenvolvimento, aceitarem as atuais regras do comércio internacional. E não é possível nos pedir que aceitemos um acordo que não seja comercial, mas que é um acordo de investimentos, um acordo de propriedade intelectual, um acordo de compras governamentais; ou seja, um acordo que desenhará as possibilidades e probabilidades de cada país se desenvolver nos próximos 25 anos, sem nenhuma reciprocidade com relação à dívida dos países, com relação ao acesso a mercados, com relação ao acesso à tecnologia, com relação ao acesso a investimentos. Falando sobre a América Latina, é pedir demais para nós que já demos muito para o crescimento e o desenvolvimento da humanidade nos últimos 500 anos.

Então, o Brasil está constituindo, na América do Sul, um Fórum de presidentes da América do Sul, fortale-

cendo o Mercosul. Constituiu o G-3 com a África do Sul e com a Índia, e está num diálogo com a Rússia e com a China. Todas essas reuniões, viagens, esses acordos que o presidente tem firmado, visam exatamente a isto: fortalecer a posição do Brasil no mundo porque nós precisamos de mais comércio e menos protecionismo, mais investimentos no Brasil, mais acesso à tecnologia; e também melhorar o mundo porque o mundo acabou de passar agora por uma guerra no Iraque e a ONU saiu enfraquecida desse episódio. Nós temos problemas graves de fome, miséria – apesar desse enorme, extraordinário e talvez nunca visto desenvolvimento científico e tecnológico. Nunca a humanidade teve tantas possibilidades de ter bem-estar social, mais felicidade...

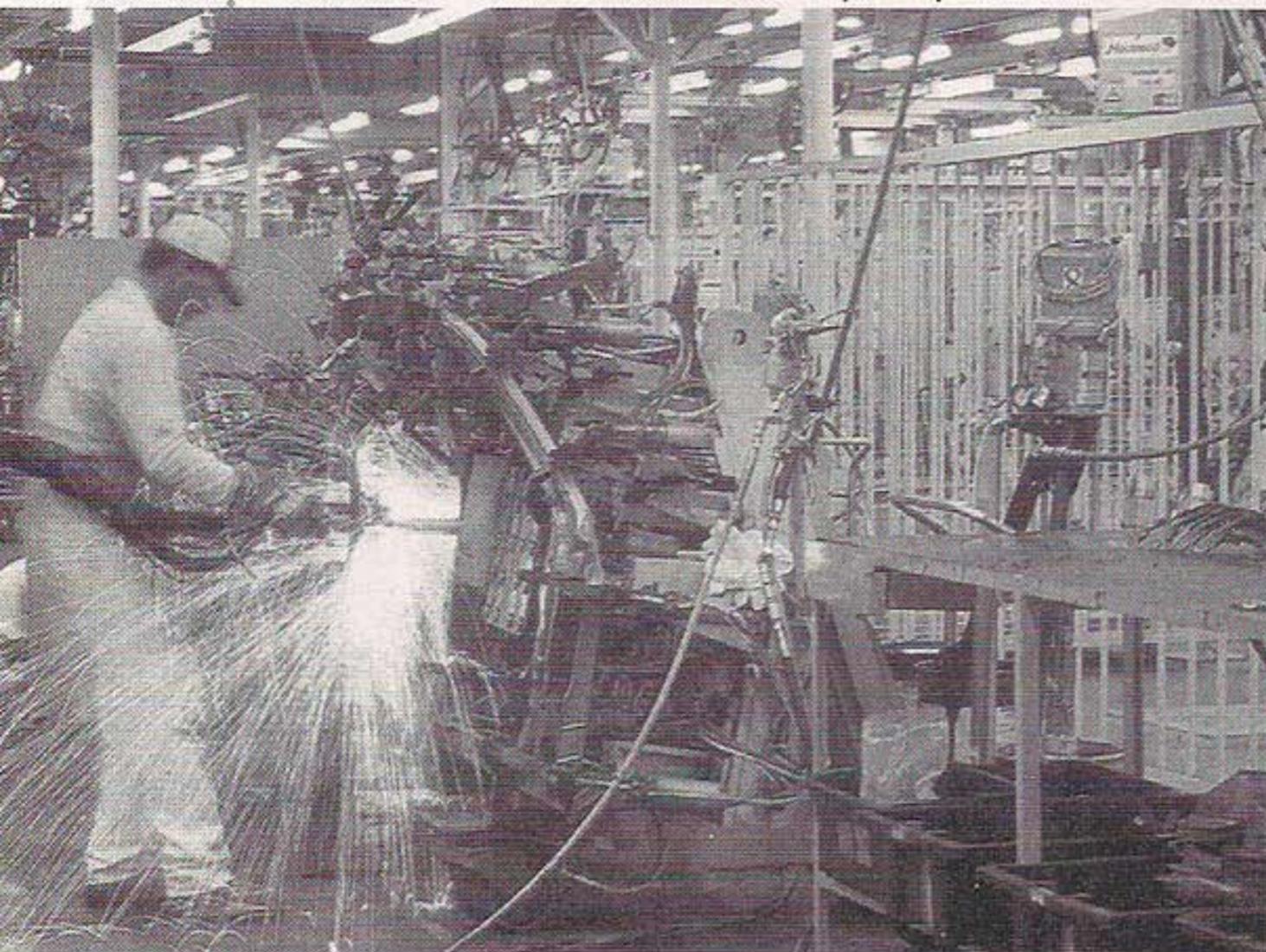
O governo brasileiro estabeleceu que as negociações da Alca devem se nortear pelo princípio do benefício mútuo entre os países envolvidos. Esta posição tem se chocado com a posição dos Estados Unidos, que se recusam a atender os parâmetros do Brasil e outros países. O governo Lula manterá o compromisso de não assinar um acordo que comprometa seus interesses e soberania?

José Dirceu – Nós temos interesses na ampliação dos mercados, do comércio, sem que isso afete nosso desenvolvimento. O Brasil não pode negociar acordos sem levar em conta seus interesses, tanto do ponto de vista nacional,

como do desenvolvimento, porque a

Alca não é apenas um acordo comercial. Envolve, como nós sabemos à exaustão, questões de propriedade intelectual, compras governamentais, questões que dizem respeito ao próprio futuro do Brasil. Então, tudo isso precisa ser muito debatido com a sociedade. Mas eu vejo com realismo isso. Acho que nós precisamos, por um lado, avançar na liberalização do comércio internacional e precisamos também avançar na abertura dos mercados, com o fim do subsídio, do protecionismo, e a economia brasileira precisa, por outro lado, de condições para continuar se desenvolvendo. O Brasil é um país industrializado, de indústria pesada, com desenvolvimento tecnológico e precisa de investimentos tanto da poupan-

Retomada do desenvolvimento: o caminho para o país.



ça nacional como externo para modernizar a sua infraestrutura e crescer, se desenvolver com distribuição de renda. Então, nós temos interesse na ampliação, tanto no comércio, numa união política no Mercosul, na América do Sul, como também, na Alca.

Mas o Brasil tem que se defender porque há uma disputa e uma guerra comercial no mundo. Seria ingenuidade nossa pensar que os Estados Unidos estão na mesa para defender os interesses brasileiros. Eles estão na mesa para defender os interesses norte-americanos e é isso que nos guia também, o interesse nacional. Quero repetir isso porque, muitas vezes, quer se passar a idéia para a sociedade de que é um confronto ideológico e confronto de outro tipo. Mas não é!

Nós não devemos entrar na ideologia e nem transformar isso em confronto. Mas nós não devemos recuar nenhum milímetro na defesa dos interesses do Brasil e do interesse nacional.

O crescimento econômico do país não deve chegar a 1,5% do PIB neste ano. No que se refere a um projeto de desenvolvimento sustentado, quais as metas do governo para vencer a estagnação e gerar empregos?

José Dirceu – Estou bastante otimista porque se nós lembrarmos a situação em que estávamos no ano passado, isso que o país passou... Ainda que nós não estejamos satisfeitos nunca porque essa, inclusive, é a índole do presidente Lula e nós temos que segui-la porque estamos no governo juntos. Eu estou otimista em relação ao Brasil, como o presidente, e tenho fé no país.

O país vai crescer, vai crescer bem e vai criar emprego, tem todas as condições para fazê-lo e nós vamos nos empenhar e vamos fazer todas as mudanças necessárias para que isso aconteça. E estamos trabalhando nisso. Essas reformas, por exemplo, são indispensáveis, bem como todas as mudanças que nós estamos propondo ao país.

A reforma tributária e a reforma previdenciária ajudam nesse sentido, porque a reforma tributária vai tirar os impostos da cesta básica e dos medicamentos. Por exemplo, a cobrança hoje da Previdência é 100% na folha de pagamento; mas, vai ser 50% e depois zero. Nós vamos transferir isso para um imposto, possivelmente um imposto de consumo, ou uma contribuição social. Isso significa mais emprego porque hoje qualquer empresa, quando vai contratar cinco trabalhadores e tem que pagar sobre a folha de pagamento, ela leva desvantagem. A Petrobras, por exemplo, é de 6% da folha de pagamento. É o fatura-

mento que tem que pagar à Previdência, no caso. Então nós vamos cobrar sobre o faturamento a Previdência.

Portanto, medidas têm sido tomadas para evitar que agrave a concentração de renda no país. Como a própria reforma agrária é uma medida que ajuda. Todas as medidas de transferência de renda; de tirar os impostos indiretos da sociedade; de eliminar impostos da folha de pagamento; todas as medidas de investimento em saúde, educação, na infra-estrutura social, saneamento, habitação do país, ajudam a distribuir renda – e não é só o crescimento econômico. É evidente que o crescimento econômico, o aumento da educação e da produtividade vai melhorar a vida dos brasileiros; mas isso não basta! O governo tem que agir. Por isso nós estamos retomando o papel do Estado na economia. Essa tese de que o mercado por si só resolve o problema da desigualdade, resolve o problema de uma nação, de um país, não é verdade.

O Brasil, todos nós sabemos, é um país que tem base industrial e tecnológica, uma agroindústria moderna, riqueza natural. E tem um empresariado competente, tem uma classe trabalhadora que já deu provas de que é criativa, inovadora. O país pode e deve crescer, já cresceu durante 30 anos, 7% ao ano. Nós precisamos, de uma maneira geral, como já disse o presidente Lula: “Nós não estamos correndo cem metros, nós estamos correndo uma maratona. Não pode ser feito tudo de um dia para o outro, do dia para a noite. Nós não vamos resolver todos os problemas, mas com persistência e com unidade no país, nós vamos resolvendo os problemas”. O Brasil precisa melhorar socialmente, precisa ter mais emprego, mais distribuição de renda. O país é muito desigual, tem muito desemprego, tem uma cultura da violência também que nós temos que combater.

O Brasil anunciou em 4 de novembro último que deverá assinar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). As condicionalidades estruturais exigidas pelo Fundo não poderão inviabilizar o esforço pela retomada do desenvolvimento?

José Dirceu – Não. O Brasil faz parte do Fundo, que é

“Trata-se de um acordo [com o FMI] preventivo, uma alternativa para reforçar ainda mais as tendências de crescimento da economia brasileira.”

uma instituição para dar apoio aos países. O FMI concordou que a base deste novo acordo terá as bases para o crescimento do País como prioridade.

A meta de superávit do País para o ano que vem foi uma decisão tomada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Portanto, uma meta a ser cumprida independentemente do acordo. Trata-se de um acordo preventivo, uma alternativa para reforçar ainda mais as tendências de crescimento da economia brasileira. E vamos trabalhar com o objetivo de evitar o saque dos recursos. Pretendemos ter uma espécie de seguro para enfrentarmos eventualidades e nos prepararmos para uma futura saída, em 2004, mas que ocorra de maneira tranqüila e segura.

É preciso lembrar que o Brasil passou por uma crise bastante forte no ano passado – que veio do rescaldo dos problemas corporativos e da desaceleração da atividade

amortização favorável a manter as reservas totais do Brasil maiores por mais tempo, a incorporação do conceito de transferir de um ano para outro o saldo do superávit primário, que permite o desenvolvimento de uma política fiscal neutra em relação ao ciclo econômico que o governo anunciou no começo do ano, bem como a complementação dos gastos com saneamento básico.

Então, o acordo é um ingrediente de uma política de revitalização do país.

Quais os principais desafios que o governo prevê para 2004?

José Dirceu – O desafio a nós apresentado é o desafio da retomada de um projeto de desenvolvimento nacional.

Se levarmos em conta que já recebemos o país com alto nível de desemprego e que nos últimos anos a economia brasileira não cresceu o suficiente para aumentar a renda

nacional, ou seja, cresceu abaixo do crescimento populacional, podemos chegar à conclusão de que temos um grande desafio pela frente. Esse desafio é a retomada do crescimento econômico e esse desafio é a retomada da distribuição de renda no país.

Nós precisamos virar a página das reformas e entrar em outra agenda. O país precisa de emprego, investimento em saneamento e habitação, o país

precisa resolver esse problema agrário, da reforma agrária, e o país precisa resolver e equacionar o problema da segurança pública, que está ligado aos investimentos urbanos e ligado ao problema educacional.

Essa tem que ser a prioridade de 2004.

Nós temos que fazer um esforço para aprovar as reformas este ano. Encerrar essa fase para que o governo, no ano que vem, e o país todo, se debruce no desenvolvimento do país para que nós possamos, com o empresário, com a poupança pública, com investimentos externos, acelerar os investimentos do país e enfrentar esse problema da retomada dos investimentos de infra-estrutura – mas tem que distribuir renda para ter mercado interno consistente para o país poder crescer de maneira consistente, independente das crises externas. Se o Brasil não diminuir a sua dependência a capitais externos, se o país não fortalecer o seu mercado interno, nós vamos ser sempre prisioneiros dessas cinco crises que o Brasil enfrentou nos últimos anos. ♥

Pedro de Oliveira é jornalista e Editor de *Princípios*.

“Se o Brasil não diminuir a sua dependência a capitais externos, se o país não fortalecer o seu mercado interno, nós vamos ser sempre prisioneiros dessas crises que enfrentamos nos últimos anos.”

econômica nos países desenvolvidos. O câmbio flutuante e, principalmente, o firme compromisso do novo governo com o combate à inflação e uma posição fiscal saudável reverteram aquele quadro de crise, mesmo que na sua esteira a nossa atividade econômica tenha desacelerado no primeiro trimestre.

Ao olharmos para 2004, vemos o Brasil como um país com uma exposição da dívida pública ao dólar muito menor, exportações crescendo a um ritmo muito mais forte do que todo mundo previa, e condições de ter uma retomada do crescimento em bases sólidas. Inclusive o emprego deve criar novo fôlego.

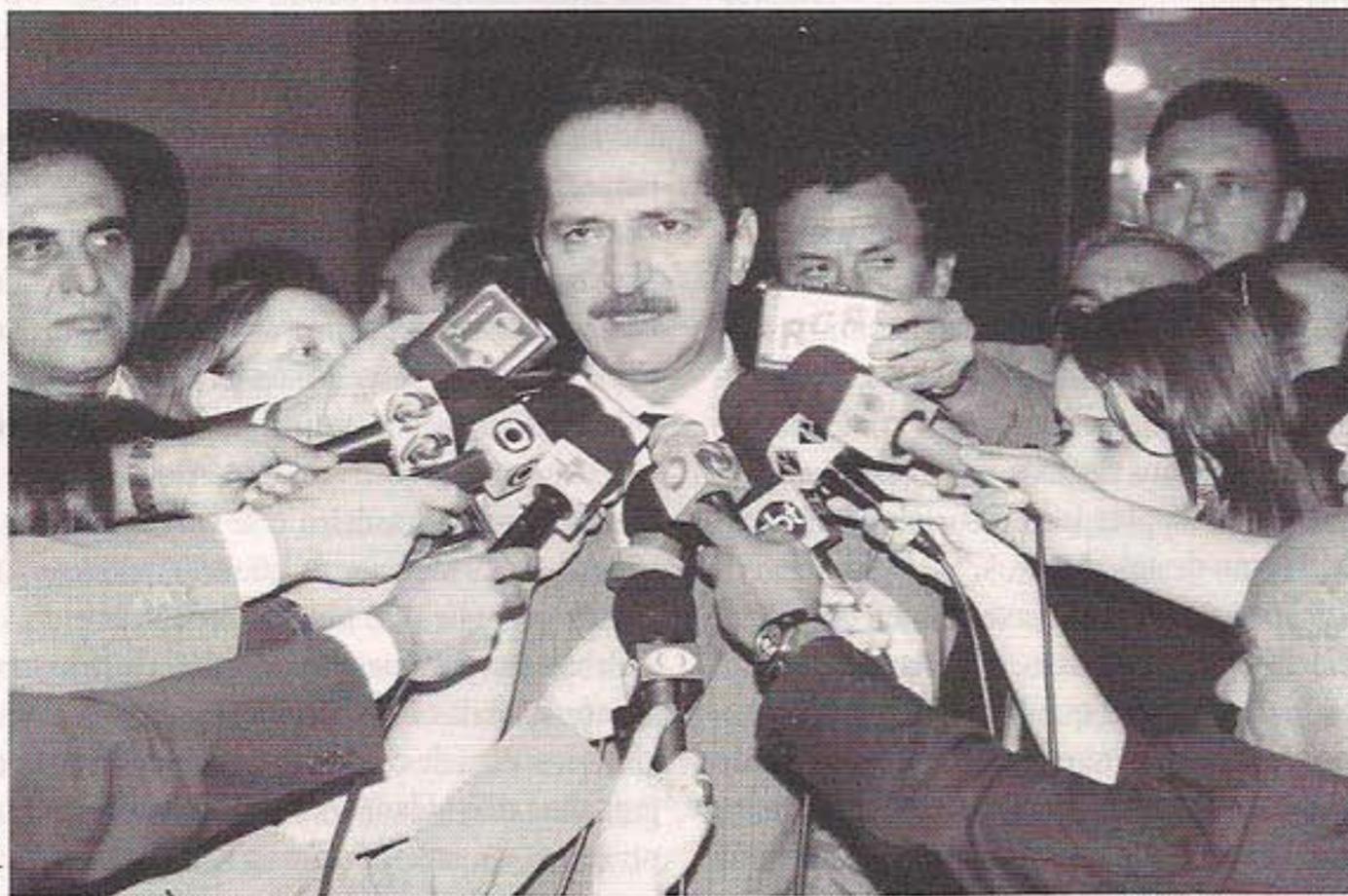
O acordo com o FMI se insere nesse quadro, visando dar tranqüilidade para as empresas e pessoas poderem se concentrar em suas atividades, focando no crescimento econômico. O Brasil está lidando com o FMI com uma nova postura: um país que sabe seu rumo e está planejando não só 2004, mas também 2005 e os anos a seguir.

A proposta de acordo do Brasil possui elementos importantes e inovadores para dar tranqüilidade adicional nos próximos anos de crescimento, como o perfil de

A CONSTRUÇÃO DA BASE DE SUSTENTAÇÃO PARLAMENTAR

Por Adalberto Monteiro

O líder do governo na Câmara Federal e deputado federal pelo PCdoB/SP, Aldo Rebelo, faz um balanço do esforço empreendido nestes primeiros meses de novo governo para ampliar sua base de apoio parlamentar – fator fundamental a um novo projeto político, econômico e social



Arquivo

Quando tomou posse, o governo Lula era minoria no Senado e também na Câmara dos Deputados, onde você assumiu a liderança do governo. Como foi, nos primeiros meses, ser líder de um governo com minoria parlamentar?

Aldo Rebelo – A base do governo Lula vivia, por essa situação, um ambiente de certa insegurança e incerteza quanto às possibilidades, em primeiro lugar, de assegurar a governabilidade – a confiança de que o novo governo seria capaz de conduzir seu projeto político, econômico e social – e, em segundo, quanto à aprovação das chamadas reformas constitucionais. Só adiante, com a formalização do ingresso do PMDB e do PP na sua base parlamentar, o governo iniciou o processo de formação da maioria.

Na época, você afirmou – em artigo exclusivo para Princípios – que nenhuma força política tem condições de empreender, sozinha, as reformas mínimas de que o Brasil precisa sem entendimentos demorados e complexos com o Legislativo. A

esta aliança – comum aos grandes momentos da História do Brasil – chamou de “maiorias heterogêneas”. Essa tese foi comprovada pela experiência até aqui empreendida?

Aldo Rebelo – A vida respondeu de forma construtiva a essa tese. Ela mostrou-se válida e atual. A experiência brasileira, de

percorrer rupturas políticas e sociais sempre foi pelo caminho da constituição de maiorias heterogêneas – o que funcionou na expulsão dos holandeses, na Independência, na Abolição, na República, em 1930 e até recentemente na luta pelo fim do regime militar.

O caminho para a retomada do crescimento, do desenvolvimento do nosso país, para a ruptura com o atraso social e econômico que nós vivemos, configura a possibilidade da reunião de amplas forças sociais, políticas e econômicas em torno destes objetivos.

E julgo que o governo do presidente Lula vai construindo não só maioria política para isso, maioria parlamentar, mas também uma base social que lhe dê condições para percorrer esse caminho. Vejamos, por exemplo, o caso do Partido Progressista (PP), que é um partido com uma grande representatividade no setor de agronegócios e que

tem, naturalmente, conflitos, mas no fundamental respalda a política de retomada do crescimento da economia e o esforço exportador que o governo tem feito.

A necessidade de o governo aglutinar forças tão amplas, na sua denominação maioria heterogênea, de alguma maneira se choca com certa cultura de parte da esquerda brasileira – que tem dificuldade para lidar com políticas de aliança. Como tem sido esse aprendizado no cotidiano da Câmara Federal? Há choque entre essa cultura anterior ou a esquerda tem amadurecido, em particular o partido hegemônico da base do governo que é o PT?

Aldo Rebelo – Por essa razão digo que a maioria necessária ao governo ainda está em construção. E a construção dessa maioria exige não apenas o acordo em torno de programas, plataformas e objetivos. Exige também um certo treinamento porque a aliança e a unidade pressupõem um ambiente de solidariedade, de lealdade, de sentimento de pertencer a um mesmo campo, de comungar objetivos comuns.

É como num time de futebol ou num corpo militar. O exercício dessa atividade estabelece os parâmetros que estão além do programa e da plataforma. Tal solidariedade e lealdade dentro da base de apoio ao governo exigem um grande esforço. E isso tem sido construído.

Para se forjar maioria política sempre negociações e concessões se colocam, evidentemente. No caso concreto, como isso se deu?

Aldo Rebelo – O eixo da unidade construída reside em torno da centralidade da questão nacional. Essa questão se traduz pela necessidade de o país crescer, gerar empregos, distribuir renda e elevar o padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores. Ela se materializa também no fato de o país ter uma política independente. Este projeto só se viabiliza se o povo brasileiro assumir o papel de protagonista de sua história.

Não há como construir uma nação forte, rica, justa e independente se esse esforço não se apoiar principalmente no povo brasileiro e se em torno dessa convicção não se estabelecerem as alianças políticas, alianças de classe, para que esse objetivo seja alcançado.

Penso que pelo menos numa parcela das correntes mais avançadas e das correntes de esquerda não se tem muita clareza acerca da centralidade da questão nacional. E isso gera uma dificuldade, pois cria atritos pelo caminho que precisam ser superados.

“O eixo da unidade construída reside em torno da centralidade da questão nacional – traduzida como necessidade de o país voltar a crescer.”

Mas, na minha opinião, essa convicção forma-se, aos poucos, dentro das correntes de esquerda e também em outros amplos setores da sociedade brasileira.

Mesmo conhecendo sua modéstia, qual foi o papel da Liderança do governo na engenharia de construção do que era um grande desafio em janeiro de 2002 e hoje se tornou realidade – a maioria parlamentar do governo na Câmara?

Aldo Rebelo – O papel da Liderança do governo era dizer ao presidente da República que ele precisava dessa maioria para garantir a governabilidade, para ampliar sua base política – e também sua base social.

O PMDB, por exemplo, não pode ser compreendido apenas pelos seus 70 parlamentares que compõem a sua bancada. É também um partido que tem um grande número de governadores e o maior número de prefeitos e vereadores do Brasil. Portanto, além de uma base parlamentar, a presença desse partido constitui ampliação de base política e social importante.

Da mesma forma, no caso do PP. Também fizemos um esforço para que ele integrasse formalmente a base de sustentação do governo.

Procuramos, no exercício da Liderança dentro da Câmara dos Deputados, estabelecer mecanismos de discussão, debate, relacionamento e valorização desses partidos, dando a eles a convicção de que valia a pena integrar o esforço de sustentar o governo do presidente Lula.

As relações que seu partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), cultivou ao longo do tempo com amplas forças no campo democrático brasileiro ajudaram na montagem da atual frente?

Aldo Rebelo – Penso que essa foi a chave do relativo êxito que a Liderança do governo obteve na construção dessa base na Câmara dos Deputados.

O PCdoB é um partido que baseia sua doutrina e sua ideologia em princípios que são universais, mas do ponto de vista da cultura política é um partido genuinamente brasileiro. Um partido que ao longo de sua atividade tecer relações políticas e laços políticos importantes com criatividade e amplitude, e isso deu à Liderança do governo – no caso a minha experiência pela vida partidária – luzes sobre os caminhos que poderiam ser percorridos para tecer a construção dessa unidade da base que, hoje, na Câmara, dá sustentação ao governo do presidente Lula.

Em 2004, as eleições municipais tendem a gerar grande repercussão no alinhamento de for-

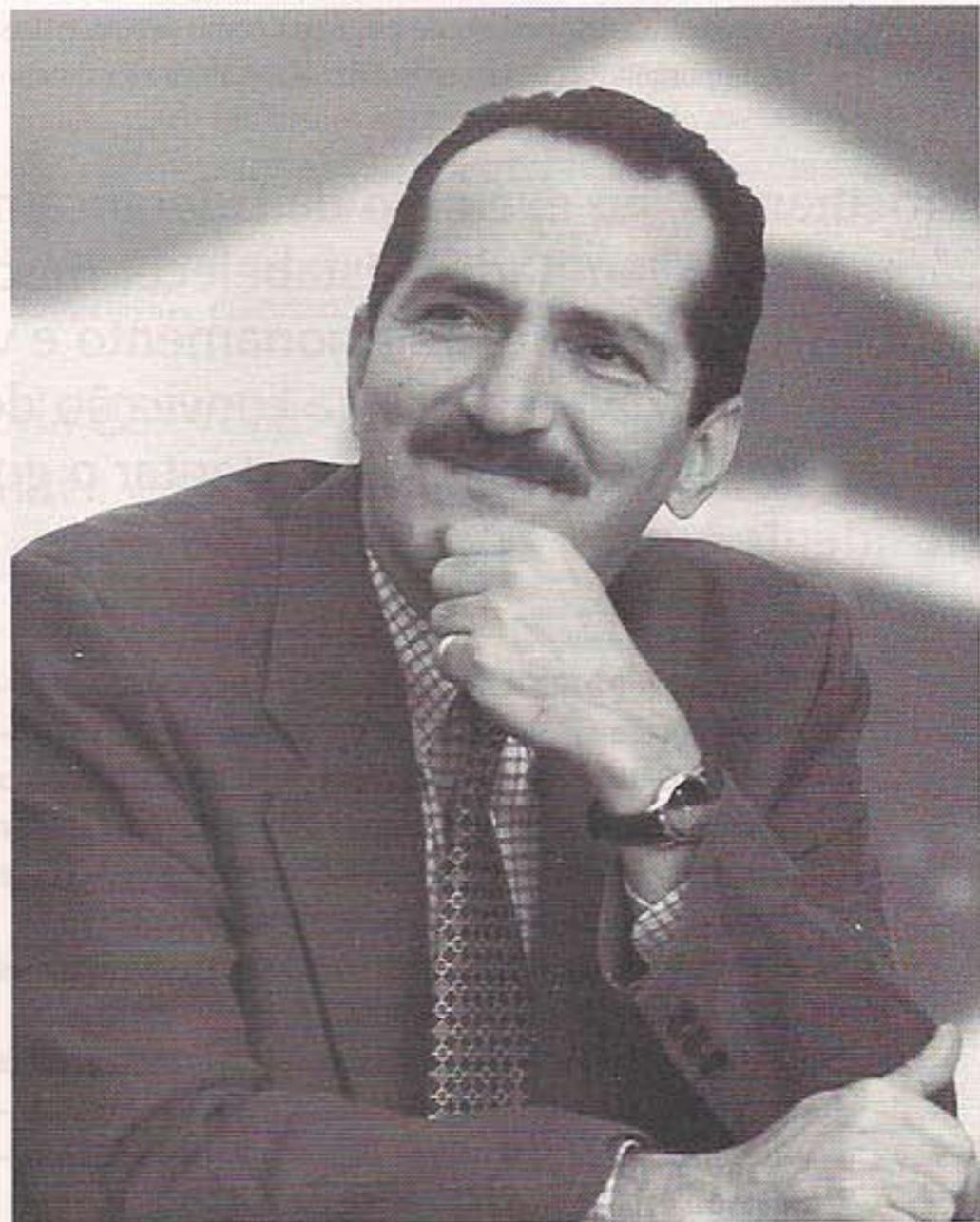
ças político-partidárias no Congresso e na sociedade. Fica mais difícil manter uma base heterogênea unida nesse contexto de disputa eleitoral?

Aldo Rebelo – Creio que não. Podemos fazer o esforço da unidade da base do governo na disputa das eleições municipais e administrar as diferenças, porque pode haver disputa entre partidos dessa própria base. Mas isso pode ser plenamente administrado desde que haja, a partir do governo federal, uma atitude de equilíbrio e isenção em relação aos partidos que integram sua base.

Que avaliação se pode fazer da experiência de um comunista nesta função? Que benefícios e dificuldades tal exercício causa ao seu partido?

Aldo Rebelo – Considero que isso não gera dificuldades. Exige, sim, um esforço de criatividade, imaginação e flexibilidade. O Partido sempre teve a clareza de que o programa da frente é uma coisa e o programa do Partido, outra. O Partido luta para influenciar no programa da frente em tudo aquilo que a correlação de forças permitir.

Temos conseguido êxito porque a luta dentro da frente é



Aldo Rebelo: "a questão nacional é o centro".

a luta de idéias e opiniões, e obedece a correlação de força dentro da própria frente. Mas como o PCdoB é um partido habituado a dirigir entidades de massa e participar de movimentos de frente heterogêneos e amplos, não só em prefeituras que já dirige – como Olinda – e entidades como a UNE ou entidades sindicais, essa experiência nos facilita a ação dentro da frente, bem como a compreensão de que o líder do governo tem um papel e o líder da bancada tem outro. A frente tem um papel e o Partido tem outra função.

Como nos aproximamos do primeiro ano do governo Lula, quais suas primeiras reflexões para um balanço até aqui?

Aldo Rebelo – Considero o governo vitorioso. Além da mudança na correlação de forças, com a eleição de um candidato apoiado fundamentalmente pelas forças de extração popular, de origem de esquerda, e que chega à Presidência da República. Pela primeira vez na História do Brasil temos um operário presidindo a Câmara dos Deputados – um metalúrgico de Osasco/SP, o deputado João Paulo Cunha. Temos também pela primeira vez em nossa história um parlamentar do Partido Comunista na Liderança do governo. Temos ainda os partidos de esquerda como protagonistas de importantes ações na esfera da vida política e institucio-

econômico que paralisou o desenvolvimento nacional pelo menos nos últimos dez anos – e que o governo tem consciência de que precisa superar essa situação e fazer com que o país volte a crescer para gerar emprego e distribuir renda.

Chamaria atenção ainda para a ação do governo na política externa. O Brasil, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), constrói paulatinamente alianças amplas e sólidas para enfrentar uma correlação de forças muito injusta e desigual no mundo.

Que questões poderiam ser assinaladas sob um ponto de vista crítico neste balanço preliminar?

Aldo Rebelo – A principal questão a superar ainda é a necessidade da retomada do crescimento da economia; envolvendo o esforço para diminuir a taxa de juros; e esforço para liberar o país das limitações impostas pelo FMI.

Mas aí é preciso fazer um reparo na afirmação de que é “o governo da esquerda que está levando o Brasil para o FMI”. Isso não é verdade, pois o Brasil já estava no FMI! Quando o governo assumiu, encontramos o país signatário de um acordo muito restritivo e limitador ao extremo, e que tem recebido críticas do próprio presidente da República. O esforço é exatamente para sair deste acordo

e permitir ao país voltar a crescer. Como sair do acordo depende da vontade política do governo e também da correlação de forças.

Outra questão que preocupa é o desemprego – que está relacionado com o desafio do desenvolvimento e também com o problema da segurança pública. Esta última questão se tornou um drama pungente. Se as medidas adequadas não forem adotadas,

pode se tornar um problema de segurança nacional, dado à ação do crime organizado em atividade no nosso país.

A Liderança do governo foi – e tem sido – a tarefa política mais difícil que você recebeu?

Aldo Rebelo – Não. A tarefa mais difícil que recebi foi presidir a União Nacional dos Estudantes – em um ambiente de mobilização de nossa juventude, mas ainda de pouca experiência. A Liderança é uma tarefa muito importante, mas acho que, à época, a direção da UNE exigiu mais. 🍷

Adalberto Monteiro é jornalista e Editor de *Princípios*.

“Procuramos, no exercício da Liderança na Câmara dos Deputados, estabelecer mecanismos de discussão, debate, relacionamento e valorização dos partidos, dando a eles a convicção de que vale a pena integrar o esforço de sustentar o governo do presidente Lula.”

nal do país – basta dizer que os dois projetos mais importantes em tramitação na Câmara dos Deputados no presente momento têm como relatores deputados do Partido Comunista do Brasil (deputado Jamil Murad como relator da Medida Provisória da Cofins; e eu como relator da Lei de Biossegurança – chamada “lei dos transgênicos”).

Tudo isso demonstra que foi um ano de grandes avanços para o nosso povo e para o país.

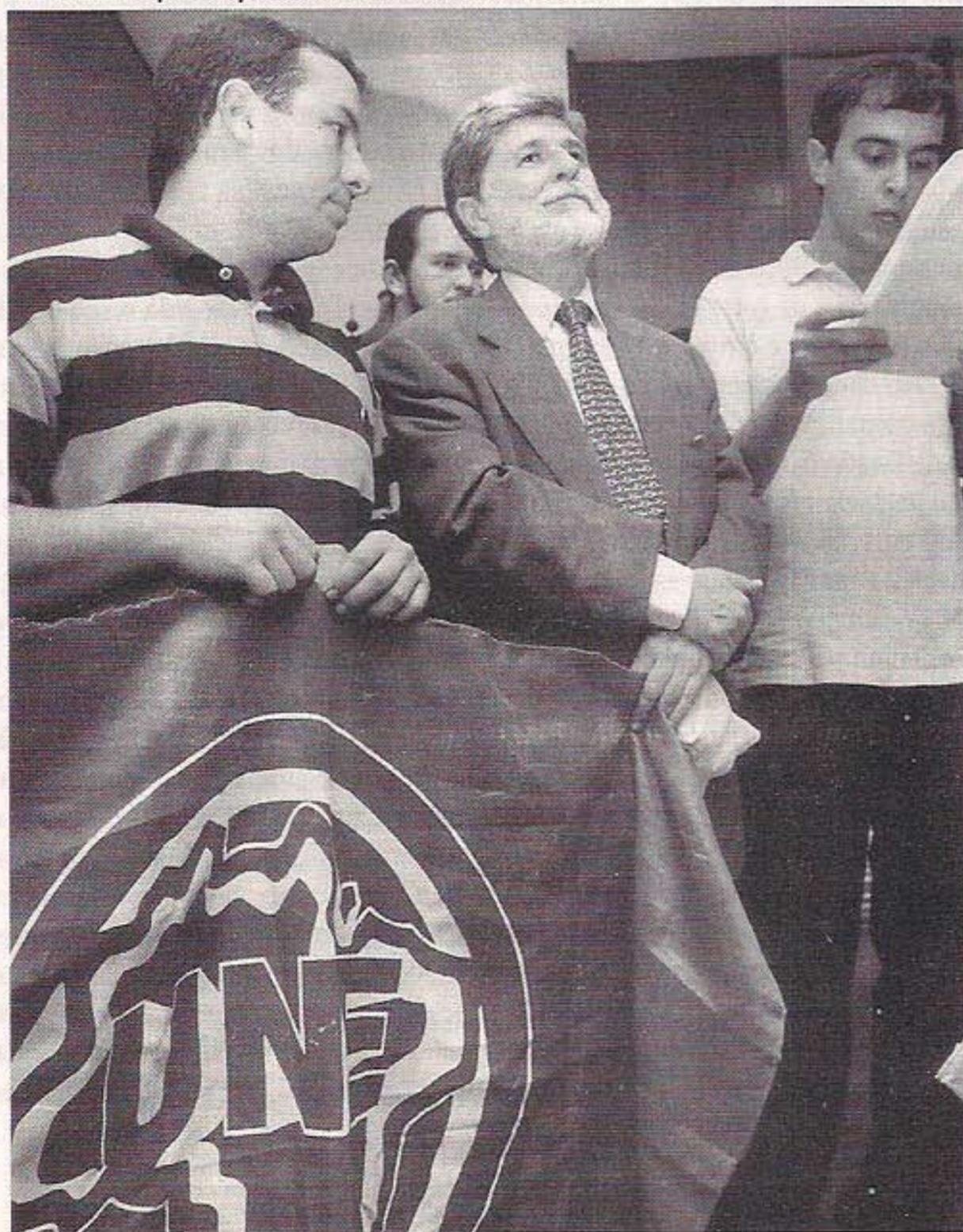
O governo promoveu o mais ousado programa social da nossa história, o programa de combate à fome, procurando atingir uma população de trinta milhões de pessoas – quase a população da Argentina.

Foi feito também o grande esforço para superar o impasse

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA um balanço preliminar

Por Edvar Luiz Bonotto

A UNE manifesta apoio ao ministro Celso Amorim.



Conhecido do público de Princípios, o professor doutor Luis Fernandes (PUC-Rio, Universidade Federal Fluminense e Instituto Rio Branco - Itamaraty), comenta nesta entrevista – realizada durante o I Fórum Social Brasileiro (Belo Horizonte) em que ele teve participação destacada na conferência de abertura – os aspectos positivos da política externa do governo Lula e seus principais desafios, incluindo as suas crescentes tensões com a política macroeconômica conservadora implementada até aqui pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central

Dentre os diversos aspectos a analisar em um balanço preliminar do novo governo do presidente Lula chama atenção a área das relações exteriores. Quais os pontos em que a política externa atual é diferente da anterior? Que elementos podemos destacar na nova inserção do Brasil no mundo?

Luis Fernandes – Primeiramente, há que se diferenciar duas questões para fins desta análise: a política externa como política de Estado, que reflete interesses mais permanentes e consolidados do Estado brasileiro; e a política externa como política de governo, que reflete as prioridades, o estilo, as ênfases e o tom definidos pelas forças que ocupam, em diferentes períodos, o comando do poder executivo nacional.

A nossa política de Estado é determinada pela condição do Brasil como potência média, de dimensões continentais, situada no coração da América do Sul. Ao se confrontar, a partir desta condição, com as brutais assimetrias que caracterizam o sistema internacional, o Brasil sempre se orientou pelo objetivo de preservar e ampliar a sua margem de ação autônoma no mundo. Em relação a isso há uma clara linha de continuidade na política externa brasileira, materializada na consolidação de um dos corpos diplomáticos mais profissionais e bem preparados do mundo no Itamaraty (o Ministério das Relações Exteriores). Junto com as Forças Armadas, trata-se, sem dúvida, de uma das instituições permanentes mais consolidadas do Estado nacional. O Itamaraty sempre procurou firmar a independência da nossa política externa, coerente com o interesse da preservação da nossa margem de manobra no mundo. Os princípios

dessa política de Estado estão inscritos na própria Constituição: defesa da independência nacional, dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da igualdade entre os Estados, da paz, da solução pacífica de conflitos e da cooperação internacional, além do repúdio ao terrorismo e ao racismo. Embora a forma de implementação desses princípios possa variar de governo para governo, eles se constituem na espinha dorsal da nossa agenda externa porque projetam uma visão de mundo que delimita a própria ação governamental. Assim, apesar do governo Fernando Henrique Cardoso ter sido responsável pela consolidação de um modelo econômico interno calcado no binômio liberalização-desnacionalização, sua política externa se manteve reticente em relação à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) nos moldes propostos pelos Estados Unidos, por entender que isso tolheria nossa capacidade de ação autônoma e enfraqueceria nossa liderança regional. Por isso mesmo, tratou de defender o Mercosul como marco alternativo de integração regional.

No que concerne à ação externa como política de governo, no entanto, duas diferenças básicas distinguem a atuação do governo Lula em relação ao anterior. A primeira é a opção por situar a defesa da nossa autonomia e liderança regional no leito dos processos de multipolarização em curso no mundo. Diante da opção unilateralista e intervencionista da agenda externa dos Estados Unidos, a consolidação de variados pólos de poder capazes de contrabalançar o poderio norte-americano no mundo passou a ser vista como a alternativa capaz de resgatar e viabilizar o próprio multilateralismo como princí-

pio ordenador da ordem internacional. Esta abordagem é bem diferente da que predominou durante a maior parte do governo Fernando Henrique Cardoso, orientada para a busca da “autonomia pela integração”, isto é, pela compreensão de que o caminho para ampliar as margens de autonomia do Brasil em um “mundo globalizado” seria o da maior aproximação aos pólos centrais de poder no sistema internacional. Nos anos ‘90, isto implicou o recuo do Brasil em relação a uma série de contenciosos que o opunham aos Estados Unidos em variados fóruns multilaterais. Hoje, o governo Lula vincula a defesa da autonomia e liderança brasileira no mundo a variados movimentos tendentes a, simultaneamente, desconcentrar e regular o poder no sistema internacional. É nesta perspectiva que se insere o protagonismo brasileiro na formação do G-3 (grupo que congrega o Brasil, a África do Sul e a Índia para posicionamento conjunto nos fóruns internacionais); na criação do G-22 (unindo os principais países em desenvolvimento, incluindo a China e a Indonésia, para se contrapor à intransigência dos países centrais nas negociações da OMC em Cancun); na intensificação da cooperação econômica e tecnológica com a China, a Rússia e a Ucrânia; nas visitas presidenciais à África e ao Oriente Médio; no corajoso alinhamento com a Alemanha, França e Rússia contra a ação norte-americana na Guerra no Iraque, entre outras iniciativas. Trata-se, sem dúvida, de mudança muito significativa.

Uma segunda mudança muito importante na política externa do atual governo é a sua disposição, no âmbito dos variados processos de multipolarização em curso no mundo, a arcar com os custos do exercício da sua própria liderança na América do Sul. No Mercosul, isto se traduz na disposição de ampliar o grau de integração deste bloco para além de uma simples união aduaneira, buscando uma integração mais ampla e efetiva que abarque a convergência de políticas macroeconômicas, a padronização e integração dos mecanismos de proteção social, a unificação monetária, a formação de instituições parlamentares comuns e até mesmo de um sistema próprio de defesa. Esta opção por ampla consolidação institucional do Mercosul contrasta com a postura do governo anterior, que sempre resistiu a uma institucionalização que fosse além do formato de simples união aduaneira por entender que esse formato “menos amarrado” permitiria ao Brasil explorar, em benefício próprio, as assimetrias existentes no interior do bloco. Esta nova disposição em arcar com os custos da liderança no âmbito do Mercosul se materializou, muito concretamente, na extensão de uma linha especial de crédito do

BNDES para fomentar o comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina no valor de 1 bilhão de dólares.

É muito expressiva, igualmente, a projeção dessa mesma política para a América do Sul, com a disposição do governo brasileiro em arcar com o financiamento da integração física da região. A integração do Mercosul, assim, passa a ser concebida como o embrião de um processo de integração mais amplo, de todo o subcontinente. É nesse rumo que se situam iniciativas como a abertura de linha de financiamento do BNDES para o comércio bilateral com a Venezuela, a ampliação da participação acionária desse mesmo banco na Corporación Andina de Fomento (CAF), e a disposição do Itamaraty em assegurar significativa abertura do mercado brasileiro para importações dos países vizinhos nos acordos comerciais bilaterais em negociação (já que o Brasil mantém superávit na sua balança comercial com todos eles). Essas iniciativas expressam uma nova lógica de exercício da liderança regional. Trata-se de uma segunda mudança muito significativa na nossa política externa.

A compreensão fundamental que embasa esta mudança é o reconhecimento de que é a afirmação da autonomia e do interesse nacional, nas condições de hoje, exige do Brasil o sacrifício de algumas dimensões da sua soberania a favor de um processo de integração regional mais simétrico, que reforça o seu papel de liderança no sistema internacional. Ou seja, o Brasil preserva e afirma mais plenamente a sua autonomia ao promover o aprofundamento e a institucionalização da integração sul-americana. Ao arcar com os custos desta integração, o Brasil também colhe, evidentemente, ganhos econômicos e políticos. A integração física da América do Sul via investimentos em infra-estrutura beneficia a todos, inclusive as empresas brasileiras, que vão ter acesso facilitado aos mercados dos países vizinhos. Elas vão poder, também, integrar mais efetivamente a produção dos países vizinhos às suas próprias cadeias produtivas, tornando-se mais competitivas. Essa integração é promovida sem qualquer pretensão anexionista como a que marcou o “destino manifesto” da expansão das fronteiras dos Estados Unidos para a costa do Pacífico no Século 19. Sob a batuta do Barão do Rio Branco, o Brasil resolveu, por via diplomática, todos os seus problemas de fronteira já no início do período republicano. Hoje o desafio é integrar os países que acordaram pacificamente esses marcos de separação, em uma estrutura multilateral regional aberta e não-discriminatória. Essa opção se opõe ao projeto de unificação hemisférica propugnado pelos Estados

Unidos, marcado por fortes assimetrias e pelo formato de um multilateralismo seletivo e discriminatório.

O Itamaraty tem sido porta-voz de uma postura soberana, sendo por isso recentemente atacado na mídia. Que forças e interesses tais ataques representam?

Luis Fernandes – No geral, evidentemente, representam interesses associados à agenda dos Estados Unidos na América Latina e no Brasil – uma tentativa de explorar articulações cultivadas no período de maior proximidade anterior e desestabilizar a nova orientação do governo brasileiro. Tal postura se expressa, sobretudo, no posicionamento de alguns setores da mídia, extremamente críticos das inovações introduzidas na nossa política externa, que partiram para um ataque de baixo nível tentando isolar e ridicularizar os seus principais executores. Há, também, alguns setores empresariais que insistem em apostar na abertura do mercado norte-americano como estratégia de expansão comercial, e temem que as mudanças implementadas na nossa agenda externa possam prejudicar ou até mesmo inviabilizar esse objetivo. As críticas e apreensões desses setores, no entanto, têm sido diluídas pela própria escalada protecionista implementada pelo governo de George W. Bush. Sua proposição de maiores concessões na posição negocial brasileira, sobretudo na Alca, esbarra na ausência de concessões equivalentes por parte dos Estados Unidos para atender os interesses desses exportadores brasileiros (concentrados, sobretudo, no setor de agronegócios, onde a Casa Branca mais resiste a fazer concessões). Assim os setores do empresariado brasileiro mais inclinados a buscar uma integração hemisférica sob liderança americana se vêem frustrados pela própria agenda protecionista e unilateralista que emana de Washington.

Apesar desses ataques, eu diria que se formou uma grande convergência nacional em torno da política externa que vem sendo implementada pelo governo Lula. Os ataques recentes parecem ter sido derrotados politicamente, pelo menos até aqui, justamente em função da precariedade da sua base social interna. Foram ataques motivados e instrumentalizados, sobretudo, por interesses externos. É verdade que também surgiram críticas à nova agenda externa de dentro do próprio governo após a rodada de negociações da Alca em Port of Spain (Trinidad e Tobago), movida por interesses empresariais diretamente representados no poder executivo e portadores de uma agenda particular focada na

abertura do mercado norte-americano (e, portanto, mais reticentes em relação à política que concebe a multipolarização como o leito mais favorável para a nossa autonomia). A pronta resposta dada pelo presidente Lula isolou essas posições internamente no governo e reafirmou a orientação que vem sendo dada à política externa. A questão formal levantada nas críticas era a de que a posição negocial do Brasil não havia sido discutida, anteriormente, na Câmara de Comércio Exterior integrada por outros ministérios. A resposta do presidente Lula foi a de reafirmar a política e sinalizar que seria importante ter havido um compartilhamento anterior das posições que foram levadas à negociação e que foram acertadas com o presidente da República. Por trás dessa crítica procedimental, como mencionei antes, estão interesses que vinculam suas estratégias comerciais à abertura do mercado norte-americano. Se os EUA estivessem dispostos a fazer maiores concessões, a solidez dessa crítica interna no governo teria sido muito maior do que foi, mas, de fato, ela esbarrou no muro da intransigência da posição norte-americana.

O presidente Lula tem feito esforços para reconstruir o Mercosul e criar bases para a integração da América do Sul. Há perspectiva dessa integração ocorrer de fato?

Luis Fernandes – As perspectivas nunca foram tão favoráveis para essa integração. Do ponto de vista político, a América do Sul foi palco, ao longo dos últimos anos, de um conjunto de desenvolvimentos que fortaleceram enormemente a liderança brasileira na região. Basta lembrar o papel que a política externa brasileira desempenhou, via criação do “Grupo de Países Amigos da Venezuela”, na desarticulação do processo golpista em curso para depor o presidente Hugo Chávez no início de 2003. Isso consolidou uma forte aliança entre os dois países. Soma-se a isso o resultado das últimas eleições presidenciais no Equador, que levou ao governo um presidente crítico da agenda neoliberal e defensor de maior aproximação com o Brasil. Há que se registrar, também, o levante popular que culminou na deposição do presidente Sanchez de Losada na Bolívia, dirigente claramente identificado com os interesses e posições dos Estados Unidos na região andina. Já na Colômbia, as derrotas sofridas pelo presidente Álvaro Uribe no plebiscito nacional que examinou suas propostas de reforma política e econômica (incluindo a possibilidade da sua própria reeleição) e na inédita eleição de um prefeito de esquerda em Bogotá, mostram um claro enfraquecimen-

to político daquele que é considerado o principal aliado dos EUA na América do Sul em função de seu alinhamento com a política norte-americana de militarização do combate ao narcotráfico e de derrota militar do “narcoterrorismo”.

O desenvolvimento político mais importante de todos foi, sem dúvida, o desenlace da crise Argentina e a eleição de Nestor Kirchner para presidente, com base em uma plataforma explícita de aprofundamento da integração com o Brasil. A aproximação política dos dois governos foi materializada no documento chamado de “Consenso de Buenos Aires”, lançado pelos dois presidentes por ocasião da visita oficial de Lula à Argentina em outubro. Do ponto de vista estratégico, esta aproximação entre Brasil e Argentina é a evolução mais importante de todas. Há várias décadas a política norte-americana para a América do Sul tratou de cultivar e explorar as diferenças entre o Brasil e a Argentina na região. Para sinalizar o quão exitosa foi esta política “de dividir para reinar” no passado, basta lembrar a apaixonada defesa da “relação carnal” da Argentina com os Estados Unidos que o ex-presidente Menem transformou em eixo orientador da sua política externa. O alto grau de identidade, proximidade e convergência entre os atuais governos da Argentina e do Brasil, portanto, é um fator absolutamente estratégico para a viabilização e consolidação da integração sul-americana. Vale ressaltar, ainda, que a Argentina passou a reconhecer e valorizar a liderança brasileira nesse processo, contrariando posições tradicionalmente assumidas por sua diplomacia.

Em suma, as condições políticas nunca foram tão favoráveis para a viabilização de uma integração sul-americana por meio do papel ativo da liderança brasileira. O grande problema se situa, hoje, no terreno da política de desenvolvimento a ser implementada pelos países da região. No caso do Brasil, acumulam-se tensões e antagonismos entre os fundamentos estratégicos da nova política externa e a manutenção de uma política macroeconômica conservadora que trava a capacidade de investimento público do Brasil e, ao fazê-lo, inviabiliza não só aquilo que seria a coluna vertebral da estruturação de um modelo de desenvolvimento alternativo no nosso país, como impede que o Brasil possa efetivamente arcar com os custos de liderança necessários para bancar a integração regional.

O interessante é que, diante das restrições impostas pela política de estabilização, a política externa se tornou um campo importante de legitimação das creden-

ciais “mudancistas” do Governo Lula, sem implicar, de início, grandes custos para o orçamento nacional. A nova política externa pôde ser implementada, assim, sem entrar em contradição aberta com a orientação conservadora da política macroeconômica. Quando as “faturas” do exercício da sua liderança começaram a ser apresentadas, no entanto, o antagonismo que se mantinha encoberto veio à tona.

Podemos citar aqui algumas expressões bem concretas desse antagonismo. A concretização das linhas de financiamento oferecidas para Argentina e Venezuela esbarra em resistências do Banco Central e do Ministério da Fazenda em função dos problemas de crédito que esses países enfrentam no sistema financeiro mundial. Alguns dos projetos de integração física já acertados com nossos vizinhos também não conseguem sair do papel em função do bloqueio da capitalização do BNDES pela Fazenda. Já nos acordos comerciais que estão sendo negociados bilateralmente pelo Brasil com os países da América do Sul, a disposição para fazer concessões mais efetivas de abertura do mercado brasileiro para importação desses países é recebida com reservas por setores importantes da equipe econômica. Ou seja, abre-se um fosso cada vez maior entre a orientação estratégica que embasa a política externa do governo e a política macroeconômica restritiva dos fundamentos dessa orientação, que é adotada pelo mesmo governo.

Outro exemplo envolve uma dimensão estratégica para a integração da América do Sul: a redução da dependência do dólar no comércio regional. Há mecanismos comprovadamente eficazes para reduzir essa dependência, nomeadamente os Convênios de Compensação Recíproca (CCR), que permitiriam constituir um sistema de compensação direta entre os bancos centrais dos países da região e intensificar, assim, o comércio intra-regional sem depender da intermediação de “moedas fortes” extra-regionais. Esta alternativa, evidentemente, não é bem vista pelos Estados Unidos nem pelo sistema financeiro sediado em Wall Street, que hoje intermedeia, via mercado monetário, essas operações. Aqui, uma vez mais, a defesa da montagem de um amplo sistema regional de compensação baseado no CCR esbarra em resistências da equipe econômica, que entende que a adoção desse mecanismo perturbaria canais e práticas já consolidadas de intermediação monetária.

As tensões que acabo de mencionar refletem uma disputa mais ampla no interior do governo e na própria

sociedade entre os que acham que o Brasil pode e deve avançar na transição para um novo projeto nacional de desenvolvimento que nucleie a integração da América do Sul, e os que temem que turbulências associadas a essa transição possam desestabilizar o país a ponto de torná-lo ingovernável. Na política externa, assim como em outras frentes da ação do governo, o confronto dessas duas perspectivas se aproxima do momento de definição.

A pressão dos Estados Unidos em torno da ALCA cresce à medida que as negociações vão se aproximando de prazos estabelecidos anteriormente. Em que estágio estão estas negociações e qual a tática da diplomacia brasileira?

Luis Fernandes – No momento em que realizamos esta entrevista as negociações entram em seu momento decisivo, às vésperas do encontro de Miami (EUA). Hoje as negociações estão polarizadas em torno da proposição dos Estados Unidos de uma Alca muito abrangente, que, para além da sua dimensão comercial, inclua a liberalização de uma série de áreas estratégicas em que a vantagem competitiva das empresas norte-americanas é absoluta – como investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, e serviços. Se os acordos de criação da Alca abarcarem essas áreas nos termos propostos pelos Estados Unidos, isso negaria por completo a autonomia das políticas macroeconômicas dos demais países integrantes. Estes ficariam proibidos, por exemplo, de adotar políticas industriais para fomentar setores estratégicos nacionais – o que, na prática, inviabilizaria a montagem de qualquer modelo de desenvolvimento alternativo na América Latina. Do ponto de vista democrático, isso implicaria a institucionalização de um modelo econômico (liberal) único e a anulação do direito do povo de determinar, pelo voto, os rumos que o seu país deve trilhar. A desfaçatez dessa proposição fica ainda mais evidente pelo fato dos negociadores norte-americanos se negarem terminantemente a incluir na agenda da Alca a abertura dos setores em que os Estados Unidos são menos competitivos, com destaque para a sua agricultura pesadamente subsidiada e protegida.

A essa posição estadunidense se contrapõe a posição do Brasil. A grande inovação do governo Lula nas negociações da Alca foi a apresentação da chamada proposta da “negociação em três trilhos”. O primeiro destes “trilhos” envolve a remissão para a Organização Mundial do Comércio (OMC) dos temas mais sensíveis para o Brasil – aqueles que têm impacto estruturante

sobre a nossa política de desenvolvimento. Não por acaso, os temas em questão são precisamente aqueles que os Estados Unidos querem amarrar na Alca: investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual e serviços. A proposta brasileira, no entanto, apanha os negociadores americanos da Alca no contrapé, já que eles mesmos insistiram em remeter para a OMC temas que são sensíveis para os seus interesses, como os subsídios agrícolas e a legislação antidumping. Como a OMC é um fórum multilateral mais amplo, em que as deliberações dependem da construção de consenso entre todos os países membros nas Conferências de Ministros, trata-se de um espaço de negociação que confere ao Brasil maior capacidade de articulação, manobra e resistência em temas estratégicos do que o espaço mais limitado e assimétrico da Alca.

O segundo “trilho” envolve a negociação bilateral direta do Mercosul com os Estados Unidos para negociar a abertura seletiva e recíproca dos seus mercados. É a chamada negociação “4 + 1”. Para cada concessão feita pelos países do Mercosul deve corresponder uma abertura equivalente do mercado norte-americano, baseada no interesse mútuo. O fato do Mercosul negociar em bloco fortalece a posição negociadora dos seus países membros. Por isso mesmo Os Estados Unidos tentaram minar a unidade do bloco com a oferta de acordos comerciais separados com o Uruguai, o Paraguai e a Argentina. A diplomacia brasileira, no entanto, conseguiu frustrar esses movimentos e preservar o marco “4+1”.

O terceiro “trilho” é o das negociações da Alca propriamente dita. Aqui, a posição brasileira é a de manter as negociações focadas na abertura comercial de setores definidos positivamente pelos países membros, conforme os seus interesses. Isto implica conferir à Alca uma abrangência bem mais restrita e uma estrutura bem mais flexível do que é proposto pelos Estados Unidos. É o que a mídia brasileira convencionou chamar de “Alca light”. Na verdade, trata-se de uma alternativa de esvaziamento da agenda abrangente originalmente definida para a Alca pelo governo americano. Na esfera comercial, por exemplo, a proposta dos Estados Unidos é de que só deveriam ser definidos positivamente os setores que não seriam liberalizados. Ou seja, as proposições dos dois países para a Alca se estruturam sobre princípios e lógicas opostas. Vamos ver qual será o desfecho do embate destas concepções.

Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito (filosofia do direito e do Estado) e membro da Comissão Editorial de *Princípios*.



TRANSGÊNICOS e soberania tecnológica AGROPECUÁRIA

Maria Thereza Pedroso



Ao se focar o papel do Estado no desenvolvimento tecnológico agropecuário, percebe-se que nem todas as preocupações com os transgênicos justificam sua proibição total e que cada transgênico deve ser analisado isoladamente. Preocupações relacionadas com o meio ambiente, com o consumo e com o comércio internacional devem ser tratadas caso a caso sob uma rígida legislação. Preocupações com a soberania tecnológica não devem ser respondidas com sua proibição, mas com incentivos à pesquisa

De uma forma geral, em relação às preocupações ambientais, teme-se que os transgênicos possam contaminar geneticamente os centros de origem e/ou de diversidade de espécies vegetais e animais; a produção convencional; a produção orgânica; e as espécies silvestres a eles relacionadas. Teme-se que plantas nativas e invasoras venham a adquirir tolerância a insetos ou a herbicidas, tornando-se "superpragas".⁽¹⁾

Teoricamente, cada característica específica de um organismo está diretamente codificada em um ou vários genes específicos. A transferência desse gene ou desses genes para outro organismo seria obrigatoriamente a transferência dessa característica. Como sou leiga em biotecnologia e biologia molecular, conheço muito pouco as possíveis interações genéticas; o que me traz alguma insegurança.⁽²⁾

Em relação ao consumo, se for efetivamente prejudicial à saúde, um determinado gene introduzido em milho, por exemplo, significará potencial risco à saúde de todos aqueles que consumirem o milho in natura; seus derivados (por exemplo óleo e farinha); e o frango e o suíno alimentados com esse milho. Os consumidores não têm como se prevenir, pois é impossível distinguir os produtos que contêm transgênicos dos demais, se não houver a rotulagem. Há ainda a preocupação de o Brasil perder a sua condição especial de único grande país exportador capaz de oferecer produtos não transgênicos.⁽³⁾

Essas preocupações são legítimas e devem estar presentes na definição da política de biossegurança; todavia, de uma forma geral, estão sendo compreendidas e difundidas de forma confusa nos diversos debates sobre transgenia. Muitas vezes, quando são feitas considerações sobre os transgênicos pensa-se na Soja RR, e vice-versa. Há quem argumente contrariamente à liberação dessa safra de soja, fazendo referência ao milho Bt e sua possível contaminação genética no México, ou ao temor em comer uma hortaliça com gene de um mamífero. Dessa forma, também há divulgação equivocada de que, com a MP 131⁽⁴⁾, o Governo Lula tenha liberado todo e qualquer transgênico no Brasil.

O debate sobre o tema também vem sendo abordado de forma maniqueísta. Do bem contra o mal. Muitas vezes, quem passa a ter uma postura mais científica e menos apaixonada em relação aos transgênicos corre o risco de ser "jogado na fogueira" do patrulhamento ideológico.

"Nós defendemos que o debate seja despolarizado para que se possa produzir um posicionamento e uma legislação racionais sobre o assunto. A racionalidade, neste caso, implica que se bloqueiem os perigos inerentes ao uso da biotecnologia e que, ao mesmo tempo, se permita pesquisar e explorar todas potencialidades positivas e benéficas aos seres

humanos e ao meio ambiente que ela proporciona."⁽⁵⁾

O tema da biotecnologia é muito mais amplo do que a transgenia e muito mais amplo que o problema da soja RR, do milho Bt, ou da canola. Não podemos discutir biologia, biotecnologia e transgenia em tese. Cada evento é um evento. Cada variedade é uma variedade. Estamos diante de um assunto que exige ser tratado com muita responsabilidade. A não observância dessa regra básica estimula o preconceito, quando o que precisamos é estimular um debate sério que nos garanta as precauções e os cuidados necessários.⁽⁶⁾

Dessa forma, a biotecnologia deve ser regulamentada de forma rigorosa. Todos os aspectos de segurança para a saúde e para meio ambiente devem ser considerados, assim como cada benefício humano potencial relativo a cada produto.⁽⁷⁾ Antes que ocorra qualquer liberação de qualquer transgênico, é necessário observar os procedimentos de biossegurança e bioética seguido do descarte daqueles indivíduos que, porventura, possam vir a atentar contra a qualidade de vida, saúde dos consumidores ou causar malefícios ao meio ambiente, ou seja, se o impacto potencial de uma planta transgênica não for neutro, ou inócuo, é preferível continuar com a planta melhorada convencionalmente.

Deve-se efetuar a análise e a avaliação de riscos nos estágios iniciais de desenvolvimento das plantas transgênicas, bem como colocar em prática um consistente sistema de monitoramento para avaliar os riscos nos subseqüentes testes de campo e liberação das plantas transgênicas, tendo em vista a saúde alimentar e a segurança ambiental. Como exemplo, temos o caso do feijão que vinha sendo obtido pela Embrapa com a inserção de um gene que codifica uma proteína da castanha-do-brasil, mas que foi descartado, em face da suposição de poder causar alergia àquelas pessoas que viessem a consumir o feijão transgênico e que também apresentam reações alérgicas quando comem a castanha-do-brasil.⁽⁸⁾ Nesse caso, não se negou o avanço da ciência e tampouco se questionou a validade da engenharia genética e de sua aplicação em diversas áreas, apenas evitou-se o uso de um determinado transgênico.

O direito do consumidor em optar pelo consumo de alimentos não transgênicos, ou transgênicos, e a credibilidade dos agricultores devem ser garantidos; portanto, devem constar, nas embalagens dos produtos alimentícios, informações claras e precisas sobre a origem dos alimentos. Parece-me importante também constar, nessas embalagens, a lista de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas, fungicidas, bactericidas, nematicidas etc), de remédios (principalmente os antibióticos) e de hormônios utilizados na produção animal e vegetal e de aditivos (corantes, acidu-

lantes, conservantes, espessantes, aromatizantes etc) utilizados na industrialização dos alimentos. Tais informações devem ser apresentadas de forma clara e em linguagem popular para que qualquer consumidor possa compreender seu significado.

Sobre a preocupação de o Brasil “perder a sua condição especial de único grande país exportador capaz de oferecer produtos não transgênicos”, temos o exemplo da soja RR⁽⁹⁾. Até pouco tempo, havia a divulgação equivocada de que nenhum país compra soja transgênica do Brasil e se paga mais pela soja convencional. Todavia, estudamos documentos oficiais e constatamos que os países importadores não pagam mais pela soja convencional⁽¹⁰⁾; há apenas exigência de que a soja seja rotulada. No primeiro semestre deste ano, a República Popular da China exigiu do Brasil o certificado da procedência do produto e o certificado de aprovação governamental de saúde e meio ambiente. Em resposta, o Governo brasileiro reconheceu expressamente a existência de soja geneticamente modificada nas plantações em território brasileiro e certificou o produto quanto à segurança alimentar e ambiental, de sorte a salvaguardar os interesses dos produtores nacionais. Para apresentar seu certificado à

China, o governo brasileiro baseou-se no parecer da CTNBio.⁽¹¹⁾, que concluiu que a introdução do gene não altera a composição química da soja, com exceção da acumulação de uma proteína, absolutamente segura quanto aos aspectos de toxicidade e alergenicidade, tendo sido comprovado que, após a utilização da soja geneticamente modificada e de seus derivados na América do Sul, Central e do Norte, na Europa e na Ásia, não foi constatado um só caso de desenvolvimento de reações alérgicas em humanos que não fossem previamente alérgicos à soja convencional, os quais não deverão fazer uso desse produto.⁽¹²⁾

Obviamente, se no futuro um outro produto transgênico não for consumido pelos países importadores, o Governo deverá comunicar tal informação ao setor primário. E, assim, os agricultores brasileiros não optarão pela produção desse produto transgênico, e manterão a produção a partir de semente convencional.

Em relação à questão de soberania tecnológica, tema central deste documento, teme-se que a produção e o consumo de alimentos e de remédios estejam, cada vez mais, na dependência de um reduzido número de grandes conglomerados econômicos dos países desenvolvi-

TRANSGÊNICOS: INOVAÇÃO OU DOMINAÇÃO TECNOLÓGICA?

Assim que as descobertas na área de biologia foram se sucedendo, a partir de 1953, com a proposta de estrutura do DNA, houve uma evolução rápida da moderna biotecnologia e rapidamente as descobertas foram sendo transformadas em produtos patenteáveis pelas empresas detentoras dos produtos. Surge, assim, um mercado em pleno crescimento, acarretando em fusões, entre companhias das áreas das indústrias químicas, farmacêuticas e agronegócios, que gerou o aparecimento de uma nova área chamada de indústria da ciência da vida.

Apesar das fusões, entre empresas de sementes, de defensivos agrícolas e da indústria farmacêutica, terem-se iniciado no final da década de 1970, e perdurado na década seguinte, foi na década de 1990, com os avanços da biotecnologia que possibilitaram os organismos transgênicos, que as fusões entre as empresas tornaram-se um grande negócio. Por três motivos principais: as empresas farmacêuticas procuravam um novo espaço para diversificar seus negócios; as empresas baseadas no comércio de commodities também procuraram diversificar suas atividades e usavam a indústria de sementes como fonte de informação para sua atividade principal; e as empresas agroquímicas vislumbraram na biotecnologia, possibilidades de investimento e crescimento. Sendo

assim, surgiram as primeiras grandes empresas como a Cargill, a Ciba-Geigy, a ICI, a Dekalb, a Rhône Poulenc, a Sandoz e a Upjohn.

O processo de compra das empresas menores pelas maiores é uma dinâmica que ocorre em âmbito mundial. Pode-se citar, como exemplo, a empresa Monsanto, que adquiriu 34 empresas; a Aventis, 18; a DowAgro Science, 13; a Syngenta, formada pela união com a Novartis, que adquiriu 18 empresas; e a AstraZeneca, formada pela junção de mais 13 empresas (*Revista Comciência*, 2002).

No Brasil, a Embrapa ainda é a maior detentora do mercado de sementes, entretanto, esse quadro deverá sofrer alterações devido à atual legislação pela Lei de Patentes. No Brasil, apesar de a Embrapa, em 1997, ainda deter 70% do mercado brasileiro de sementes melhorista de soja, e 65% em 1999, contra os 12% da Monsoy em 1997 e 18% em 1999, e 2% com a entrada da Pioneer (controlada pela DuPont, que por sua vez comprou, entre 1998 e 1999, a Pioneer). Percebe-se, então, uma diminuição da parcela do mercado controlada por parte da Embrapa em detrimento do aumento das parcelas do mercado controladas pelas transnacionais.⁽¹⁵⁾

Trecho da Tese “Transgênicos: Inovação ou Dominação Tecnológica? Um debate em construção”. Gomes, 2002.

dos⁽¹³⁾, nos deixando subordinados aos interesses dessas empresas, já que as empresas governamentais de pesquisa agropecuária podem não ter capacidade de desenvolver transgênicos. Há também o temor de que essas empresas transnacionais adotem o gene terminator⁽¹⁴⁾, que se por um lado evita que um transgênico se reproduza livremente na natureza; por outro, evita que o agricultor possa armazenar a semente para a plantar na safra seguinte, tornando-o dependente dessas empresas internacionais.

Não há dúvidas de que essa matéria envolve interesses econômicos de grandes corporações, no geral, transnacionais. Tanto as que avançaram recentemente na área de biotecnologia, como aquelas que dominam o mercado dos agrotóxicos sabem que o Brasil é um mercado importante e que tende a crescer cada vez mais. Por isso, temos que fazer um debate claro para produzir uma política soberana de inserção do Brasil no processo da biotecnologia, tendo claro que todas essas grandes corporações objetivam o lucro, na venda de seus produtos sejam eles venenos ou genes introduzidos em plantas. Nós não podemos aceitar que nossos interesses, enquanto nação – nossa soberania tecnológica e alimentar –, sejam manipulados tanto por empresas ou por instituições que buscam falar em nome do interesse do Brasil, quando, na realidade, constituem-se em representantes desses monopólios e que pretendem nos manter nessa situação de dependência.⁽¹⁶⁾

Os transgênicos são muito valorizados como aqueles que colaborarão para a diminuição da fome no país. O “pacote tecnológico da revolução verde”⁽¹⁷⁾ também foi amplamente propagandeado por meio do questionável discurso de que é o único capaz de alimentar a crescente população mundial. Todavia, a fome não teve fim e esse pacote colaborou para a exclusão social no campo e, por consequência, para o êxodo rural.

O “pacote tecnológico da revolução verde” é tido como de aplicação universal, destinado a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas, tendo como objetivo elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, proporcionado-lhes as condições ditas ideais, eliminando com agrotóxicos os competidores e predadores naturais e fornecendo os nutrientes necessários, sob a forma de fertilizantes sintéticos. A lógica é o controle das condições naturais através da simplificação e da máxima artificialização do meio ambiente. O fato mais perverso, contudo, é que as sementes comerciais somente atingem alta produtividade quando todos os elementos desse “pacote” são introduzidos simultaneamente.

Como as condições dos centros de experimentação são mais parecidas com as condições dos grandes produtores capitalizados, provavelmente, se ali forem melhoradas variedades terão alta produtividade nas propriedades dos produtores capitalizados que podem utilizar todo o “pacote tecnológico da revolução verde”, ou seja, as sementes somente atingirão alta produtividade quando todos os elementos desse “pacote” são introduzidos simultaneamente. Dessa forma, os agricultores descapitalizados que não podem pagar pelo “pacote” e/ou optaram por um manejo agroecológico⁽¹⁸⁾, ao disporem dessas variedades, não terão o mesmo sucesso que os produtores capitalizados que utilizam o famoso “pacote da revolução verde”, porque esse tipo de pesquisa não leva em consideração as características da agricultura familiar brasileira e os princípios da agroecologia⁽¹⁹⁾.

Tipificação dos contrastes quanto às condições físicas, econômicas e sociais na pesquisa⁽²⁰⁾

Há experiências isoladas que seguem caminho oposto ao descrito anteriormente, desenvolvendo sementes adaptadas à realidade da pequena produção brasileira e ao manejo agroecológico. Dois exemplos significativos são o projeto de sementes agroecológicas do MST e o desenvolvimento da variedade de Milho Sol da Manhã.

A dependência de sementes de grandes empresas e a necessidade de se produzir agroecologicamente fizeram o MST criar um projeto de resgate e melhoramento genético de várias sementes de hortaliças e cereais de inverno para produção agroecológica. Esse projeto visa tornar a produção nos assentamentos de reforma agrária independente das grandes empresas de sementes a partir de sementes próprias agroecológicas. A Variedade de Milho Sol da Manhã foi melhorada, no Assentamento Sol da Manhã (Seropédica-RJ), de forma participativa e adaptada geneticamente às condições edafoclimáticas, tecnológicas e sócio-econômicas dos assentamentos da Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, não exigindo por isso grandes quantidades de insumos⁽²¹⁾.

Retomando a questão dos transgênicos, observamos que “parte da polêmica talvez tenha como base o fato de que a primeira geração de plantas transgênicas tenha sido promovida por interesses das grandes empresas privadas e de forma extremamente competitiva utilizada por empresas para não perderem suas vendas.”⁽²²⁾

Além disso, o caso da soja RR nos fez crer que essas empresas “além de lucrarem com a venda do novo material genético, terão a venda de seus próprios venenos favo-

recida, principalmente quando as sementes transgênicas são desenvolvidas com o objetivo de estarem vinculadas à utilização de herbicidas ou outros agroquímicos, para os quais foi desenvolvida a tolerância das plantas".⁽²³⁾

Embora, no Brasil, para o leigo, o alimento transgênico tenha seu nome ligado a empresas multinacionais grande parte dele em experimentação resulta de pesquisas nacionais, da Embrapa, da Coopersucar, da Universidade Federal de Viçosa, da Universidade Federal de Pelotas e da Unicamp.⁽²⁴⁾ A Embrapa, por exemplo, tem avançado na geração de plantas transgênicas, seguindo os métodos, mas modernos e próprios, com a vantagem do uso de germoplasma do seu acervo, adaptado às condições ecológicas do País⁽²⁵⁾. São exemplos:

- feijão com resistência ao vírus do mosaico dourado, que é um dos maiores inimigos da cultura do feijão na América do Sul, causando grandes perdas no Brasil e ao caruncho, praga que ocorre no armazenamento e prejudica principalmente o pequeno produtor;
- batata com resistência ao vírus cuja ação reduz o porte da planta e das folhas;
- mamão com resistência ao vírus da mancha anelar. No

Brasil, o vírus da mancha anelar vem comprometendo seriamente a produção de mamão no Sul da Bahia e no Espírito Santo;

- alface com resistência aos fungos que causam a podridão das folhas; e
- algodão com resistência a herbicidas; insetos (gene Bt) e doenças fúngicas e bacterianas. A Embrapa já possui genes isolados para resistência ao bicudo do algodoeiro e a lagarta que ataca a cultura do algodão.

Especialmente sobre a soja, além das variedades transgênicas com resistência ao glifosato, a Embrapa vem desenvolvendo outras pesquisas. São elas:

“1) Hormônio do crescimento: tem aplicação para a saúde humana. O objetivo é expressar o hormônio do crescimento na soja. Esse produto é muito caro e, portanto, pouco acessível à população. Também há pesquisas visando à introdução de um gene que codifica um anticorpo anticâncer;

2) Soja sem fitato: o objetivo é a retirada de um fator antinutricional denominado fitato, que também é encontrado no feijão. O fitato é um composto orgânico que, entre outros fatores, imobiliza o fósforo, fazendo com que não seja aproveitado na alimentação.

TIPIFICAÇÃO DOS CONTRASTES QUANTO ÀS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NA PESQUISA

	Centro experimental	Grande propriedade/ Produtores capitalizados	Pequena propriedade/ agricultores descapitalizados
Acesso a sementes, pesticidas e outros insumos	Sem limite	Alto e confiável	Baixo e pouco confiável
Acesso a crédito	Ilimitado	Bom acesso	Pouco acesso
Mão-de-obra	Sem limites e sem restrições	Poucas restrições	Familiar e com restrições
Prioridade para a produção de alimentos na dieta humana	Neutra	Baixa	Alta
Aptidão das tecnologias geradas pelo centro experimental	Muito alta por definição	Alta	Baixa
Preços	Sem importância	Mais baixos que agricultores de baixa renda para a compra	Mais altos que os de alta renda, mais baixos para a produção

3) Proteínas antimicrobianas: estão sendo desenvolvidas pesquisas com proteínas antimicrobianas para desenvolver plantas de soja resistentes a cerca de seis doenças causadas por fungos e bactérias que atacam essa cultura.

4) Tolerância à seca: a partir de um gene isolado na Universidade de Viçosa, estão sendo iniciadas pesquisas para desenvolvimento de plantas de soja tolerantes à seca. Este gene também poderá ser introduzido em outras culturas de interesse econômico.”

A pesar de termos alguns importantes exemplos de pesquisas desenvolvidas pela maior empresa pública de pesquisa agropecuária, ainda temos problemas relativos à falta de agilidade no licenciamento ambiental para o desenvolvimento de transgênicos. Um exemplo disso é o mamão transgênico:

A pesquisa sobre mamão transgênico foi a primeira licenciada em campo no país. O estudo foi proposto pela Embrapa com sementes modificadas do mamão, em Cruz das Almas, na Bahia. A intenção é que a planta se torne resistente ao vírus da mancha anelar, transmitida pelo pulgão, inseto comum na agricultura. O licenciamento demorou muitos meses. Somente no Governo Lula, o experimento passou para uma segunda fase, quando as plantas foram transferidas da casa de vegetação para o campo. Como demorou muito tempo, por pouco se perde as plantas e todos os anos acumulados de experimentação. Na fila desse licenciamento estão o feijão com resistência ao mosaico dourado e a batata com resistência a dois tipos de vírus que inviabilizam sua produção.

Em termos mundiais, estamos vivendo o que os cientistas chamam de “primeira geração” do processo inovador da biotecnologia vegetal ⁽²⁶⁾. Estão sendo introduzidas, principalmente, plantas resistentes aos herbicidas e com características que impedem o ataque de insetos. Em breve, teremos plantas com resistência a fungos, bactérias e vírus e estresses abióticos como à seca (como exemplo, temos os genes envolvidos no metabolismo do açúcar Trehalose, DREB genes “Dehydration Responsive Elements Binding proteins” – que está sendo desenvolvido na Embrapa Soja em parceria com o Jircas “Japan International Research Center for Agricultural Sciences”) e alagamentos. Essas características são importantes agronomicamente, podendo favorecer o manejo das lavouras e, em algumas situações, reduzir os custos de produção. Na “segunda geração”, que já começa a apresentar ao mercado seus primeiros produtos, tem-se a incorporação de características que adicionam qualidades físico-químicas que aumentam o valor agregado do produto final. São os transgênicos que apresentam maior valor nutricional na soja, baixo teor de

ácidos graxos saturados no girassol, alterações nos teores de glúten e amido no trigo, alimentos com características que reduzem, por exemplo, alergenicidade que certas substâncias causam em alguns grupos de pessoas. A “terceira geração” ocorrerá por meio da introdução de plantas que desempenharão o papel de vacinas, alimentando e, ao mesmo tempo, combatendo doenças; ou atuarão como bio-fábricas com a aplicação na indústria de medicamentos, rações e hormônios, por exemplo. ⁽²⁷⁾

Cuba avançou incrivelmente em menos de dez anos, e investiu, entre os anos de 1990 e 1996, U\$ 50 milhões/ano, e a partir de 1998, U\$ 60 milhões/ano. Nesse país socialista, estão sendo desenvolvidos – ainda em fase de laboratório – vários transgênicos para uso agrícola, como arroz, banana, café, citrus, tomate e milho com resistência com diversas resistências (a insetos, fungos e herbicidas). Em fase de campo, batata, cana-de-açúcar, mamão e batata doce. ⁽²⁸⁾

Diante dessas considerações, apresento duas suposições: Se alguma empresa brasileira governamental de pesquisa agropecuária desenvolver, de forma independente do capital internacional e sendo possuidora da patente, por exemplo, um feijão transgênico, importante produto da cesta básica brasileira, com resistência à seca, biosseguro do ponto de vista da saúde e do meio ambiente, cuja fase do melhoramento vegetal convencional tenha ocorrido de forma participativa em condições sócio-econômicas e físicas de pequenos produtores pouco capitalizados e sob manejo agroecológico. Ou se produzir, por exemplo, um produto com resistência a um determinado inseto que ataca essa planta, e assim o agricultor poderá deixar de comprar a semente convencional e o inseticida e passar a comprar a semente transgênica com o gene inserido que expressa resistência ao inseto (no primeiro caso, o agricultor paga pelos royalties embutidos no preço do inseticida; no segundo caso paga os royalties embutidos no preço da semente). Seremos contrários ou favoráveis? Será que somente poderemos nos posicionar favoráveis ou contrários aos transgênicos? Não poderemos ter um posicionamento ponderado, baseado no discernimento?

Conclusão

Os transgênicos devem ser analisados caso a caso, sob os aspectos relacionados com o meio ambiente, com o consumo e com o comércio internacional. Não são a panacéia que salvará o mundo da fome ou resolverá o problema de todos agricultores; todavia, há possibilidade de alguns transgênicos serem capazes de diminuir ou até dispensar agrotóxicos e aumentar renda aos agricultores,

podendo-se aumentar a produção de alimentos sem necessariamente expandir a fronteira agrícola.

De maneira geral, o melhoramento vegetal no Brasil segue um padrão em que os resultados são mais apropriados para os produtores capitalizados. Portanto, também tem sua parcela de culpa na exclusão social no campo e em última instância no êxodo rural. O agricultor incapaz de acompanhar a inovação tecnológica tem grande dificuldade de manter sua produtividade e de se sustentar na terra. Mesmo com o incremento do desenvolvimento tecnológico dos transgênicos, a atividade tradicional de melhoramento será mantida, por ser uma necessidade no que diz respeito à adaptação de espécies vegetais às diversas condições edafoclimáticas (clima e solo) brasileiras. Nesse sentido, deve-se incentivar programas públicos de melhoramento convencional, a partir de metodologia participativa com agricultores familiares e assentados, visando desenvolver cultivares adaptadas aos sistemas de produção agroecológicas e da pequena produção, associado ao novo sistema nacional de assistência técnica. (29)

O mundo está desenvolvendo inúmeros transgênicos e o Brasil não pode ficar para trás nesse processo, pois corremos o risco de os outros países patentarem seus transgênicos e os nossos agricultores terem que, eternamente, pagar royalties para empresas sediadas nesses países. Parece-me que nossas empresas públicas de pesquisa têm capacidade de produzir transgênicos importantes para nossa pequena produção e nosso agronegócio; portanto, a alegação de que a entrada de um produto transgênico levará ao monopólio e à dependência de uma única empresa no mercado é discutível. Manter o país sem pesquisar em biotecnologia e, mais especificamente, sem desenvolver seus próprios transgênicos, é suicídio e acaba servindo aos interesses de empresas transnacionais. (30) O exemplo de Cuba demonstra a importância da inclusão soberana neste processo.

Para não deixarmos o país atrasado tecnologicamente e para garantir nossa soberania tecnológica agropecuária, é necessário que os centros públicos de pesquisa agropecuária do país possam desenvolver e patentear seus transgênicos o mais rápido possível. Para tanto é preciso incrementar o orçamento desses centros e garantir que a pesquisa agropecuária seja independente de recursos de grandes empresas agropecuárias, ágil e voltada para a soberania e interesse nacional e a preservação do meio ambiente. Deve-se, também, incrementar o investimento público em pesquisa de biossegurança, de forma a ampliar a capacidade nacional de avaliação de risco.

Sobre o debate relacionado com transgenia, se for realizado com clareza e livre de preconceitos, nos levará a uma

nova forma de reflexão a partir de uma abordagem não dicotomizada entre ambientalismo e desenvolvimentismo, mas baseada nas premissas do desenvolvimento rural sustentável e das soberanias tecnológica e alimentar. ☺

Maria Thereza Pedroso é Engenheira Agrônoma, com especialização em agroecologia e mestrado em desenvolvimento sustentável.

Notas

(1) J. C. Araújo. "Produtos Transgênicos na agricultura", em *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.18, n° 1, jan/abr 2001.

(2) Há garantia de que essa precisão ocorrerá? Há garantia de que ao transferir um determinado gene, objetivando uma determinada característica interessante, em termos agronômicos, não estaremos, porventura, transferindo outra característica que seja prejudicial ao meio ambiente, ou à saúde humana e animal? Há garantia de que, quando uma determinada condição ambiental ocorrer, nas gerações futuras de um determinado transgênico, não provocará o desenvolvimento de uma nova característica que ainda não havia sido desenvolvida nas primeiras gerações? Um alimento transgênico com genes que dão resistência a antibióticos pode provocar transferência desta característica para bactérias que provocam doenças? Podem ocorrer alergias alimentares em decorrência da introdução de genes estranhos nos alimentos? Substâncias tóxicas existentes em quantidades inofensivas nos alimentos não terão sua ação potencializada? Outras substâncias benéficas, inclusive que podem prevenir contra o câncer, não diminuirão nos alimentos? Não ocorrerão alterações no metabolismo humano, com geração de novos compostos, ou modificações nos níveis de concentração dos já existentes? Não surgirão novos vírus, por recombinação de vírus "engenheirados" com outros existentes?

(3) C. Araújo. "Produtos Transgênicos na agricultura", em *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.18, n° 1, jan/abr 2001.

(4) A MP 131 "estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004".

(5) Trecho do Artigo "Biotecnologia e transgênicos", por José Genoíno, em 16/10/2003.

(6) Trechos do pronunciamento do deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

(7) Segundo voto da desembargadora Selene Maria de Almeida, 2003.

(8) Embrapa. "Textos para Discussão 19 — Possibilidades de Uso de Genótipos Modificados e Seus Benefícios", Brasília-DF, 2003.

(9) Ver texto Soja Transgênica: impressões a partir de depoimentos de agricultores do Rio Grande do Sul - Maria Thereza - (Novembro/2003) em <http://www.pt.org.br/assessor/agrario.htm>

(10) Informação destacada da Nota Técnica N° 088/ 2003, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: "A evolução recente da produção e comércio internacional do complexo soja e a questão da transgenia: alguns fatos, evidências e mitos". Autor: Sávio Rafael Pereira.

(11) Comunicado n. 54, da CTNBio, publicado no Diário Oficial da União n. 188, de 01.10.98, Seção 3, página 56, descrito no voto da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida sobre a soja transgênica.

(12) Trecho do relatório do deputado Paulo Pimenta sobre a MP 131.

(13) Por Pat Roy Mooney, em entrevista para a Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Revista trimestral publicada pela Emater do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, V.3, n° 1, janeiro/março de 2002.

(14) As variedades transgênicas com o gene terminator produzem sementes estéreis, impedindo que os agricultores produzam sementes próprias a partir das compradas.

(15) Trecho da Tese "Transgênicos: Inovação ou Dominação Tecnológica? Um debate em construção", 2002, UnB/CDS, de Ilge Iglesias Gomes.

(16) Deputado Paulo Pimenta, em debate durante Audiências Públicas.

(17) Grandes campos de monocultura, adubo químico industrial, agrotóxicos, raças e variedades vegetais superselecionadas, hormônios sintéticos, rações artificiais, sofisticados sistemas de irrigação e uso intensivo de energia.

(18) Ver texto Agroecologia em <http://www.pt.org.br/assessor/agrario.htm>

(19) Ver tabela.

(20) Chambers & Ghidyal, 1993 em ABBUDD, 1995, modificado por Maria Thereza Pedroso, em "Agricultura Familiar Sustentável: Conceitos, Experiências e Lições", UnB/CDS, 2000.

(21) Esse trabalho foi desenvolvido pelo pesquisador da Embrapa Altair Toledo de Machado e algumas ONGs do Rio de Janeiro.

(22) Segundo Alexandre Nepomuceno (2003), pesquisador da Embrapa Soja.

(23) J. C. Araújo. "Produtos Transgênicos na agricultura", em *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.18, n° 1, jan/abr 2001.

(24) Segundo voto da desembargadora Selene Maria de Almeida.

(25) Embrapa. "Textos para Discussão 19 — Possibilidades de Uso de Genótipos Modificados e Seus Benefícios", Brasília-DF, 2003 e Embrapa — informações solicitadas por essa assessoria.

(26) Segundo a Desembargadora Selene Maria de Almeida, pelo menos 13 países — Estados Unidos, Argentina, Canadá, China, África do Sul, Austrália, México, Bulgária, Uruguai, Romênia, Espanha, Indonésia e Alemanha — já utilizam largamente a biotecnologia aplicada à agricultura. No ano passado, foram 52,6 milhões de hectares cultivados em todo o mundo com esse tipo de plantas.

(27) Segundo Alexandre Nepomuceno (2003), pesquisador da Embrapa Soja.

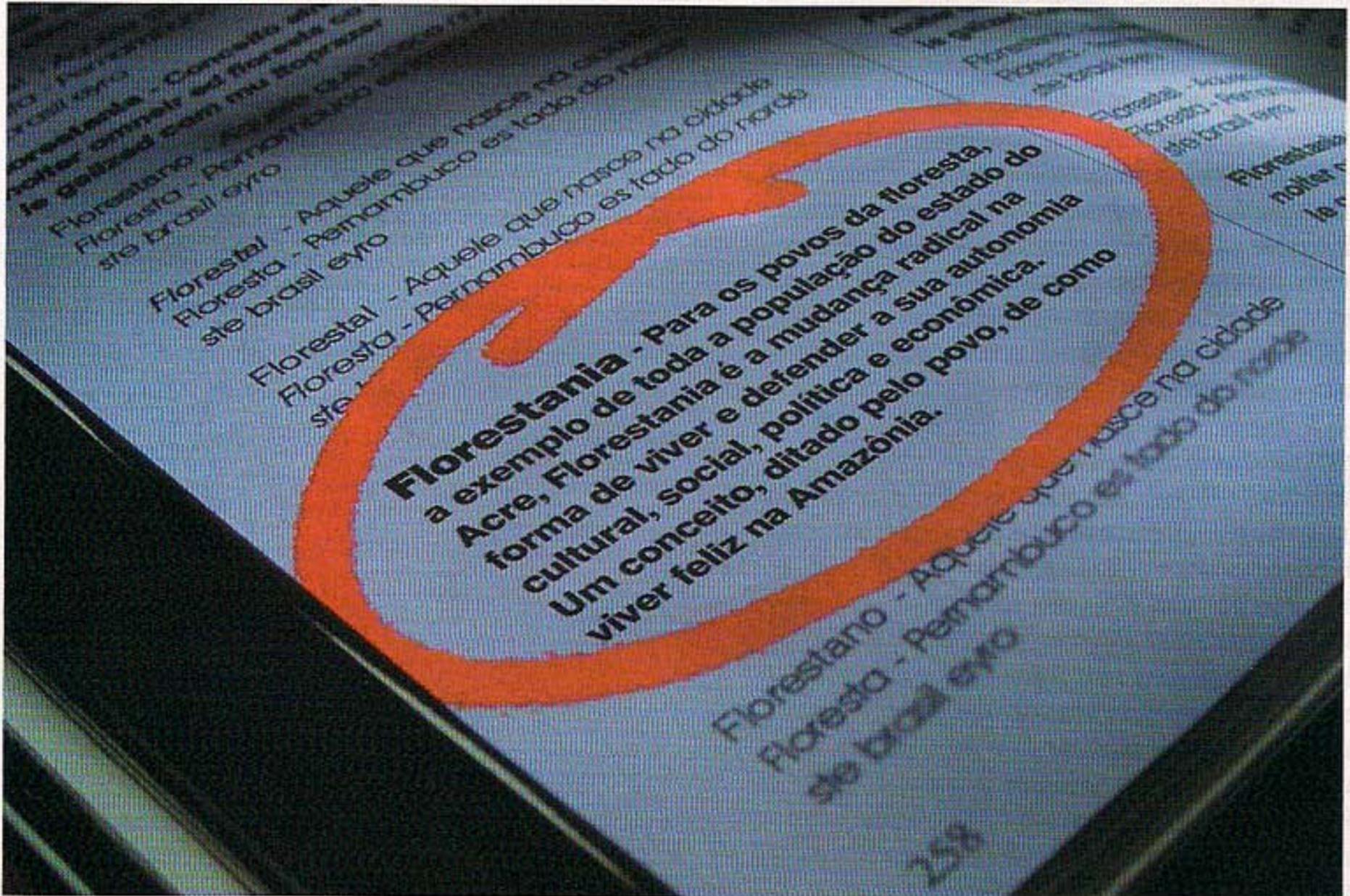
(28) Documento apresentado em palestra da Embrapa, em Brasília, 2003.

(29) Ver texto Uma breve reflexão sobre o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável Maria Thereza - (Julho/2003) em <http://www.pt.org.br/assessor/agrario.htm>

(30) Segundo voto da desembargadora Selene Maria de Almeida.

Florestania

Os povos da floresta estão escrevendo um novo verbete.



Florestania: Para os Povos da Floresta, a exemplo de toda a população do estado do Acre, Florestania é a mudança radical na forma de viver e defender a sua autonomia cultural, social, Política e econômica. Um conceito, ditado pelo povo, de como viver feliz na Amazônia.

O povo e o Governo do Acre praticam esse conceito. Cuidando das pessoas, da terra e dos seus recursos, buscam o desenvolvimento pautado na cultura amazônica, na consciência ecológica e na economia sustentada.

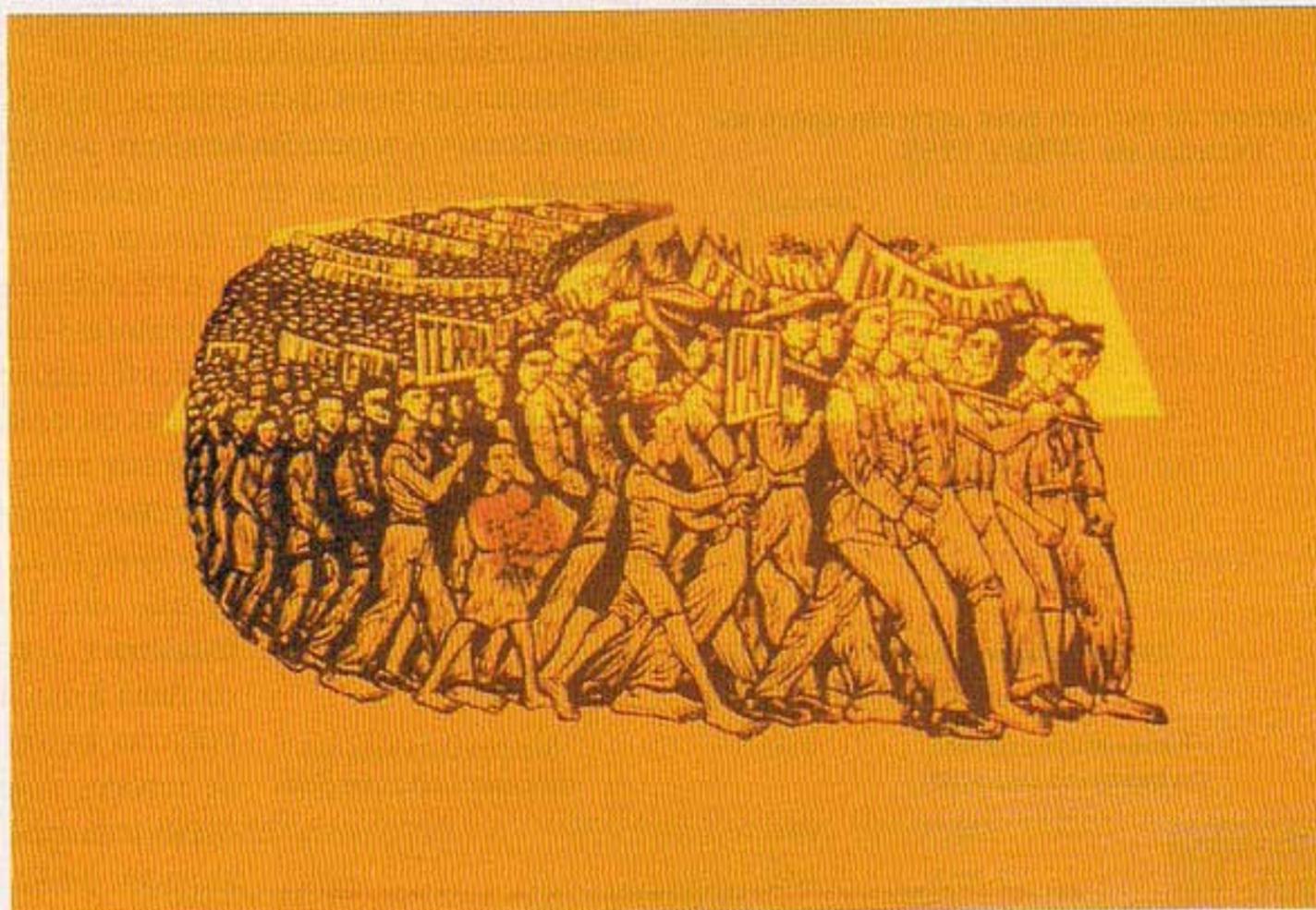
O manejo florestal e o extrativismo se associam à inovação nos negócios, na indústria, agricultura familiar e pecuária em áreas já desmatadas. O zoneamento ecológico tem a adesão dos setores produtivos porque não é lei, mas um pacto com a sociedade. O respeito aos povos indígenas dita avançadas propostas de convivência e integração.

História, cultura, território, biodiversidade, tudo é cuidado para agregar qualidade à vida nas cidades, campos e aldeias, nas florestas e rios do Acre.



CRESCER e distribuir **RENDIDA**

José Carlos Ruy



Marcha pela paz (1951), de Carlos Scliar.

Uma lição da análise dos números do IBGE sobre o Brasil no século XX, e que os brasileiros não podem esquecer, principalmente aqueles que têm responsabilidade de governo e podem influir na tomada de decisões para que os investimentos sejam destravados e o desenvolvimento volte: a ladainha neoliberal representa os interesses do atraso e dos setores cujos interesses estão ligados à manutenção da situação de dependência e subordinação do país. Contra isso, os números mostram que o país só cumpriu sua vocação para o crescimento quando o Estado brasileiro patrocinou políticas de desenvolvimento

Os dados sobre o desempenho brasileiro no século XX, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na publicação Estatísticas do século XX (1), mostram um

país dinâmico e – como já se disse – com vocação para o crescimento. São dados surpreendentes e que ilustram a relação entre economia, política e forma de organização da sociedade, e que condicionam positiva ou negativamente o crescimento econômico.

As mudanças foram demográficas, políticas, econômicas e sociais. A população brasileira passou, naquele intervalo de cem anos, de 17,4 milhões para 169,8 milhões de habitantes. Isto é, cresceu quase 10 vezes. O país ficou mais democrático: na eleição presidencial de 1910, existiam 1,1 milhão de eleitores (6% da população). Em 2002, eram 115 milhões de eleitores, (56% da população). O PIB (que é a soma do valor de todos os bens e serviços produzidos durante um ano) brasileiro era de 9 bilhões de reais; em 2000, alcançou 1 trilhão, sendo 110 vezes maior. Em 1900, pouco mais de

11,6% do PIB eram industriais; a agropecuária tinha a maior fatia do PIB, com 44,6%, e o setor de serviços tinha 43,8%. O PIB industrial cresceu; alcançou 34,4% do total em 1980, e hoje recuou para 27,7%. A agricultura caiu para 11,1% do total, e o setor de serviços tem, hoje, 61,2%. O PIB per capita em 1901 era de 516 reais, e em 2000 foi

O Brasil deixou de ser um país agrícola entre as décadas de 1940 e 1950.

PIB	agrícola	industrial	serviços
1900	44,6	11,6	43,8
1920	38,1	15,7	46,2
1940	29,4	18,7	51,9
1960	16,9	29,9	53,2
1980	9,8	34,4	55,8
2000	11,1	27,7	61,2

Rendimento médio real das pessoas ocupadas Brasil – 1981/1999

Ano	Rendimento médio real das pessoas ocupadas (R\$)	Ano	Rendimento médio real das pessoas ocupadas (R\$)
1981	485,53	1990	477,01
1983	407,70	1992	363,15
1984	404,75	1993	381,75
1985	469,02	1995	468,33
1986	696,85	1996	497,91
1987	506,59	1997	492,58
1988	470,19	1998	488,54
1989	530,74	1999	449,00

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD: síntese de indicadores da pesquisa básica. 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

Brasil – médias anuais de crescimento do PIB per capita, por períodos de 20 anos

Períodos de 20 anos	1900–1920	1920–1940	1940–1960	1960–1980	1980–2000
Taxa de crescimento	1,3%	2,9%	3,8%	4,6%	0,3%

Fonte dos dados: Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil no Século XX: a economia", in IBGE, *estatísticas do Século XX*, Rio de Janeiro, IBGE, 2003

de 6.056 reais (12 vezes mais).

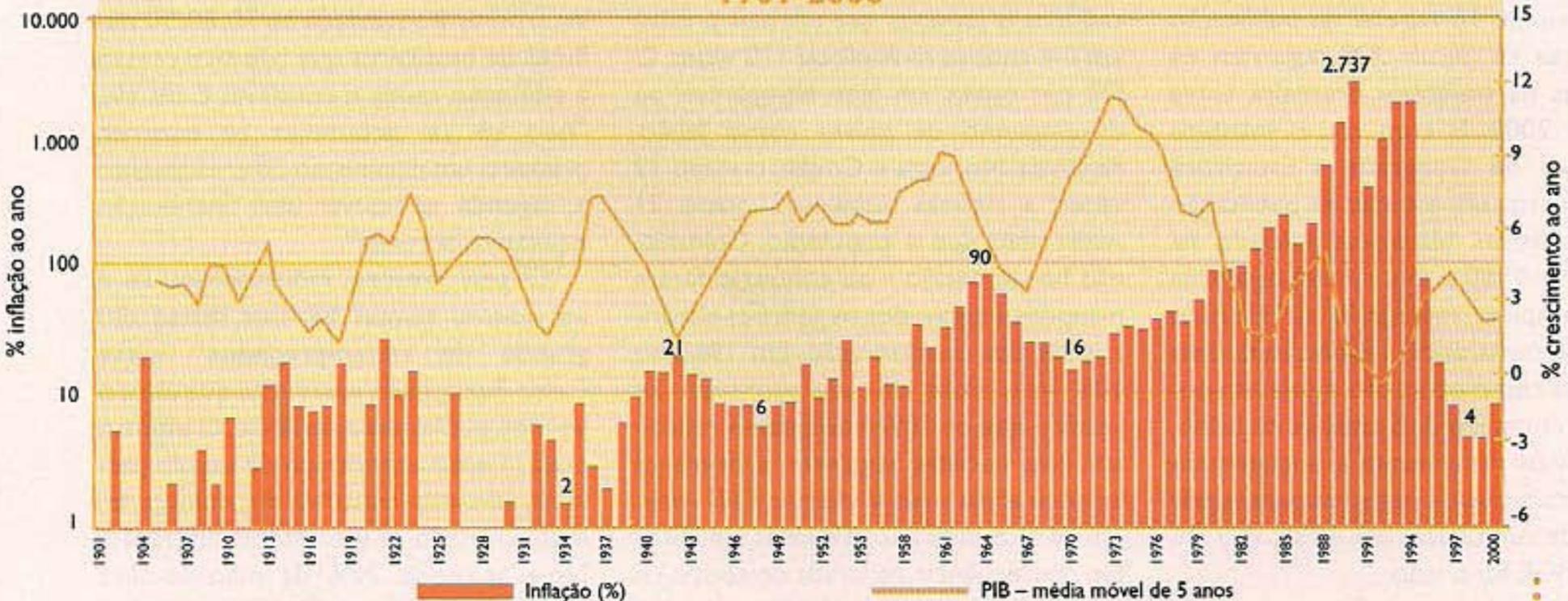
Houve melhoras grandes também na área social. A taxa de analfabetismo era de 65%, e hoje é de 17%, um número ainda muito alto para os padrões modernos. A mortalidade infantil era arrasadora em 1930: 162 por mil. Isto é, 16% das crianças nascidas vivas morriam antes de completar um ano de idade. Em 2000, foi de 30 por mil. Em 1900, a expectativa de vida ao nascer era de apenas 34 anos; em 2000, dobrou: foi de 67 anos. Durante a primeira metade do século passado, a imensa maioria dos brasileiros morava no campo. Em 1940, ainda eram 69%. Em 2000, a situação mudou radicalmente, e o Brasil tinha se tornado um país urbano, com apenas 19% dos brasileiros vivendo no campo, e 81% nas cidades.

O país cresceu, enriqueceu e se sofisticou. Esteve, ao logo do século XX, entre os campeões mundiais de crescimento – segundo um estudo do IEDI (Instituto de Estudos

sobre Desenvolvimento Industrial), cresceu uma média de 4,3% ao ano, atrás apenas de Formosa (5%) e da Coréia do Sul (4,5%). O velho e rotineiro país agrário e semicolonial de cem anos atrás tornou-se hoje uma das maiores potências industriais do planeta, embora a dependência externa continue um traço forte de sua constituição.

E a riqueza permaneceu fortemente concentrada. Em 1960, os 10% do topo da pirâmide eram 34 vezes mais ricos do que os 10% da base. Essa concentração aumentou nos anos seguintes e, em 1991, os mais ricos tinham 60 vezes mais do que os mais pobres. Desde então a situação melhorou um pouco sem contudo modificar substancialmente o quadro e, em 2000, os mais ricos continuavam com 47 vezes mais riqueza do que os mais pobres. No final do século, o Brasil continuava "na mesma posição relativa do início do século XX", diz Marcelo de Paiva Abreu no ensaio "O Brasil no século XX: a economia", que

Inflação e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB – 1901-2000



Fontes: IPEA. Base de Dados Macroeconômicos – IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>; Villela, A.; Suzigan, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1973. (Série monográfica, 10); Haddad, C. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947. Rio de Janeiro: FGV, 1978; Haddad, C. Crescimento econômico do Brasil 1900-1975. In: Neuhaus, P. C. (Coord.). Economia brasileira: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980; Contas nacionais do Brasil: séries históricas 1970-1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Abreu, M. de P. (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Participação dos setores no Produto Interno Bruto – PIB – 1900-2000

Ano	Participação dos setores no PIB (em % baseadas nos valores a preços de 1949)			Índice de mudança estrutural (%)
	Agronegócio	Indústria	Serviços	
1900	44,57	11,59	43,84	0,37
1910	39,73	13,08	47,19	0,11
1920	38,09	15,72	46,19	0,17
1930	35,77	14,81	49,41	0,62
1940	29,42	18,74	51,84	0,97
1950	22,42	25,64	51,94	0,50
1960	16,91	29,85	53,25	0,14
1970	14,27	32,52	53,22	0,30
1980	9,81	34,29	55,90	0,32
1990	10,54	29,97	59,49	0,08
2000	11,04	27,74	61,22	-

Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2ª ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em fev. 2002.

faz parte do livro do IBGE. “Em 1900”, diz ele, “a renda per capita brasileira era da ordem de 24% da renda média ponderada das 17 economias mais avançadas (Europa Ocidental, ‘economias de colonização recente’ e Japão), enquanto no fim do século estava em torno de 26%”.

São números gigantes, que permitem algumas conclusões. Uma delas confirma a tese marxista de que, num certo momento de seu desenvolvimento, as rela-

ções de produção detêm o avanço das forças produtivas, impondo-se a necessidade da substituição das velhas relações de produção por outras capazes de promover o progresso material.

Foi o que aconteceu com o Brasil na primeira metade do século XX. Em 1900, o país havia acabado de sair da mais profunda revolução de sua história, aquela que extinguiu o trabalho escravo, em 1888. Na área política,

Brasil, século XX: a marca da desigualdade

Carlos Pompe e José Carlos Ruy

As 543 páginas do livro e o CD-Rom com mais de 16 tabelas da publicação *Estatísticas do Século XX* registram os números da trajetória brasileira entre 1901 e 2000. E, com ela, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coroa um esforço de publicação de estatísticas históricas iniciado na década de 1980 e que resulta, agora, na mais completa radiografia da História do Brasil, mostrando a evolução do País em áreas como educação, saúde, economia e cultura. Em dois anos de trabalho, os técnicos recorreram a documentos históricos e outros registros para suprir a falta de estatísticas até 1936, ano em que o IBGE foi criado.

O esforço é tão grande quanto o país que descreve, pelo volume dos dados, e por sua dinâmica. O tamanho da população é um exemplo: ela passou de 17,4 milhões em 1901 para 170 milhões em

2000. Cresceu dez vezes. No mesmo intervalo de tempo, o Produto Interno Bruto (PIB é a soma de todas as mercadorias e serviços que um país produz em um ano) se multiplicou 110 vezes. O PIB per capita, em feito comparável ao desempenho de países como Japão, Finlândia, Noruega e Coreia, cresceu 12 vezes; a riqueza aumentou quase 21 vezes mais que a população. Contudo, não houve divisão – ao contrário, foram mantidos e agravados os padrões históricos de alta concentração. Em 1960, os 10% mais ricos do país ganhavam 34 vezes o que os 10% mais pobres recebiam. Nas décadas seguintes, a diferença cresceu ainda mais e chegou a 60 vezes em 1991, caindo para 47 vezes em 2001. Em consequência, na virada do século, os rendimentos somados do 1% mais rico equivaliam ao rendimento total de todos os 50% mais pobres, fazendo da desigualdade – de renda, racial, de gênero e regional – a marca nacional. Para corrigir

essa distorção e diminuir a desigualdade de renda, diz o ministro do Planejamento, Guido Mantega, será necessário incorporar à sociedade os 70, 80, 90 milhões de brasileiros que não têm acesso à educação, saúde e consumo. E, diz ele, “isso só vai acontecer se ocorrer, primeiro, um dinamismo do crescimento e, segundo, se houver uma distribuição equitativa da renda”.

“O país cresceu, industrializou-se e ao mesmo tempo há uma massa tão grande de subempregados”, disse Celso Furtado na entrevista que abre o volume publicado pelo IBGE. O intenso crescimento econômico do século passado, um dos maiores do mundo, foi impulsionado pela industrialização. Hoje, mais de 70% da mão-de-obra estão nas cidades; 55% de trabalhadores estão sem direitos, na informalidade, e existem mais mulheres no mercado. O Instituto detectou uma mudança crucial no comportamento

Participação percentual dos setores no Produto Interno Bruto – PIB – a custo de fatores – Brasil – 1947-1995

Setores	Em porcentagem (%)										
	1947	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Agropecuária	20,72	24,28	23,47	17,76	15,86	11,55	10,75	10,11	11,12	10,19	11,36
Indústria	25,20	24,14	25,64	32,24	31,96	35,84	40,37	40,93	42,27	36,72	31,44
Extrativista mineral	0,34	0,39	0,50	0,77	0,89	0,78	0,82		3,04	1,59	0,98
Transformação	19,31	18,66	20,41	25,57	24,94	27,43	31,34	1,04	31,62	25,67	20,60
Construção	4,49	4,10	4,00	4,81	4,53	5,40	6,22	31,29	5,44	7,06	7,51
Serviços industriais de utilidade pública	1,05	0,99	0,74	1,09	1,60	2,23	1,99	1,79	2,17	2,39	2,36
Serviços	54,09	51,58	50,89	50,01	52,18	52,61	48,88	48,95	46,61	53,09	57,20
Comércio	15,83	15,63	16,20	16,94	16,59	16,41	14,55	10,90	8,52	7,11	6,33
Transportes	3,29	3,44	3,70	3,96	4,03	3,70	3,24	3,77	3,99	3,64	3,74
Comunicações ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	0,61	0,79	0,91	1,01	1,27	1,37
Instituições financeiras	3,22	3,60	3,36	2,71	3,43	6,02	6,55	7,68	11,66	11,72	7,12
Administrações públicas	6,10	6,59	6,15	6,35	8,02	9,24	7,50	6,41	7,15	11,59	11,67
Aluguéis	14,25	11,54	11,09	10,26	10,38	9,29	6,69	7,12	3,31	5,92	9,62
Outros serviços	11,40	10,80	10,39	9,78	9,74	7,34	9,56	12,16	10,98	11,84	17,35
PIB a custo de fatores	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2ª ed. rev. atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Indicadores conjunturais. Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002. Nota: Inclusive imputação dos serviços de intermediação financeira. (1) Incluído em transportes em 1970.

essa mudança correspondeu à substituição do Império pela República, um ano depois. Foi uma mudança que abriu possibilidades de enorme renovação em nosso

país. Foram criadas assim as condições institucionais para o crescimento capitalista, introduzindo alterações legais que permitiram e garantiram o investimento capi-

das empresas brasileiras. Até a década de 80, os postos de trabalho destruídos pelas crises eram recriados nos períodos de crescimento econômico. A partir dos anos 90, grande parte dos postos de trabalho eliminados só ressurgiu na informalidade, isto é, ocupados por trabalhadores sem carteira assinada.

A digestão do volume de dados publicados neste volume levará algum tempo, como o próprio IBGE reconhece. Ainda há muitos cruzamentos de dados e estudos específicos por serem feitos. Entre eles, um estudo mais acurado sobre o acesso dos trabalhadores à proteção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sobre a evolução do sindicalismo.

As primeiras estatísticas oficiais sobre sindicalismo, trabalho e emprego apareceram a partir de 1936. Continuam dados sobre a emissão de Carteiras de Trabalho, sindicatos reconhecidos pelo governo, negociações e convenções trabalhistas registradas, além de colônias agrícolas

subordinadas ao governo federal. Criada em 1939, a estrutura sindical brasileira só seria modificada significativamente com a Constituição de 1988. Durante os regimes autoritários, os sindicatos podem ter subestimado seu número de associados, ganhando, com isso, certa margem de manobra em sua contabilidade, sempre fiscalizada pelo governo federal. De fato, enquanto a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1973 estimava em quase 37 milhões a população ocupada do país, o inquérito sindical reportava a existência de 3,2 milhões de trabalhadores sindicalizados, o que implica numa taxa de sindicalização de 9% – considerada baixa demais. Já no período democrático posterior a 1988, pode ter ocorrido o inverso: os sindicatos recenseados pelo IBGE informaram uma taxa de sindicalização superior a 35%, enquanto a PNAD, no mesmo período, detectou que, no máximo, 25% dos trabalhadores estavam filiados a sindicatos e associações de classe.

Estatísticas do século XX registra a expressiva melhoria na qualidade de vida dos brasileiros ao longo do século XX. A expectativa de vida pulou, naquele período, de pouco mais de 30 anos para cerca de 70. O país ficou mais velho, urbano, feminino, alfabetizado e industrializado. Por um lado, a mortalidade infantil caiu. Mas, por outro, 6,1% ainda morrem de infecções típicas do Terceiro Mundo. O país teve um acelerado aumento populacional, na primeira metade do século, e uma queda forte da natalidade, na segunda metade. Há mais pessoas na escola, mas a qualidade do ensino piorou. O crescimento populacional não foi acompanhado de melhorias na infra-estrutura das cidades. Isso gerou ocupação desordenada do solo e déficit habitacional. O Brasil não conseguiu eliminar doenças como tuberculose e malária, que herdara do século XIX, e incorporou males modernos como doenças crônicas e degenerativas. Doenças cerebrovasculares, circulatórias e cardíacas,

Produto Interno Bruto – PIB – a preços constantes e per capita

Ano	PIB a preços de 2000 (1.000.000 R\$)	Taxa de crescimento médio do PIB (%)	PIB/per capita a preços de 2000 (%)
1900	8.606		497
1920	19.731	4,24	644
1940	47.070	4,44	1.143
1960	170.256	6,64	2.426
1980	715.110	7,44	6.011
2000	1.089.688	2,13	6.427

Fontes: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, 2ª ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990; Haddad, Cláudio Luiz da Silva. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947. Ensaio Econômico da EPGE, Rio de Janeiro, n. 14, jun. 1914; Haddad, Cláudio Luiz da Silva. Growth of Brazilian real output: 1900-1947. 1974. Tese (doutorado) Universidade de Chicago, Chicago; Contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2002. Nota: A estimativa de 2000 é preliminar, a partir das Contas Nacionais Trimestrais (IBGE).

talista e introduziram o mercado de trabalho regulado por uma draconiana lei de locação de mão de obra. O crescimento vertiginoso do Brasil naquele século resultou daquela reorganização da vida nacional, e refletiu seu ritmo, numa revolução a “fogo lento” que se desdobrou por algumas décadas. Apesar da mudança na forma de organização do trabalho e no sistema político, a disputa entre setores progressistas, nacionalistas e democráticos contra a velha oligarquia agroexportadora e

financeira, que havia dominado no Império, foi vencida por estas forças do atraso que, desde os governos de Prudente de Moraes e Campos Salles impuseram ao país uma política liberal que subordinava a economia aos interesses do imperialismo, criava obstáculos para sua industrialização, preconizava o afastamento do Estado das atividades econômicas e impedia o desenvolvimento maior do país.

Foi só depois de 1930, com a derrota daquelas oligar-

juntas, respondem por 23% das mortes.

A violência foi a terceira maior causa de morte de brasileiros. O país ficou mais armado e violento. Em 1907, todos os presos na então capital federal (Rio de Janeiro) tinham sido condenados por delitos contra a pessoa. Entre os 2.833 sentenciados, 2.422 haviam cometido assassinato; 53, tentativa de homicídio; 223, lesão corporal; e 135, o que chamavam de violência carnal (estupro). Em 1985, havia 39.609 presos, 57,8% deles por crimes contra o patrimônio (que só aparecem nas estatísticas a partir de 1943), e 26,5% por crimes contra a pessoa. O tráfico de entorpecentes surge nos anuários somente a partir da década de 60 – e, assim mesmo, como crime contra a Saúde Pública. De 1965 a 1985, no entanto, o número de condenações por tráfico triplicou. Em 1939, foram registrados apenas 324 homicídios com armas de fogo no Rio de Janeiro. A partir dos anos 60, o uso de arma de fogo deixou de ser

contabilizado, por ter se disseminado pelos mais variados crimes.

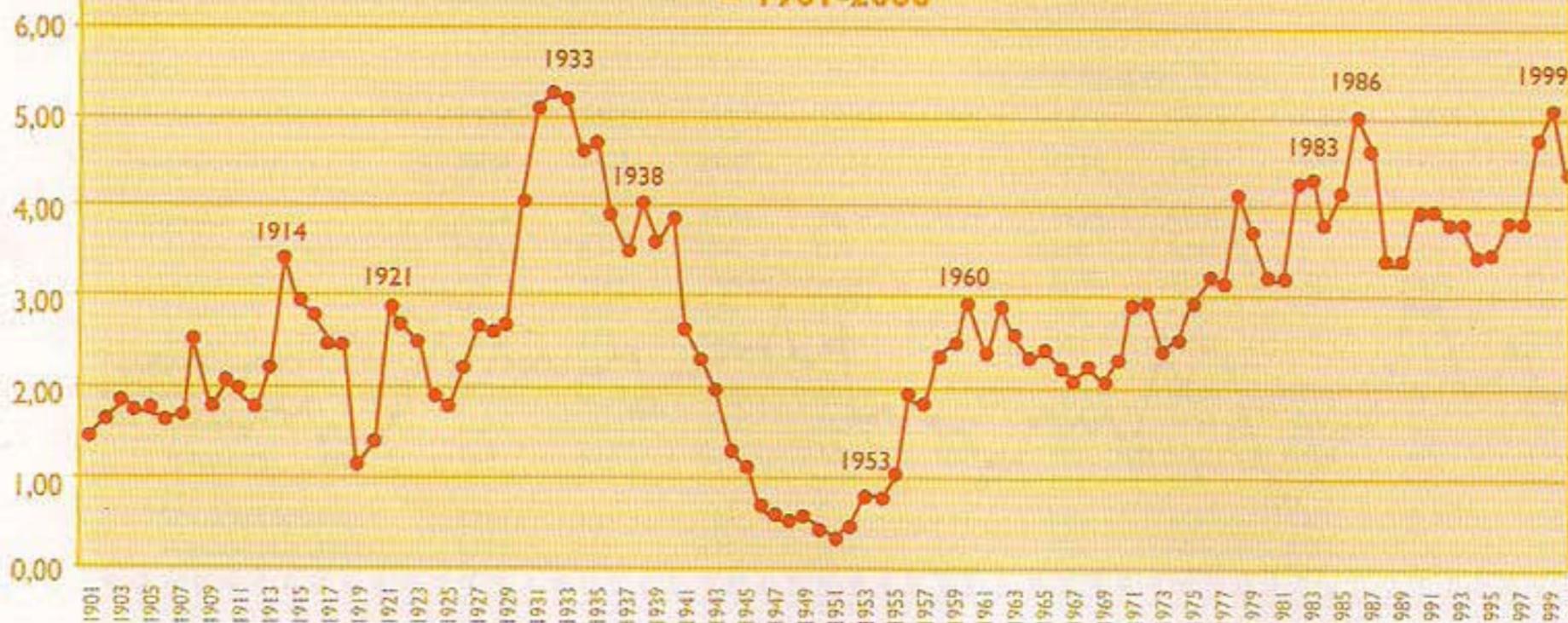
Outro aspecto crucial da vida brasileira, ali registrado, é a evolução econômica cuja marca foi, ao longo do século, a inflação. A alta dos preços acumulada mostra que, se um produto custasse R\$ 1 em 1901, seria vendido no ano 2000 por R\$ 11 quatrilhões (o zero seguido de quinze zeros, antes da vírgula!). As taxas inflacionárias entraram em curva descendente na última década, assim como a renda do trabalhador. A inflação dobrou como média anual entre os anos 30 e os anos 40. A partir daí, cada década foi pior que a anterior. De 90 a 95, a média anual de inflação foi de 764%; nos últimos cinco anos do século, essa média caiu para 8,6%. A inflação anual média no século foi de 45,2%. A inflação alta levou o país a conviver, ao longo do século, com nove moedas diferentes, sem contar os cortes de zero: réis, a que durou mais, de 1889 a 1942; depois foi adotado o cruzeiro, que também

teve uma vida relativamente longa, de 1942 a 1967; foi substituído pelo cruzeiro novo, que durou de 1967 a 1970), voltando a ser denominado cruzeiro (1970 a 1986); começou então uma série de unidades monetárias efêmeras, resultado da inflação desenfreada e dos esforços para controlá-la: cruzado, de 1986 a 1989; cruzado novo, de 1989 a 1990; outra vez cruzeiro, de 1990 a 1993; cruzeiro real, de 1993 a 1994; e real, a moeda atual, desde 1994.

Sem acompanhar a alta da inflação, os salários tiveram uma perda real enorme desde a criação do salário mínimo, em julho de 1940. Comparados com os valores de 1959, quando o valor do salário mínimo alcançou seu ponto mais alto, a perda foi de 50% no Rio de Janeiro e em São Paulo

O valor do salário mínimo não acompanhou também o intenso crescimento do PIB que, ao longo do século, teve uma variação anual média de 4,8%, correspondendo a uma elevação

Razão entre a dívida externa bruta e o valor das exportações de mercadorias no Brasil – 1901-2000



quias e de sua política liberal, que as velhas relações de produção começaram a ser de fato destravadas e o país pôde manifestar sua vocação para o crescimento. E, neste ponto, fica nítida a importância do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico. O Brasil cres-

ceu aceleradamente justamente no período em que, mal ou bem, o Estado desempenhou esse papel. Nos dois outros, de predomínio liberal e “Estado mínimo” (de 1901 a 1930, e de 1980 a 2000), o crescimento foi medíocre.

Entre 1901 e 1930, o PIB cresceu 3 vezes; no meio

do PIB per capita de 2,5% ao ano. A pior crise de crescimento ocorreu entre 1981 e 1984, quando o PIB per capita recuou 12%. Mas, segundo o IBGE, a crise mais prolongada, no século, foi a de 1988 a 1994.

“Para financiar o crescimento de suas despesas, o governo brasileiro realizou, durante o século XX, diversas reformas tributárias (em 1934, 1946, 1967 e 1988)”, diz o IBGE, indicando que o Estado aumentou despesas e elevou a carga tributária. De 1920 a 1958, ela subiu de 7% a 19% do PIB; hoje está em torno de 37%. O financiamento de longo prazo do Brasil vem basicamente do Estado; na última metade, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os bancos privados sempre foram acanhados no financiamento do investimento.

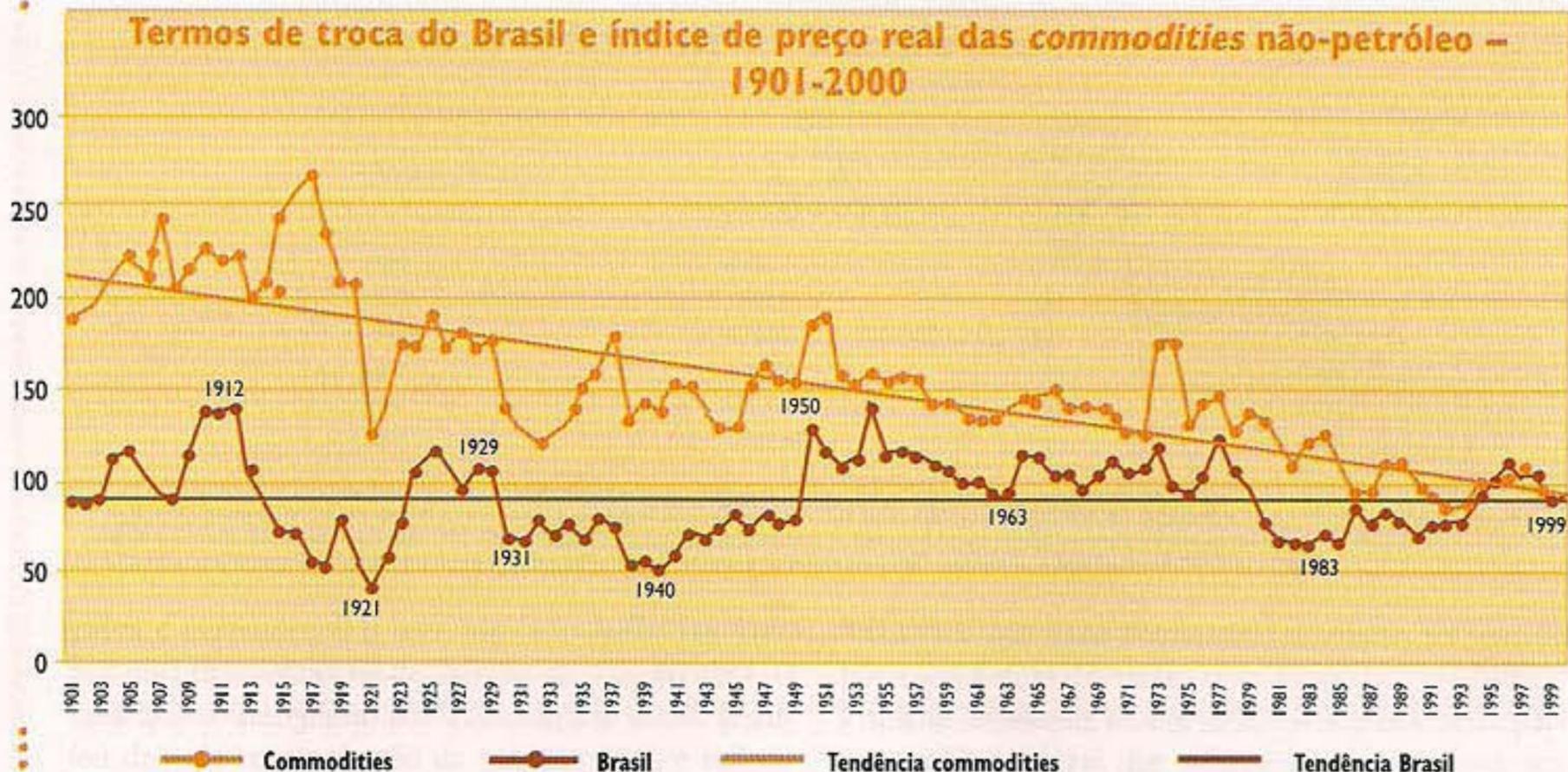
A participação do Brasil nas vendas externas mundiais oscilou entre 1,5% a 2% no período. De 1971 a 1980 e entre 1995 e 2000 foram registrados déficits (importações maiores que

exportações) substanciais na balança comercial.

Até 1960, as vendas externas concentravam-se em café (principalmente), borracha e algodão – isto é, alimentos e matérias primas, de baixo valor agregado. Foi entre 1940 e 1945 que os produtos industrializados passaram a ter participação expressiva nas exportações, com média de 44% do total exportado no período. E o principal mercado para nossos produtos continuavam a ser Estados Unidos. Nos primeiros 30 anos do século, esse mercado era formado por apenas oito países, que compravam mais de 90% das exportações brasileiras. Com a Segunda Guerra (1939-1945) teve início a diversificação das exportações para os países da América Latina. O crescimento foi tão grande que permitiu ao governo Vargas equacionar, em 1943/1944, o problema da dívida externa, que levava o país a decretar a moratória em 1937.

Nos 100 anos retratados em

Estatísticas do Século XX, o Brasil deu um salto. Era um país de “vocação agrícola”, recém-saído da escravidão, com uma industrialização incipiente e limitada, e com a imensa maioria da população morando no campo ou dependendo da economia agrária. No final do século, estava entre as 10 maiores economias do planeta; tornou-se país industrial e urbano, no qual convivem contraditoriamente alguns traços da modernidade mais avançada com situações de atraso e miséria muito profundas. Um país agudamente desigual, que viveu uma transformação econômica profunda, que lutou ao longo do século para alcançar liberdades democráticas hoje vigentes. Mas que ainda precisa transformar estas conquistas em uma mudança social igualmente profunda, que incorpore todos os brasileiros aos benefícios do progresso. E que deixe para trás a nefasta marca da desigualdade que o Brasil ainda mantinha como sua característica no final do século XX.



IBGE. Nota: o índice de preço real das commodities não-petróleo é calculado pela razão entre o valor unitário das exportações mundiais de commodities não-petróleo (GYCPI) e o valor unitário das exportações de produtos manufaturados dos países avançados (MUV).

século em que predominou aquilo que convencionalmente se chama de Era Vargas, o PIB cresceu 23 (vinte e três) vezes. Foi uma época em que, provavelmente, o Brasil foi campeão mundial de crescimento. Entre 1980 e 2000, período em que a política neoliberal comandou o Estado brasileiro, o crescimento foi menos que medíocre, e o PIB brasileiro cresceu apenas 1,5 vezes. Não chegou sequer a dobrar em 20 anos, quebrando pela primeira vez o ritmo de crescimento que havia marcado o século.

Dividindo o século em períodos de 20 anos, é possível notar a mesma tendência no PIB per capita, cujo crescimento médio anual cresceu, período a período, até 1980, quando teve uma queda brutal.

Outro aspecto do desenvolvimento brasileiro naqueles cem anos foi a persistente dependência externa do país, traduzida em números gigantescos. Em 1900, o endividamento externo podia ser considerado modesto, diz Marcelo de Paiva Abreu, e a relação entre dívida externa e exportações era inferior a 2,0. Com a crise de 1928, essa relação, chegando a 3,0, cresceu ainda mais na grande depressão, alcançando 5,0 na grande depressão. “O primeiro longo ciclo de endividamento brasileiro foi concluído em 1943 com um acordo definitivo que cortou pela metade o valor nominal da dívida externa. Com o acesso ao mercado de capitais interrompido, a razão dívida-exportações caiu a 0,3 no início dos anos de 1950”. Mas, em 1960, voltou a crescer, alcançando outra vez 3,0. “Novo período de endividamento externo voluntário com

o setor financeiro privado estendeu-se de 1967 até 1982, quando ocorreu nova crise sistêmica, levando a razão dívida bruta-exportações a mais de 4,0 no início dos anos de 1980 e a um pico de 5,0 em 1986. Houve uma nova reestruturação em 1993-1994 na qual foram abatidos cerca de 16% do valor nominal da dívida, correspondentes a valor de face a redução de juros. No final dos anos de 1990, a razão dívida bruta-exportações estava de novo acima de 4,5” (Marcelo de Abreu Paiva, *idem*, p. 336). Isto é, estava de novo em patamares semelhantes aos da crise de 1929. A dependência externa manifesta-se também no volume crescente dos investimentos estrangeiros. Em 1900, eles alcançavam US\$ 200 milhões correntes, ou 120% das exportações. Em 1999, o valor era de US\$ 116 bilhões, ou 2,4 vezes o valor das exportações (*idem*).

“O Brasil cresceu muito mas no essencial não se transformou”, diz o economista Celso Furtado na longa entrevista que abre o volume publicado pelo IBGE, onde ele — que, além de cientista, foi um protagonista e um observador agudo da história do país — faz uma avaliação em profundidade da evolução do país ao longo do século XX. E constata: o Brasil de hoje “é uma das dez maiores economias do mundo e tem um sistema industrial complexo”, mas a “parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, senão o prioritário, de quem governa o Brasil”. Por isso, diz, desenvolvimento no Brasil de hoje “é essencialmente solucionar o problema

social. Este é o desenvolvimento sustentável. Não basta apenas aumentar o produto". Um país "pode crescer muito, como o Brasil cresceu, e continuar subdesenvolvido", diz. E uma das soluções é o aproveitamento de extensas áreas de terras que, hoje, ficam à margem da produção. Para isso, Furtado prega uma "política rural de outro tipo", para atrair gente para trabalhar no campo, "com base em um modelo novo": "O desafio será criar emprego no campo sem inviabilizar a produção nas grandes propriedades. É preciso criar uma agricultura variada: produção comercial e familiar". Defendendo a intervenção ativa do Estado para promover o desenvolvimento, o decano dos economistas brasileiros não tem dúvidas: a situação de atraso do Brasil exige a ação do governo, pois não há como "sair dessa situação pelo mercado. Este não é suficiente, pois não fará as transformações estruturais necessárias. O mercado concentra renda e é preciso desconcentrar". Ele também relativiza a apregoada necessidade de recursos externos para desenvolver o país. "Há uma abundância tão grande de recursos naturais, de mão-de-obra subempregada, de capacidade técnica, e mesmo

científica! Então, por que não buscar um caminho próprio para se desenvolver? Entre a década de 30 e a de 70 o Brasil se desenvolveu fortemente, foi um dos países que mais cresceram no mundo".

Isso já ocorreu no passado, como os dados coletados e publicados pelo IBGE demonstram. Numa época em que o Brasil sofreu as conseqüências de uma política internacional de redução de espaço, voltou-se para o mercado interno, deixou de crescer segundo a linha tradicional das exportações de produtos primários e das importações de manufaturas, e investiu na criação de um mercado interno. Aí descobriu o enorme potencial de seu mercado interno, graças também à política de incentivos. Nessa época, ainda se podia ter protecionismo, política cambial, etc.

Nos últimos dez ou vinte anos difundiu-se o dogma de que "mercado interno era coisa secundária, que não favorecia o avanço tecnológico". Mas o "Brasil terá de voltar a pensar no seu mercado interno e abrir, assim, espaço para crescer". "Qualquer política econômica, para ser eficaz, tem de levar em conta o consumo de massa, essencialmente, popular", diz.

Composição das exportações brasileiras, por fator agregado – 1964/200

Ano	Composição das exportações brasileiras (em %)				
	Total	Fator agregado			
		Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Operações especiais
1964	100	85,4	8,0	6,3	0,3
1965	100	81,5	9,6	8,1	0,7
1969	100	77,7	9,1	12,3	0,9
1970	100	74,8	9,1	15,2	0,9
1974	100	57,6	11,5	28,5	2,4
1975	100	58,0	9,8	29,8	2,4
1979	100	43,0	12,4	43,6	1,0
1980	100	42,2	11,7	44,8	1,3
1984	100	31,6	10,2	57,2	1,1
1985	100	33,0	10,3	55,6	1,1
1989	100	27,0	17,0	55,1	0,9
1990	100	27,5	16,2	55,1	1,2
1994	100	24,9	16,2	57,9	1,0
1995	100	22,6	20,6	55,5	1,3
1999	100	24,6	16,6	56,9	1,8
2000	100	22,8	15,4	59,8	1,9

Fontes: Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior. Evolução das exportações brasileiras por fator agregado, 1964 a 2002. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/indicadores/default.htm>>. Acesso em: abr. 2002.

Principais produtos de exportação do Brasil – 1901/1965

Período	Principais produtos de exportação (em %)				
	Total	Fator agregado			
		Café ⁽¹⁾	Borracha	Algodão ⁽²⁾	Outros ⁽³⁾
1900/1910	95,2	51,3	28,2	2,1	13,6
1911/1920	84,2	52,9	11,4	2,0	18,4
1921/1930	88,5	69,6	2,5	2,4	14,0
1931/1940	77,6	50,0	1,1	14,3	12,2
1940/1950	66,6	43,2	1,1	11,3	11,0
1951/1954	82,8	63,8	0,2	9,9	9,0
1955/1960	75,3	60,0	0,1	4,5	10,7
1961-1965	67,4	50,6	0,3	7,7	8,9

Fontes: Séries estatísticas retrospectivas. Ed. fac/sim. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. v. I: Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos. Separata de: Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941: Anuário estatístico do Brasil 1957/1965. (I) Em grão; (II) Em rama; (3) Cacau em amêndoas, fumo, açúcar de cana, peles e couros e mate.

Hoje, esse caminho pode ser mais difícil, pensa. “O Brasil avançou em muitos setores, mas perdeu em capacidade de autogoverno. Hoje tem dificuldade para se defender da grande vulnerabilidade do setor externo”. “O Brasil renunciou a tudo isso, renunciou à alavanca de poder. Hoje, o governo receia uma corrida contra o real.” “Mais grave, contudo, é a perda das alavancas de poder. Precisamos voltar a ter uma política cambial ativa. O FMI é um fantasma usado por nações poderosas para

Campanha do Fora Collor (1992).



que as indefesas não tenham uma política própria.” E, para superar o subdesenvolvimento, não basta o crescimento – “hoje vemos isso com clareza”, reconhece. Só se consegue isso “mediante reformas estruturais importantes”. “O que antes era tachado de pessimismo, derrotismo, hoje revela um amadurecimento, uma consciência de que devemos transformar este País”.

Isto é, o país cresceu com as próprias forças. Esta é a principal lição daqueles números, reforçada pela análise de Celso Furtado, e que os brasileiros não podem esquecer, principalmente aqueles que têm responsabilidade de governo e podem influir na tomada de decisões para que os investimentos sejam destravados e o desenvolvimento volte: a ladainha neoliberal representa os interesses do atraso e dos setores cujos interesses estão ligados à manutenção da situação de dependência e subordinação do país. Contra aquela ladainha, os números mostram que o país só cumpriu sua vocação para o crescimento quando o Estado brasileiro patrocinou políticas de desenvolvimento. ☹

José Carlos Ruy é jornalista e Editor de *Princípios*.

Nota

(1) IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.



OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



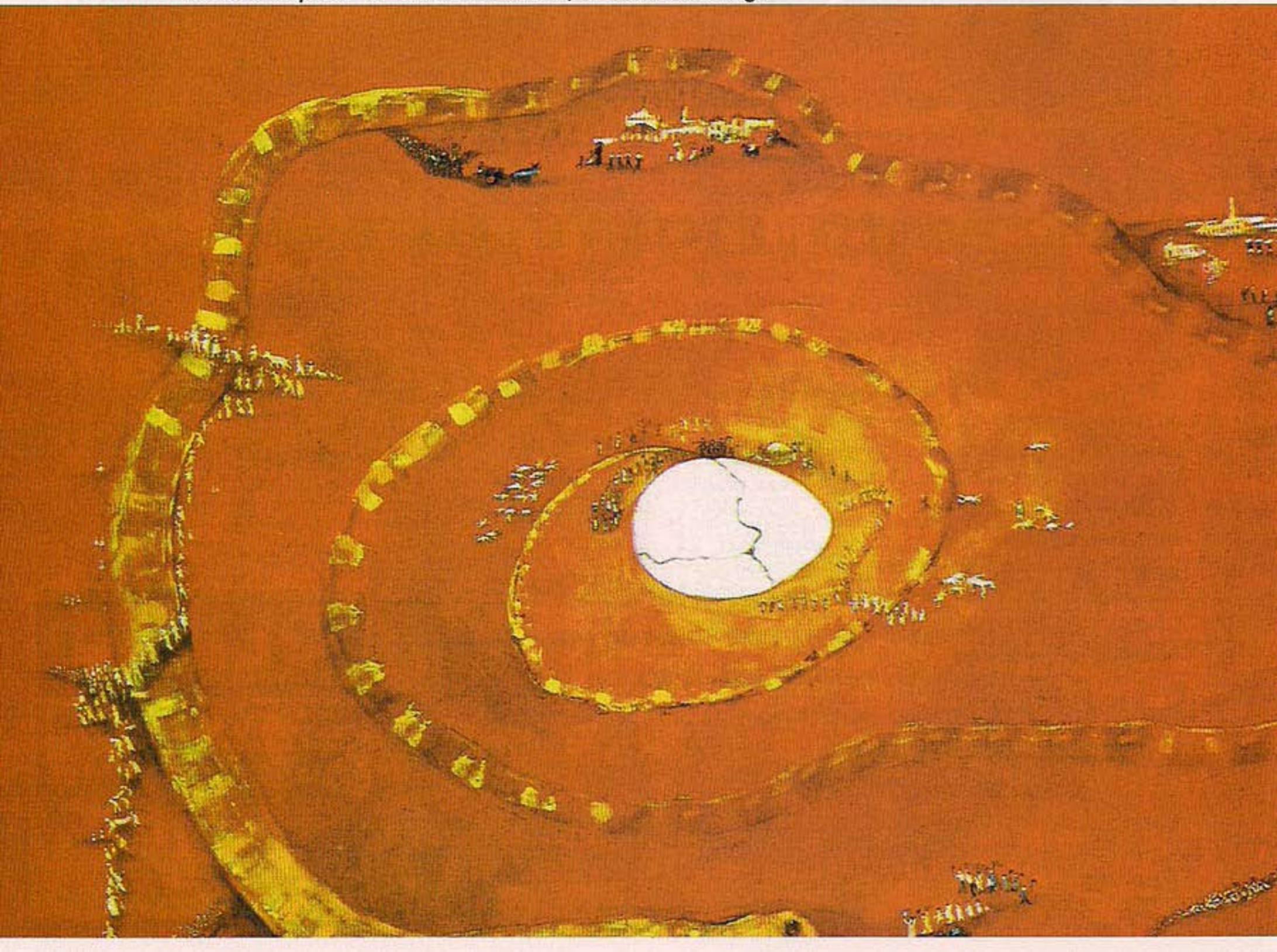
**PREFEITURA
POPULAR**

Questão agrária

A necessidade da **REFORMA AGRÁRIA**

Marcelo Cardia

“O ovo da serpente” ou “Problema da terra”, de Tereza Costa Rêgo.



No contexto de um novo governo, em que se dá a luta entre a continuidade e a mudança, a questão volta para a ordem do dia

Em nosso país, com seus 500 anos de história, houve apenas dois momentos – e isso no período mais recente – em que a reforma agrária chegou de fato a entrar em pauta na política nacional.

O primeiro momento em que a questão permeou a agenda por iniciativa do Executivo Federal ocorreu durante o governo de João Goulart no início dos anos sessenta do século passado, em meio à discussão das chamadas reformas de base – que geraram muita controvérsia e foram abortadas pelo golpe militar de 1964.

O segundo deu-se no início do governo Sarney, com o Plano Nacional de Reforma Agrária divulgado em 1985, após o processo de redemocratização, resultante de grandes mobilizações da sociedade.

Outro elemento importante a registrar diz respeito aos quase quarenta anos do Estatuto da Terra de 1964, um importante mecanismo de avanço mas que não chegou a sair do papel.

Agora, depois da ascensão de um novo governo com a eleição do presidente Lula, há uma oportunidade ímpar para a retomada do debate e, principalmente, para a implementação dessa histórica demanda da sociedade brasileira que é a reforma agrária. Nesse contexto, expectativas, pressões e tensões envolvendo o problema fazem parte do nosso cotidiano – como tão bem exemplificam as manifestações a favor e contra uma possível solução.

No exame da experiência histórica, não se encontra sequer um caso de reforma agrária que não tenha sido precedido por uma alteração profunda do quadro sócio-político do país em questão. Uma alteração que possibilite o isolamento dos grandes proprietários de terra e a neutralização de seus principais aliados e, por outro lado, fortaleça o pólo transformador.

Uma questão não resolvida

Hoje, aparentemente, há uma unanimidade em torno da necessidade política de se fazer a reforma agrária em nosso país. Porém, quando se adentra à discussão econômica e social do problema agrário brasileiro as diferenças historicamente profundas aparecem na configuração social e política. Da aparente unanimidade, surgem as contradições, muitas vezes expressas de forma

violenta por parte dos representantes das elites, temerários frente ao avanço da luta popular.

Basta lembrarmos o recente “episódio do boné”, quando numa simples audiência do MST com o presidente Lula, este foi enormemente atacado na mídia conservadora por ter posado com o boné dessa entidade – tal caso lembra o da manipulação por esta mesma mídia durante a gestão de José Gomes da Silva no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), durante o governo Sarney, em que o Plano Regional de Reforma Agrária do Paraná foi execrado na grande imprensa, ficando conhecido como a “desapropriação da cidade de Londrina”.

Para termos uma idéia da gravidade do problema podemos afirmar que, ao contrário de diminuir, a violência tem aumentado nos últimos meses. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dados parciais relativos ao primeiro trimestre deste ano (2003), vinte trabalhadores rurais foram assassinados – quase a metade do total das vítimas de 2002 (43).

Isso mostra ser um fenômeno permanente e que o mesmo parece apresentar um comportamento cíclico, conforme a sociedade e o movimento dos trabalhadores avançam politicamente. Ou seja, quando a luta política mais se desenvolve, vão sendo criadas mais perspectivas políticas e, em contrapartida, há mais violência por parte do latifúndio.

Se analisarmos o período de 1964 a 1986, nele foram oficialmente registradas 1.408 mortes violentas no campo decorrentes da luta pela terra. Desse total, 650 mortes – quase a metade –, ocorreram em apenas três anos, 1984, 1985 e 1986. Estes anos foram significativos, pois marcam o momento em que se deu o fim do regime militar, o momento pré-Constituinte e o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, em que se fortaleceram momentaneamente as perspectivas

Quando a luta política mais se desenvolve no campo, em contrapartida há mais violência por parte do latifúndio.

de implementação de uma reforma no campo.

Assim, queremos dizer que o aumento da violência constatado neste ano de 2003 pode estar relacionado à expectativa de implementação de soluções e ao avanço político dentro do contexto do novo governo, marcado pela disputa entre continuidade e mudança, e dentre as mudanças a construir se encontra a luta pela reforma agrária.

Portanto, a luta é concreta, está a exigir entrada na agenda nacional e os dados atuais refletem a urgência de se avançar por um caminho de solução para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país.

Aspectos do debate econômico que envolve a realização da reforma agrária

O Brasil possui um vasto território e a maior área de terras agricultáveis do Planeta. É um dos maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agrícolas. Para se ter uma idéia é o 9º maior exportador nesse setor, sendo que os seis primeiros da lista são países membros do chamado G7, o seleto grupo das nações mais desenvolvidas.

Mas quando a agropecuária brasileira é comparada com outros países de grande produção e exportação agropecuária se demonstra um desempenho quase medíocre se comparado com seu enorme potencial.

Tome-se por exemplo alguns dados do IBGE de 1995 e das Estatísticas da FAO/ONU de 2000. Eles mostram em 1995, em comparação com a China, que esta, com uma área agricultável três vezes menor que a brasileira, produziu 470 milhões de toneladas de grãos – quase seis vezes mais que o Brasil. Outro exemplo: enquanto a Argentina, em menos de vinte anos dobrou sua produção de grãos, passando de 30 para 60 milhões de toneladas, o Brasil demorou mais de cinquenta anos para passar de 50 para 100 milhões de toneladas de grãos.

A causa fundamental do atraso relativo em nossa economia agrária está no modelo de desenvolvimento dependente e deformado do capitalismo em nosso país, que modernizou a agricultura com base no monopólio da terra e acentuou o uso deformado deste meio de produção fundamental. Tais distorções tendem a se agravar caso não haja uma estratégia de ação consciente por parte do Estado nacional.

Para um país que ainda tem 30% de sua população rural, e 20% de sua população econo-

Sebastião Salgado



micamente ativa agrícola, – uma das maiores do mundo ocidental ⁽¹⁾ –, uma solução conseqüente para essa delicada problemática teria profundo impacto na sociedade brasileira e sua inserção no mercado e cenário internacional.

Nosso país passou por um acelerado êxodo rural no século XX e, entre 1950 e 1980, 30 milhões de brasileiros deixaram o campo, configurando uma espécie de “urbanização da miséria rural”. Ou seja, no Brasil, sem uma reforma agrária que ajude – junto com outras medidas que possibilitem a valorização do trabalho – a distribuir renda e recompor os direitos será difícil evitar mais situações de confronto na sociedade, dificultando não só o desenvolvimento econômico mas também travando o próprio desenvolvimento democrático do país.

O alvo da reforma agrária

Qual seria o alvo possível da reforma agrária sob o governo Lula?

Sem dúvida alguma, numa resposta a esta questão estará o latifúndio improdutivo, concentrado entre os estabelecimentos agropecuários que compõem apenas 1% do total de estabelecimentos, mas que ocupam 45% da área total da área agricultável do país. E em seu oposto estão os 50% do número de estabelecimentos que ocupam 2,5% dessa área total.

Com isso temos que menos de 50 mil proprietários de terras são donos de 150 milhões de hectares. Dentro deste número de proprietários, o alvo principal é a pecuária extensiva. Porque, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1995, dos 350 milhões de hectares de terras privadas a agropecuária utiliza 228 milhões de hectares da seguinte forma: lavouras temporárias e permanentes – 42 milhões de hectares (18% dos 228 totais); pastagens naturais e cultivadas – 178 milhões de hectares (78% desse total).

Haja pasto!

O Brasil possui um rebanho bovino de 153 milhões de cabeças de gado (segundo o IBGE em 1995) ocupando uma área de 178 milhões de hectares e conformando um índice de lotação de pastagem de 0,85 cabeça/hectare. Com esta base, se elevarmos este índice para uma cabeça por hectare teríamos 25 milhões de hectares de terra disponíveis para a agricultura sem a necessidade de se desmatar um único hectare.

Aqui se encontram as terras que poderiam, durante o

governo Lula – com estudo e critério, e um conseqüente movimento de esclarecimento de amplas parcelas da população –, ser desapropriadas para fins de reforma agrária.

O modelo neoliberal centrava sua ação na retirada do papel do Estado de sua função de financiamento da atividade agrícola.

Isso significaria prescindir da ampliação extensiva da área de produção, abrindo mão de se destruir, por exemplo, o Cerrado e a Amazônia – permitindo que se busque um novo modelo de desenvolvimento sustentável para esses importantes ecossistemas.

O que está em jogo neste momento?

O desafio a ser enfrentado diz respeito a como as forças progressistas, populares e os movimentos sociais que apóiam este governo podem ajudá-lo a cumprir os compromissos firmados com a sociedade e os trabalhadores rurais no processo eleitoral, que apontavam para a reversão do processo de concentração da terra e a redução da exclusão social no campo brasileiro.

Tal desafio situa-se no leito de, dentro e fora do governo, ampliar a convicção em torno de propostas concretas de mudança.

É preciso romper com o modelo neoliberal

Ao enfrentar este grande desafio, urge acertar contas com a herança do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O modelo neoliberal adotado no governo anterior centrava sua ação na retirada do papel do Estado nacional de sua função do financiamento da atividade agrícola e a sua conseqüente subordinação ao sistema financeiro privado e às grandes cooperativas no estabelecimento de diretrizes e estratégias para o setor. Nesse rumo, o projeto anterior tomou medidas no sentido de especializar o Brasil como grande produtor e exportador de commodities, fortalecendo o setor de agronegócios e, paralelamente, como grande importador de bens e serviços industriais de maior valor agregado, promovendo uma desindustrialização relativa – conforme o professor Luiz Gonzaga Belluzzo ⁽²⁾.

Para tanto, em plena virada do milênio não seria necessário então alterar o perfil anacrônico da estrutura agrária nacional. Com isso, na prática, aumentando

e agravando o processo gestador dos conflitos no campo.

Nos oito anos de governo neoliberal não tivemos efetivamente um processo de reforma agrária, mas sim uma política de assentamentos para amenizar determinados conflitos e tentar atenuar a tensão principalmente nas áreas de maior crise na atividade agrícola.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as desapropriações de interesse social para fins de reforma agrária, na verdade, constituíram apenas compra de terras.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso as desapropriações de interesse social para fins de reforma agrária, na verdade, constituíram apenas compra de terras. Os títulos da dívida agrária (os chamados TDAs) adquiriram liquidez, sendo aplicados no mercado secundário visando às privatizações das empresas públicas. Tais títulos também foram utilizados como aval para financiamentos junto a bancos oficiais.

Por essa política, os latifundiários com mais de uma propriedade agrícola aceitavam ser “desapropriados”, mas na verdade simplesmente vendiam a terra – superestimadas se comparadas ao valor de mercado – para o governo federal e recebiam o valor desta terra nua em títulos da dívida agrária (TDAs).

Num mercado de terras praticamente estagnado, tais títulos eram depois vendidos com deságio para os agentes financeiros interessados na privatização das empresas públicas, pois o programa nacional de privatização passou a incluir nessas transações os TDAs – que eram aceitos nos leilões de privatização com seu valor de face (sem deságio). Negócio financeiro, sim, mas nada parecido com reforma agrária.

Que expectativas podemos ter neste momento?

Agora é hora de pressionar e apoiar as forças mudancistas do governo para que seja estabelecido um novo plano nacional de reforma agrária, que atenda minimamente os anseios dos trabalhadores rurais e que sirva de base para a mobilização efetiva na direção das conquistas sociais. Essa luta se casa com as mobilizações pelo desenvolvimento e geração de emprego e são pilares da construção de um novo rumo para o país.

Qual o cerne do debate atual?

A luta pela reforma agrária se depara na atualidade com as condicionantes restritivas herdadas pelo novo governo. Isso quer dizer que o movimento sindical dos trabalhadores rurais, os movimentos sociais de luta pela terra e as forças populares devem disputar os rumos deste governo para ajudá-lo a superar tais condicionantes e demais “blindagens” impostas pelo projeto liberalizante e desnacionalizante dos anos noventa.

A principal disputa neste momento envolve travar o debate na sociedade sobre a necessidade de se superar as amarras impostas pela política de geração compulsória de superávit primário, conforme define o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No acordo vigente, assinado por Fernando Henrique – lembramos que quando da conclusão deste texto estava em debate a assinatura de novo acordo, prevista para dezembro 2003 –, o superávit primário fixado em 4,25% do PIB engessa o orçamento e limita rigidamente a emissão de títulos da dívida agrária (TDAs). Isso corresponde a dizer que a reforma agrária no governo Lula não poderá depender da boa vontade do Fundo Monetário Internacional se não quisermos repetir, em 2004, as limitações apresentadas em 2003, quando até agosto haviam sido assentadas apenas 6% das famílias prometidas.

Este é o principal fator limitante a ser enfrentado e superado. Uma série de outros elementos poderia ser aqui relacionada como componente de um plano nacional de reforma agrária, mas esbarraria neste problema.

Se o governo conseguir resolver satisfatoriamente esta equação é possível desobstruir os meios fundamentais para se estabelecer um plano nacional de reforma agrária viável e que tenha o apoio e a participação efetiva dos trabalhadores rurais brasileiros. ●

Marcelo Cardia é engenheiro agrônomo (ESALQ/USP) e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT).

Notas

(1) Para José Eli da Veiga, em *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* (Ed. Autores Associados, 2002), há a necessidade de se romper com a precariedade que domina a visão oficial sobre o desenvolvimento territorial do Brasil. O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, a única no mundo e que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. É então absolutamente compreensível que poucos saibam que um terço da população brasileira é rural e que essa proporção poderá não diminuir nas próximas décadas.

(2) Mais detalhes sobre esse processo, que envolveu até mesmo a chamada ruptura de algumas importantes cadeias produtivas industriais, ver em BELLUZZO & ALMEIDA. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARTA DA TERRA

EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR

As organizações que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – acreditando na urgência da democratização do acesso à terra e à água – defendem a realização de uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, pois só elas garantirão o direito ao trabalho para a população rural, historicamente excluída, e a produção de alimentos para o mercado interno, estruturando o caminho para a soberania alimentar para nosso país.

As entidades do Fórum defendem, por isso, a criação e a implementação de um Plano Nacional de Reforma Agrária e a construção de alternativas de desenvolvimento rural sustentável e solidário para o Brasil, que alterem radicalmente o atual modelo de desenvolvimento agropecuário, excludente, predatório e concentrador de terra, renda e poder. Com este objetivo, lutam para:

1 – a desapropriação dos latifúndios como o caminho constitucional para garantir a função social da terra; uma legislação que limite o tamanho das propriedades rurais através de emenda constitucional e o confisco integral de todas as terras onde houver trabalho escravo, exploração de trabalho infantil, cultivo de plantas psicotrópicas e daquelas usadas para práticas de contrabando ou adquiridas mediante práticas ilegais;

2 – o respeito aos direitos humanos no campo, combatendo todas as formas de violência e o fim da impunidade; o reconhecimento e a demarcação das terras das comunidades indígenas e das áreas de remanescentes de quilombos; a criação de reservas extrativistas; a formulação de políticas públicas que respeitem a organização sócio-cultural e as formas de apropriação e uso dos recursos naturais dos índios e quilombolas e de populações como os ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco e outras;

3 – um planejamento da produção familiar que leve em consideração: as diversidades regionais, sua viabilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental com linhas de crédito de custo e investimento acessíveis, com programas de seguro agrícola e de serviços de assistência técnica pública, gratuita e de qualidade e com garantia de preços mínimos justos e de comercialização da produção;

4 – a implantação de agroindústrias populares nos municípios do interior, nas diversas formas cooperativas e associativas, para as quais sejam destinados prioritariamente os recursos públicos, para melhorar a renda das famílias e promover um processo de interiorização do desenvolvimento e da economia solidária;

5 – a produção de sementes pelos próprios agricultores e agricultoras – inclusive com incentivos às iniciativas populares de resgate das sementes crioulas –, como forma de garantir as sementes como patrimônio da humanidade. Para tanto, combatem o patenteamento de seres vivos e a liberação da produção comercial e uso de sementes transgênicas, indutoras de monopólio que destrói a soberania dos agricultores e são nocivas ao meio ambiente e à saúde humana;

6 – o desenvolvimento e a disseminação de novas técnicas agrícolas não agressivas ao meio ambiente, implantando sistemas agropecuários sustentáveis que eliminem o uso de agrotóxicos; a preservação dos recursos hídricos e a democratização do acesso a fontes e mananciais de águas como bens públicos e patrimônio da sociedade;

7 – a melhoria e o fortalecimento do sistema previdenciário baseado na seguridade social, pública e universal, permitindo o

acesso e a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Regime Geral da Previdência Social, garantindo uma vida digna à população do campo;

8 – a implementação das diretrizes operacionais para a educação básica – aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – nas escolas no campo, localizadas prioritariamente nos projetos de assentamentos, comunidades e distritos rurais, reforçando a utilização de práticas educativas que tenham como referência a terra e a água, a organização e a cultura do campo, facilitando o acesso às escolas, combatendo o analfabetismo e garantindo o direito de todos à educação de qualidade em todos os níveis;

9 – a garantia de igualdade de oportunidades e direitos para mulheres e jovens que corrijam discriminações decorrentes de práticas e sistemas sociais injustos, buscando sua inclusão social a partir de ações afirmativas para que seu potencial organizativo e suas habilidades produtivas sejam aproveitados na construção de alternativas de desenvolvimento e de soberania; e

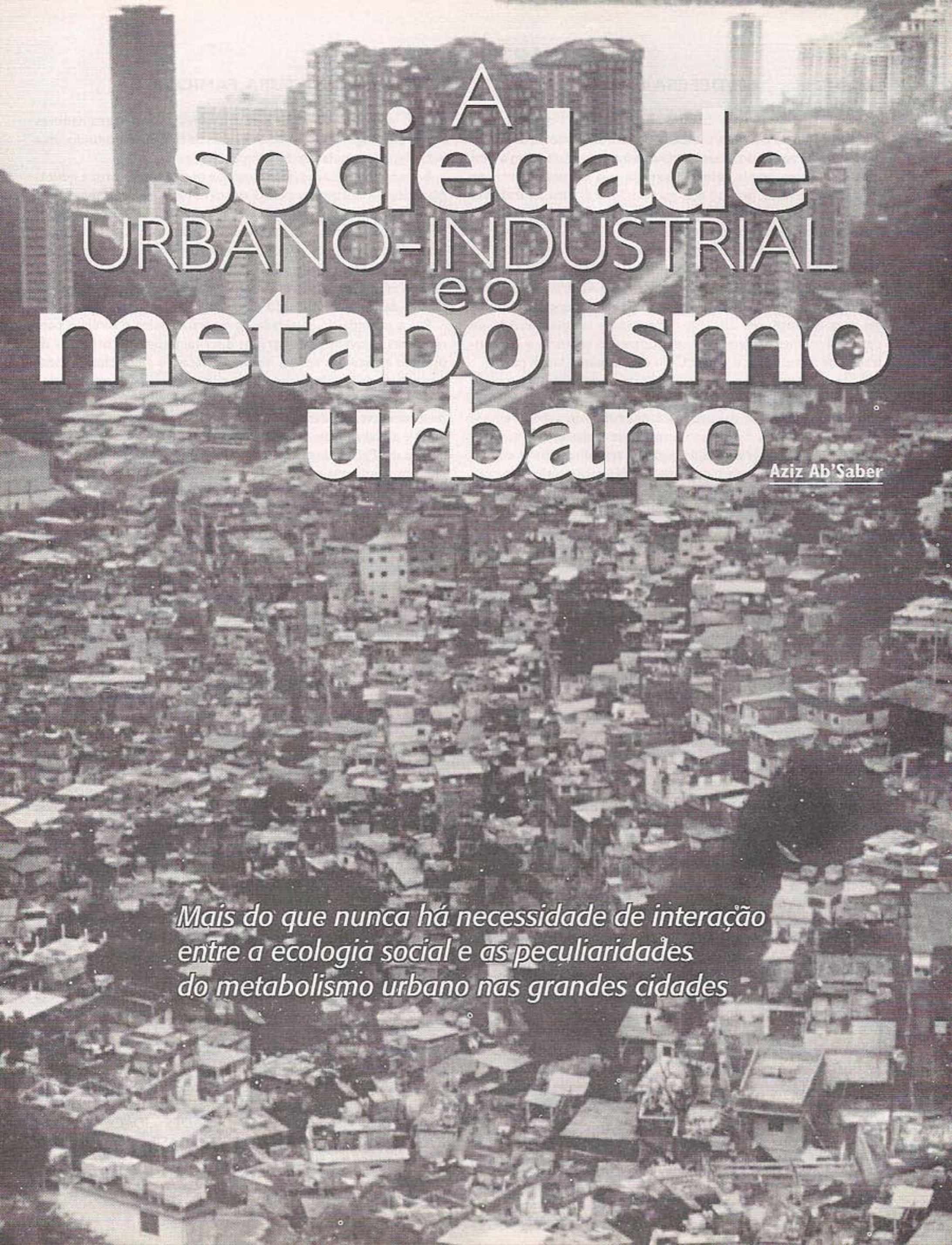
10 – a elaboração de políticas públicas específicas para cada região do País, sobretudo para as que sofrem com condições climáticas adversas, com ênfase ao desenvolvimento de políticas de convivência com o semi-árido brasileiro, especialmente o nordestino (onde se concentra o maior número de agricultores e agricultoras familiares) que, submetido ao esgotamento dos recursos naturais, a práticas clientelistas históricas e a tecnologias inadequadas, fica à mercê de programas compensatórios, fazendo-se urgente uma política de desenvolvimento sustentável para o mesmo.

Nesta luta pela reforma agrária e em defesa da agricultura familiar, as entidades e movimentos sociais signatários desta, querem fortalecer a solidariedade entre os povos do Continente Latino-americano através da construção de mecanismos justos de cooperação e comercialização. Posicionam-se, por isto, contrários à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que representa o monopólio comercial estadunidense, inclusive das multinacionais do setor de alimentação e que vem sendo imposta, concretizando um modelo oposto às históricas lutas populares pela democratização da terra, das riquezas e do poder. A continuidade deste tipo de negociações e acordos requer a realização de um plebiscito como forma de diálogo e participação ampla da população nos mesmos.

As entidades esperam ainda que os órgãos públicos, em todos os níveis de governo, sejam estruturados e organizados para viabilizarem o Plano Nacional de Reforma Agrária, implementando as políticas públicas definidas para sua área de atuação e que construam alternativas de desenvolvimento para o meio rural, garantindo qualidade de vida para a população brasileira.

Brasília, 20 de novembro de 2003

CONTAG – MST – FETRAF-SUL/CUT – CPT – CÁRITAS – ANMTR – MPA – MAB – CNBB – CMP – CONIC – CONDSEF – Pastorais Sociais/CNBB – MNDH – MTL – ABRA – ABONG – APR – ASPTA – CAPOIB – Centro de Justiça Global – CESE – CIMI – CNASI – DESER – ESPLAR – FASE – FAZER – FEAB – FIAN-Brasil – FISENGE – IBASE – IBRADES – IDACO – IECLB – IFAS – INESC – MLST – PJR – REDE BRASIL – Rede Social de Justiça – RENAP – SINPAF – TERRA DE DIREITOS



A
sociedade
URBANO-INDUSTRIAL
e o
metabolismo
urbano

Aziz Ab'Saber

*Mais do que nunca há necessidade de interação
entre a ecologia social e as peculiaridades
do metabolismo urbano nas grandes cidades*

O Brasil torna-se, hoje, intensivamente um país urbano, com quase 80% de sua população vivendo em cidades. Esse dado aponta para um grande desafio a ser enfrentado por governantes no fim desse século e início do próximo milênio. Por isso, propõe-se aqui esboçar algumas considerações acerca do que se pode chamar *metabolismo urbano* nas grandes cidades, numa perspectiva brasileira para os anos vindouros.

A maior parte dos estudos de ecologia urbana, realizados no passado até início dos anos 70, silenciava sobre as conseqüências negativas da excessiva concentração humana em espaços relativamente reduzidos. Como não existia uma consciência ambiental mais difundida na sociedade e, sobretudo, na mídia, numerosos problemas do ambiente urbano-industrial eram relegados a um tratamento meramente técnico como se fossem coisas menores, pouco dignas de consideração acadêmica. Constatou-se, inclusive, ao princípio, uma forte reação das elites em relação àqueles que se atreviam a aprofundar a discussão nas questões ambientais e ecológicas.

A grande mudança ocorrida no tratamento da ecologia urbana, nos últimos vinte anos, deveu-se à emergência da consciência ambientalista ecológica. Pode-se dizer que a nova ecologia urbana compreende o estudo das formas de projeção da sociedade e das funções econômico-sociais sobre o espaço e o ambiente das cidades, envolvendo a funcionalidade do organismo urbano em todos os sentidos. Nessas condições, faz-se necessária uma seriedade maior dos acadêmicos, técnicos e governantes, no conhecimento integrado dos ecossistemas urbanos. De agora em diante, todas as lideranças vinculadas às tarefas de gerenciamento de uma determinada porção do território têm de visualizar o mosaico dos sistemas ecológicos que participam da organização da dinâmica do espaço de sua responsabilidade mais direta.

Não se trata de excluir os estudos de ecologia social metropolitana, mas de realizar acréscimos indispensáveis para o entendimento de propostas objetivas destinadas à solução das questões ambientais nas áreas de grandes concentrações de homens e atividades econômicas do mundo urbano-industrial. Abordagens que modernamente, são designadas por *estudos de metabolismo urbano*, quer se trate de Hong Kong ou de

Paris, com um máximo de aplicabilidade para grandes cidades, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Manaus ou Porto Alegre. Sob a condição de que ocorra sempre uma interação e imbricação entre a ecologia social e as peculiaridades do metabolismo urbano, em cada uma dessas grandes aglomerações humanas.

A única estratégia para se crescer nos problemas da ecologia urbana, entendida mais realística e participativamente, reside em um tratamento permanente do metabolismo urbano. Na verdade, as questões referentes às desigualdades sociais – (re)educação das massas, desemprego, transportes coletivos e *metabolismo urbano* –, formam um quinteto central entre os problemas a serem considerados para garantir a sustentabilidade do mundo urbano-industrial, considerado na sua funcionalidade e em seu futuro. Na expressão metabolismo urbano estão incluídos todos os processos de saneamento básico, dotados de tecnicidade específica.

O metabolismo urbano volta-se ao ambiente total de organismo metropolitano – antevisto do centro para a periferia e vice-versa – onde se processa o dia-a-dia dos homens em suas funções biológicas, assim como nas multivariadas funções de trabalho, circulação, consumismo e práticas sociais e culturais. Razão pela qual os estudos sobre o metabolismo urbano, no contexto das grandes metrópoles do mundo subdesenvolvido, passam a ter valor de referência e de propostas balanceadas para garantir a boa funcionalidade da vida metropolitana. Nesse sentido, há que se perceber e avaliar a diversidade e o volume de tudo aquilo que entra no organismo urbano (água potável, energia solar, precipitações pluviais, água para indústrias, alimentos, matéria-prima, produtos industrializados e homens). A seguir, como tarefa básica, há que se atentar para os fluxos internos que representam a própria funcionalidade e dinâmica da metrópole.

Trata-se de uma fantástica sobreposição de metabolismos que se somam e interagem: o metabolismo industrial, específico para cada tipo de fábrica; o metabolismo de circulação interna de veículos de diferentes portes e potencial polutivo; uma circulação externa que perpassa pelo organismo urbano, para atingir outras regiões e quadrantes do país; e um sistema de drenagem urbana para afunilizar e canalizar esgotos

O metabolismo urbano envolve o ambiente total do organismo metropolitano.

domésticos e efluentes industriais, até estações de tratamento d'águas ou cursos d'água de reduzido volume hídrico, sujeitos a uma enorme e permanente poluição. Para não falar na gigantesca trama das ligações energéticas que garante a movimentação das indústrias, a iluminação pública, a funcionalidade do comércio, desde o menor dos botequins até os grandes *shoppings centers*, e penetra pelas paredes das casas garantindo o funcionamento das luminárias e dos artefatos eletrodomésticos.

Poucos se dão conta, ainda, do que seja o gigantismo do sistema de educação de águas tratadas para múltiplos usos no espaço total do organismo urbano metropolitano. Este é um setor em que, muitas vezes, a velocidade da

urbanização dos espaços públicos apresenta descompasso em relação às ligações. Assim, asfaltam-se ruas e, logo depois, é necessário recortar o asfaltado para ligações de encanamentos para novas residências que se multiplicam em todos os tipos de áreas e terrenos. Para poder fazer com que água tratada chegue às favelas, a administração pública usa artifícios muitas vezes impensados, colocando tubos plásticos corru-

gados, que seguidamente se rompem deixando extravasar o precioso e disputado líquido. Tudo isso provocando grandes dificuldades de gerenciamento, ao par com repetidas reclamações e protestos da comunidade.

O metabolismo dos grandes organismos urbanos se completa por uma série de diferentes tipos de descargas, relacionadas a processos biológicos, atividades industriais e comerciais, circulação de veículos e resíduos de todos os tipos. Tudo o que entrou e transitou através de fluxos complexos terá de sair sob a forma de materiais secundários, profundamente modificados pela metabolização. E nesse sentido, numa grande metrópole, com milhões de habitantes acontecem incontáveis processos metabólicos derivados das próprias condições biológicas dos homens, de suas inúmeras atividades no mundo urbano, das tecnologias que respondem pela industrialização e do uso de veículos automotores. São milhares ou milhões de automóveis que transitam no corpo urbano metropolitano em deslocamentos quase contínuos – por todas as horas do dia, dos meses e dos anos – expelindo gases para a atmosfera, criando impactos altamente negativos ao ambiente urbano. Efluentes industriais, na

maior parte dos casos não-tratados, escorrem para riachos e córregos, chegando aos rios de baixo volume d'água (como os casos do Tietê ou do Pinheiros, em São Paulo). A pluma das chaminés das instalações industriais acrescenta gases e particulados ao espaço aéreo urbano metropolitano o qual, de per se, já está saturado pelas emanações dos canos de descargas dos veículos automotores. Por outro lado, cerca de 75% dos resíduos sólidos no Brasil são depositados em lixões empíricos a céu aberto: vale assinalar que não existe forma de descarte de lixo mais arcaica e incomodante do que estes lixões: neles é empilhado, caoticamente, o lixo orgânico doméstico, misturado a papéis, papelões, plásticos, vidros e latas. Materiais que, de resto, incluem grande quantidade de componentes não-degradáveis ou de difícil e demorada degradação. Assinale-se, ainda, a presença do lixo industrial, do lixo hospitalar e dos entulhos da construção civil.

○ lixo urbano constitui-se numa questão de saneamento básico de difícil solução. Para se ter uma idéia, numa cidade como São Paulo, estima-se em oito mil toneladas de lixo diário a ser descartado. No Brasil, fala-se em 242 mil toneladas por dia de lixo. O pior é que se trata de um tipo obrigatório de descarte que faz crescer e multiplicar os sítios para a postagem. Sendo, ademais, um tipo terminal de metabolismo urbano que não apresenta condições para ser exportado para áreas distantes. Lixões ou aterros sanitários, por melhor que sejam manejados, acabam por desvalorizar os espaços ao redor. Os odores das emanações gasosas do lixo (metano) e do chorume (líquido preto gerado do próprio lixo, de natureza altamente poluente) empestam os ares dos arredores dos lixões, ao mesmo tempo em que acontece proliferação de ratos e insetos. Enfim, um foco de insanidade que coloca em perigo a saúde pública regional. E, por último, uma pequena área de atração dramática para os desesperados catadores de lixo, que tentam se apoiar em uma das mais tristes estratégias de sobrevivência exibidas em países subdesenvolvidos.

Em áreas metropolitanas de grande adensamento construtivo não existem condições psicossociais e administrativas para os municípios vizinhos aceitarem o lixo daqueles que não têm mais espaços disponíveis para a postagem dos resíduos sólidos produzidos em seu próprio território. Essa dificuldade deriva, sobretudo, da valorização, às vezes exagerada, da terra urbana e da expectativa de lucros pelos proprietários de glebas periurbanas municipais. A verdade é que os lixões aviltam os preços

Os lixões aviltam os preços dos terrenos. Por isso, são colocados próximos dos bairros carentes.

dos espaços fundiários congelados para futuros loteamentos. Disso resulta uma escolha socialmente injusta, ou seja, a colocação de lixões em terrenos baldios nas proximidades das favelas ou bairros carentes.

Em algumas cidades brasileiras, os depósitos de lixo foram colocados em sítios de várzeas, sujeitos a inundações freqüentes; acontece assim um ampliado chorume que se expande sazonalmente por um largo círculo da região.

Assim, desde o extremo norte do Brasil até o extremo sul, observam-se problemas relacionados à necessidade inadiável de descarte de resíduos sólidos. Note-se, porém, que, mesmo no Primeiro Mundo, existem problemas e dúvidas sobre o tipo de tratamento a ser dado aos descartes dos resíduos sólidos de sua complexa vida urbano-industrial.

A literatura disponível para o estudo do metabolismo das grandes cidades brasileiras é, infelizmente, extremamente reduzida. Existe, entretanto, uma espécie de bibliografia "fantasma", de caráter eminentemente técnico, que não é encontrada em bibliografias, mas que permanece nos arquivos mortos ou estantes mal cuidadas de repartições burocráticas. Nos últimos tempos, as empresas de consultoria têm tido um cuidado especial na reunião desse material alternativo, considerado essencial para estudos, compilações e projetos. Note-se, porém, se tratar de relatórios técnicos que, embora relevantes, foram elaborados em diferentes épocas e lugares e se referem a setores restritos. Notícias de jornais, ainda que fragmentárias, são importantes para a cronologia dos eventos mais berrantes, aqui considerados como processos espasmódicos: grandes enchentes, chuvaradas excepcionais, escorregamentos de terras em áreas urbanas, estiagens catastróficas para a agricultura e a pecuária regionais e, sobretudo, os períodos de grandes secas ou repiquetes de secas nos sertões nordestinos, com fortes implicações sociais para o mundo urbano regional ou nacional.

Num país de memória curta como o nosso não é de se desprezar os registros feitos em periódicos, seja da grande imprensa, seja nos jornais locais, muito ativos, em nossas diferentes regiões. Mais recentemente, na era da televisão e da informatização, aparecem modos mais vivos e permanentemente (re)visitáveis para constatações sobre ocorrências de catástrofes com suas dramáticas consequências para as comunidades.

Falando-se de metabolismo urbano, cada caso é um caso. A magnitude dos problemas depende das condições do sítio urbano, da hidrologia e da fisiologia da paisagem. Mais do que isso: depende da estrutura, do volume e da funcionalidade do organismo urbano. Pressupõe inquirições holísticas e quantitativas. Não se devem confundir as pesquisas

sobre o metabolismo urbano com alguns problemas específicos de cada centro urbano; mas não é possível ignorá-los. Há numerosos exemplos disso. Vejamos alguns.

As enchentes do rio Itajaí, SC, no sítio urbano de Blumenau; a poluição cumulativa da Baía de Guanabara e da Baixada Santista; as dificuldades de Santos e São Vicente, (SP); em relação aos resíduos sólidos; a criticidade das condições climáticas locais de Cubatão, (SP), Volta Redonda, (RJ), Votorantim, SP, cidades do ABC paulista, Paulínia, (SP); e região industrial situada ao norte de Porto Alegre, (RS); as dificuldades de cidades muito próximas de indústrias ditas "potencialmente poluidoras" (Jacareí, Paulínia, Sorocaba, Salto, Santo André, São Caetano, Guaíba). Na região de Cubatão-Piassaguera algumas indústrias poluem o ar, os rios, o solo e afetam a saúde dos trabalhadores, crianças e velhos. O custo real dos processos difusos de poluição aérea de Cubatão e Serra da Paranapiacaba jamais poderão ser avaliados.

Estudos de metabolismo urbano, por tudo isso, interessam profundamente às prefeituras municipais; de tal modo que as mesmas podem criar facilidades ao desenvolvimento das pesquisas por parte de jovens universitários. Face ao caráter fragmentário do conhecimento, dados e informações, a primeira tarefa para efetivação de um estudo reside no rastreamento de relatórios e informes não encontráveis em bibliotecas públicas ou em acervos universitários. E a própria reunião desses dados dispersos representa uma colaboração significativa para as autoridades públicas interessadas em dominar o conhecimento objetivo da dinâmica interna de sua cidade.

É difícil pensar que não existam ainda bons e atualizados estudos sobre metabolismo urbano de Manaus, Salvador ou Fortaleza. Inexplicável, ainda, a não disponibilidade de trabalhos desse tipo sobre cidades brasileiras localizadas em espaços insulares, tais como Santos-São Vicente, Florianópolis, Vitória e São Luiz do Maranhão. E outras localidades e sítios similares, onde o metabolismo urbano se complica em função da intervenção diária das marés ou da oscilação sazonal das cheias, exigüidade dos espaços urbanizáveis, interferência da especulação fundiário-urbana e congelamento planejado de vazios intra-urbanos.

Enfim, convém trabalhar desde já para esclarecer e conscientizar autoridades e formadores de opinião, com o objetivo de o porvir do ambiente urbano brasileiro não vir a se constituir num caos e num exemplo dramático de uma nação que esqueceu de pensar o seu futuro.

Aziz Ab'Saber é geógrafo e presidente de honra da SBPC.

Os espaços de LAZER na METROPOLE

Nádia Campeão

O foco sobre a questão do lazer é relativamente recente no Brasil. Permeia o esforço de todas as áreas com o objetivo de criar alternativas de melhoria da qualidade de vida nas regiões metropolitanas, gerando inclusão social

Que importância tem o lazer na vida das pessoas de uma cidade? E esta cidade, como responde ao desafio de atender à demanda de lazer dos seus cidadãos? Estas são questões que vêm ganhando interesse crescente no debate sobre políticas públicas no âmbito das gestões municipais. E nem poderia ser diferente, já que é na cidade que homens e mulheres procuram organizar sua vida cotidiana, definindo seu local de moradia e emprego, buscando os serviços de educação, saúde e lazer.

O foco sobre a questão do lazer, entretanto, é relativamente recente no Brasil. Seja porque o fenômeno de urbanização acelerada pelo qual o país passou nas últimas décadas trouxe à população e aos poderes públicos questões tidas como mais urgentes (direito à moradia, acesso à escola e creches, transporte, saneamento e atendimento à saúde), seja porque tradicionalmente o lazer era em geral pensado e concebido como um bem acessível mediante aquisição privada. Ir ao cinema, teatro ou show musical, frequentar um clube, nadar em uma piscina era uma questão de poder pagar por um ingresso ou pagar um título e uma mensalidade de sócio. Aos mais pobres, estava reservado o campinho de futebol, o encontro familiar e as atividades comunitárias festivas.

Vários fatores vieram alterar esse enfoque restritivo,

levando cada vez mais a sociedade a encarar o lazer – e o que ele significa de acesso à cultura, ao esporte, às atividades físicas e lúdicas, de usufruir o tempo livre – como uma necessidade de todos, um direito de cidadania, um dever do poder público. Podemos citar alguns:

1 Em 60 anos, a população que mora nas cidades saltou de 31,20% (em 1940) para 81,25% (em 2000). Formaram-se enormes áreas conurbadas em torno das metrópoles, em geral das capitais. A migração acelerada criou enorme pressão por moradia e explodiram as ocupações, as favelas e os loteamentos clandestinos. Nestas áreas, superocupadas por moradias precárias, pequenas e praticamente coladas umas às outras, os espaços comuns e públicos que restaram foram utilizados para construção de escolas e postos de saúde, prioridade social para a população. Para o lazer, quando muito, a própria população preservou o terreno do campinho de futebol.

Mesmo nos conjuntos habitacionais populares, a realidade era semelhante, conforme aponta documento da Cohab ⁽¹⁾ de São Paulo:

“Quem já teve oportunidade de morar ou visitar algum dos conjuntos habitacionais da Cohab, certamente sentiu impacto ao se deparar com uma estética

opressiva, constituída por blocos de apartamentos, sem tratamento paisagístico agradável, com carência de áreas verdes, agravada pela precária infra-estrutura e insuficiente oferta de equipamentos públicos. Essa estética opressiva adotada pela Cohab, devido à política habitacional em vigor na época da criação da Companhia, em 1965, foi pautada pela produção em massa, em detrimento da qualidade do espaço produzido. São típicas deste período as desapropriações de grandes áreas ermas para edificação de grandes conjuntos, com blocos de apartamento que se repetem um após outro”.

A partir de 79, com o estabelecimento da lei nacional de parcelamento do solo, o loteador passou a ter obrigação de entregar os lotes em conjunto com outros benefícios, entre eles praças e áreas livres e verdes, consideradas como “áreas comuns do povo”.

Ou seja, depois de ter ocorrido verdadeira voragem pela ocupação habitacional nas cidades, surge a consciência da necessidade do planejamento urbano que leve em conta a permanência ou criação de áreas livres e de lazer. A própria população, mesmo a mais carente, demanda de forma organizada a instalação de praças, parques infantis, quadras esportivas e pistas de skate nos poucos terrenos que ainda restam.

2 Está bastante demonstrado que os bairros e distritos das cidades onde se registra maior índice de violência e criminalidade são também aqueles que contam com o menor número de espaços, instalações e alternativas de lazer. Como em geral também estão presentes nessas regiões outros indicadores sociais como alta taxa de desemprego, de evasão escolar, de analfabetismo, impõe-se aos governos de todas as esferas a execução de políticas públicas de inclusão social que contemplem programas de geração de renda e trabalho, atendimento universal de educação e saúde, e programas culturais, esportivos, recreativos e de lazer, sobretudo voltados a jovens e crianças, como fator de proteção ou recuperação da infância e da adolescência em situação de risco. Crescentemente este desafio é compartilhado por ONGs, universidades, igrejas, setor privado e instituições diversas.

3 As condições materiais de vida nas grandes e médias cidades e o padrão de trabalho e comportamento ditado pelas sociedades capitalistas transformam o dia-a-dia do cidadão em uma maratona fatigante para cumprir

horários e obrigações no trabalho, na escola, nas atividades domésticas, permeadas por horas e horas necessárias ao deslocamento em automóveis ou transporte coletivo. De tal modo que tanto o estresse como o sedentarismo atingem hoje milhões de pessoas, com grande impacto na saúde física e mental e na qualidade de vida em geral. Ao se aperceberem disso, é cada vez maior o número de pessoas que procuram as academias, os centros esportivos, os clubes e os parques, para praticar algum tipo de atividade física e esporte ou simplesmente para passear e espairar.

Esses e outros fatores que a eles se ligam vêm transformando o tema do lazer em uma questão da maior atualidade, que exige elaboração e implementação de políticas públicas próprias, no âmbito da gestão e do desenvolvimento de cidades mais humanas.

São Paulo, cidade-desafio

A cidade de São Paulo, com seus 10,5 milhões de habitantes, é, no contexto brasileiro, o maior desafio para o atendimento das demandas de lazer da sua população. É uma cidade sem praias, e os rios que a cortam, e que no passado integraram a vida esportiva da população, ou foram canalizados ou se encontram em longo e complexo processo de recuperação. As áreas verdes são escassas e mal distribuídas. É uma cidade que continua, incessantemente, se construindo. No período de 1991 a 2000, a área construída cresceu em todos os distritos do município em mais de 95 milhões de m², um acréscimo de 32,84%. Destes, o maior incremento foi o da área residencial construída – aproximadamente 59 milhões de m², sendo 33 milhões deles verticalizados ⁽²⁾.

Neste mesmo período, a área construída quanto ao uso escola + especial (hotel, hospital) + coletivo (cinema, teatro, clube, templo), teve crescimento de apenas 2,52% do total.

A desigualdade social da população de São Paulo pode ser medida por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU, que compõe quatro aspectos da vida social (esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização dos adultos, taxa de matrícula por nível de ensino e renda per capita). Dos 96 distritos da capital paulista, 38 estão situados na região de muito baixo desenvolvimento humano³.

Ao longo da década de 90, a região com baixo desenvolvimento humano teve sua população acrescida em 4% e aquela com IDH muito baixo alcançou 22% de crescimento populacional. Também neste período, aumentou

em 20% o número de chefes de família abaixo da linha da pobreza. Estima-se ainda que 309 mil famílias residentes no município de São Paulo (correspondente a 10,1% do total) têm crianças e adolescentes entre zero e 14 anos de idade e renda de até três salários mínimos mensais. São Paulo tem mais de um milhão de crianças matriculadas apenas na rede pública municipal (da creche ao ensino fundamental).

É interessante também conhecer as indicações apontadas pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação Seade, que considera seis variáveis: taxa de crescimento populacional, concentração de jovens

A cidade necessitava de uma estratégia para ampliar a oferta de lazer na periferia.

entre 15 e 19 anos, taxa de homicídio por 100 mil habitantes, mães com idade entre 14 e 17 anos, valor do rendimento do chefe de família e quantidade de adolescentes que não freqüentam a escola. Através dele foi possível estimar que 336 mil adolescentes na cidade de São Paulo estão cotidianamente expostos a situações que facilitam o contágio pela violência. E nos dois grupos de bairros onde foi considerado que os jovens estão mais vulneráveis são exatamente aqueles onde vivem 65% dos jovens entre 15 e 19 anos ⁽³⁾.

Estamos, portanto, tratando de uma cidade com alta densidade populacional, com seu espaço intensivamente ocupado e construído, desproporcionalmente carente de áreas verdes e de áreas de uso livre e comum. Para a população de renda alta, média alta e média, são amplamente ofertados serviços privados e/ou associativos de lazer na área da cultura e entretenimento, da prática de atividade física e esportiva, passeios e viagens. Para a grande maioria da população, entretanto, é preciso dirigir os esforços públicos para garantir acesso e alternativas de programas e atividades de lazer gratuitas e diversificadas.

Pensando a cidade como um todo, uma estratégia de democratização do acesso ao lazer passa necessariamente pela manutenção, qualificação e ampliação dos espaços públicos destinados a este fim.

As ações de recuperação, conservação e qualificação dos espaços públicos destinados ao lazer da população permeiam toda a gestão municipal. Em primeiro lugar,

preservar e defender as áreas já existentes. O Plano Diretor da cidade estabeleceu claramente todas as áreas de preservação ambiental e aquelas destinadas ao uso livre e comum. Reservou ainda algumas áreas que não tinham definição clara de uso, para projetos esportivos, ambientais ou culturais. Mesmo em novos projetos urbanos (remoção de favelas, construção de piscinas, de escolas ou creches, por exemplo) que atingem áreas esportivas e de lazer, procura-se preservá-las ou realocá-las na mesma região.

Em segundo lugar, recuperar as áreas e instalações deterioradas pelo uso e por falta de manutenção e investimentos permanentes, fruto de descaso administrativo tão comum em várias gestões anteriores. Em São Paulo este desafio é sobretudo o de recuperar os 31 parques municipais, as praças públicas e os centros esportivos. No início de 2001, a cidade tinha mais da metade das suas 61 piscinas públicas fechadas e seis ginásios poliesportivos interditados. O compromisso de reformar estas instalações e “conquistar” a população para usá-las, objetivando atingir sua ocupação plena, é uma diretriz administrativa central.

Em terceiro lugar está a busca por qualificar os espaços e equipamentos existentes, permitindo novos usos e atendimento de públicos diferenciados. Melhorar as condições de iluminação e segurança aumenta não só a freqüência de usuários como também amplia o número de horas de funcionamento. Na recuperação das grandes piscinas públicas estão sendo incluídos atrativos de recreação como toboáguas e cascatas. Os parques estão inserindo mais espaços esportivos e programas de atividade física. O maior parque da cidade, o Ibirapuera, terá seu Planetário de volta, assim como o Parque do Carmo, o maior da zona leste, terá um novo Planetário. A recuperação e o embelezamento paisagístico das praças públicas estão sendo feitos por toda a cidade por meio da ação das subprefeituras e quase sempre incluem algo novo como espaço para apresentações culturais, quadras esportivas, pistas de skate ou parques infantis.

CEUs, inclusão social por meio de educação, cultura e esporte

Todas as ações anteriores apontadas têm enorme impacto para a melhoria do acesso da população ao lazer com reflexo na sua qualidade de vida. Revelam também bom senso e rigor administrativo: com recursos orçamentários escassos, prioridade para recuperar e otimizar as instalações já existentes. Entretanto, é

flagrante que a dinâmica social da cidade impõe mais do que isso. Por um lado, pelo fato de que nos últimos dez anos a população vitimada pela crise social e pelo desemprego foi sendo obrigada a deslocar-se cada vez mais para a periferia da cidade à procura de habitação mais barata, onde é enorme a defasagem de infraestrutura, de serviços públicos e principalmente de áreas e equipamentos de lazer. Essas regiões não podem esperar.

De outra parte, os graves problemas que ameaçam crianças e jovens desta mesma periferia exigem intervenção urgente e eficaz da sociedade e do poder público.

Por isso, a cidade precisava de uma estratégia de ampliação da oferta de alternativas de lazer nessas áreas. Isto está sendo feito por meio da criação dos Centros de Educação Unificada, os CEUs.

CEU é um conjunto de equipamentos públicos integrando educação, cultura e esporte que busca atender aos objetivos de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, desenvolvimento da comunidade onde está inserido e inovação de experiências educacionais. Deverá ser um pólo mobilizador e reorganizador das relações sociais do bairro, auxiliando na consolidação da identidade local e ampliando as possibilidades de lazer e vivência da população.

Os CEUs estão localizados na periferia da cidade, em áreas com alto grau de exclusão social, de grande densidade populacional e de forte demanda escolar. Durante o ano de 2003, a prefeitura construiu e pôs em funcionamento 21 CEUs.

Cada unidade tem área aproximada de 13 mil m² onde são construídos um bloco didático, um cultural e um esportivo.

O bloco didático abriga uma creche, uma Escola de Educação Infantil, uma Escola de Ensino Fundamental e Escola de Jovens e Adultos (período noturno), totalizando uma oferta de 2.400 vagas.

O bloco cultural compreende teatro de 450 lugares para espetáculos e projeção de cinema, biblioteca, salas para música e dança, orquestra de cordas, big band e fanfarra, oficinas de fotografia e estúdios multimídia.

O bloco esportivo consta de três piscinas, sendo uma semi-olímpica aquecida, ginásio poliesportivo coberto, quadras poliesportivas externas, pista de skate e, em alguns, campo de futebol. Além disso, o complexo inclui um telecentro e um centro comunitário.

O CEU funciona durante toda a semana com atividades

orientadas, nos três períodos, e nos finais de semana para o uso livre da comunidade, seja na área esportiva seja na cultural, com apresentação de teatro, dança, música e cinema.

Desta forma, o CEU, além de atender suas próprias crianças e jovens, também atende aqueles que estão matriculados nas escolas da região e a comunidade em geral. A gestão do equipamento é feita de modo integrado entre todos os segmentos de atividade, inclusive com representantes da comunidade.

Com esta iniciativa, a cidade de São Paulo ganhou enorme impulso no número de equipamentos destinados ao lazer. De sete teatros municipais saltou para 28, e ganhou mais 21 bibliotecas. O número de piscinas públicas cresceu em 100% e temos mais 21 ginásios cobertos. O mais importante é que todas estas instalações novas, de boa qualidade, encontram-se em áreas muito distantes do centro da cidade, onde atualmente se localiza a infraestrutura cultural e esportiva da cidade, tornando a rede de lazer mais acessível à população de menor renda, bem próximo ao seu local de moradia.

O lazer possível

Este conjunto de ações de recuperação, conservação, qualificação e ampliação dos espaços e equipamentos públicos destinados ao lazer faz parte do programa de trabalho de toda a administração municipal de São Paulo. Permeia o esforço de todas as áreas com o objetivo de criar alternativas de melhoria da qualidade de vida na metrópole e, se somados às iniciativas de valorização dos recursos humanos necessários para desenvolver atividades recreativas e de lazer, bem como à melhoria e ao barateamento do transporte público, certamente resultarão em enormes benefícios para a população da cidade. 🍷

Nádia Campeão é Secretária Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo/SP.

Notas

(1) *Caderno Viver Melhor*, da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo. São Paulo: 2001, pág. 7.

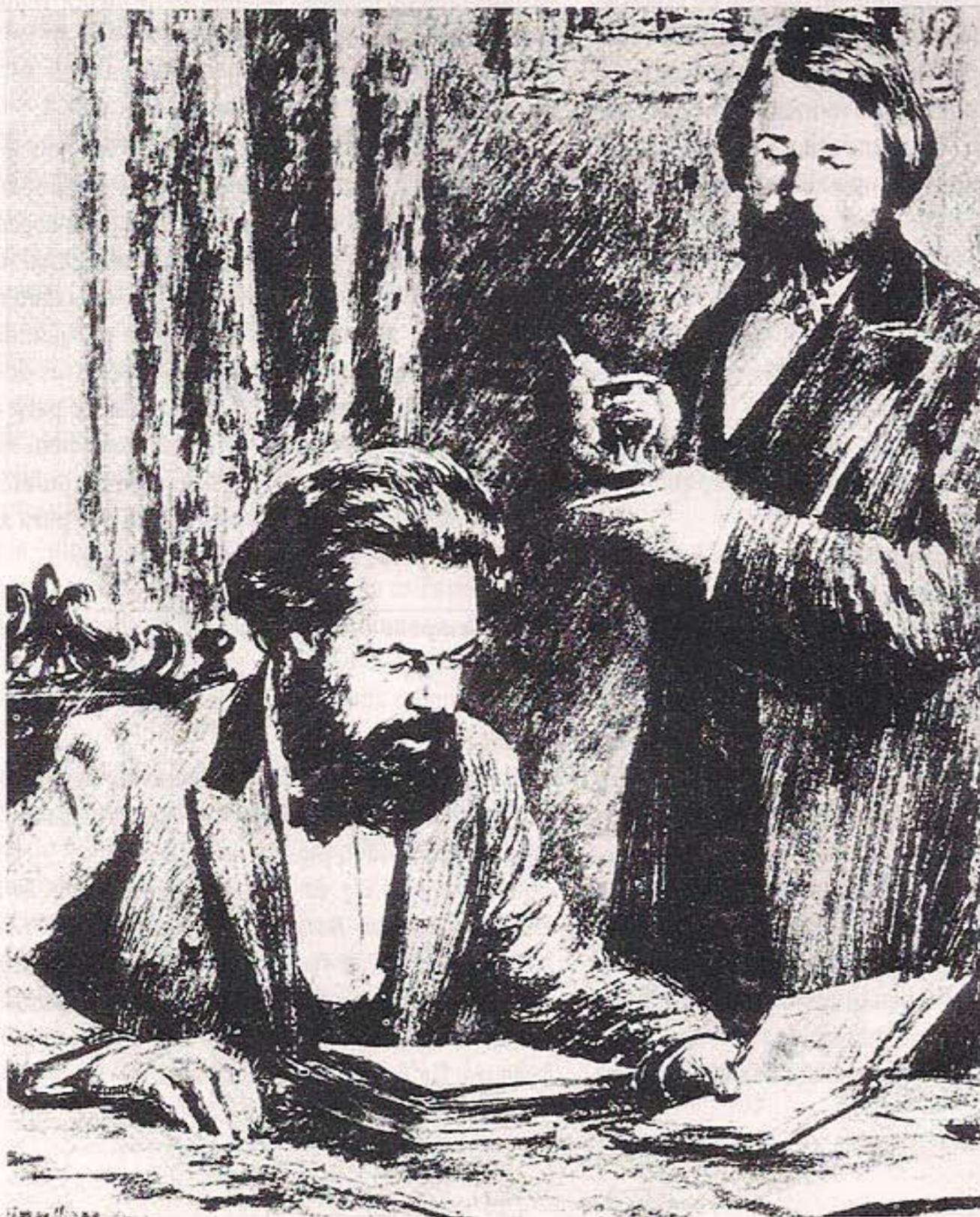
(2) *Caderno O uso do solo segundo o Cadastro Territorial e Predial – Distritos Municipais de São Paulo, 1991-2000*, da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo: 2002, pág. 7.

(3) Sobre estes dados, ver o livro *Outra cidade é possível – alternativas de inclusão social em São Paulo*, organizado por Marcio Pochmann. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MARX

A crítica de à naturalização do histórico

Newton Duarte



Marx e Engels

A crítica de Marx ao procedimento de naturalização presente nos economistas clássicos é uma crítica à compreensão a-histórica do ser humano e à posição ideológica de legitimação da sociedade capitalista

A superação subjetiva e objetiva das relações sociais capitalistas e da alienação delas decorrente torna-se um processo particularmente difícil pelo fato de que no capitalismo as relações sociais aparecem aos indivíduos como se fossem relações entre coisas, entre entidades naturais. ⁽¹⁾ O fetichismo faz com que os homens, tanto em sua vida cotidiana como em seu pensamento, não percebam as relações mediadas pelo valor de troca como relações sociais, isto é, como produtos históricos da ação humana. Ao invés disso, os homens naturalizam o valor de troca, como se ele fosse uma propriedade natural, física, das coisas:

“Finalmente, o trabalho que põe valor de troca se caracteriza pela apresentação, por assim dizer às avessas, da relação social das pessoas, ou seja, como uma relação social entre coisas. Somente na medida em que um valor de uso se relaciona com um outro como valor de troca é que o trabalho das diferentes pessoas se relaciona entre si como igual e geral. Por isso, se é correto dizer que o valor de troca é uma relação entre pessoas, é preciso, contudo, acrescentar: relação encoberta por coisas. Assim como uma libra de ferro e uma libra de ouro possuem o mesmo peso, apesar da diferença de suas propriedades físicas e químicas, do mesmo modo dois valores de uso de mercadorias que contenham o mesmo tempo de trabalho possuem o mesmo valor de troca. O valor de troca aparece assim como determinidade social natural dos valores de uso, determinidade que lhes corresponde como coisas e em razão do que se substituem entre si em determinadas relações quantitativas; no processo de troca, formam equivalentes, da mesma maneira que substâncias químicas simples se combinam em determinadas proporções quantitativas formando equivalentes químicos. Não é outra coisa senão a rotina da vida cotidiana o que faz parecer trivial e óbvio o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto; de tal maneira que a relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um rela-

cionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas.” (MARX, 1978b:140-141)

O fetichismo é uma relação alienada e alienante que os homens estabelecem com a mercadoria, enquanto objetivação humana, pelo fato do próprio processo de objetivação ocorrer no capitalismo sob relações sociais de dominação, isto é, sob a forma de apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho. As relações sociais alienadas assumem, assim, a aparência de fenômenos da natureza. Estamos perante a questão da naturalização das relações sociais, que na sociedade capitalista invade todo o pensamento dos indivíduos pertencentes a essa sociedade, desde o pensamento cotidiano até a arte, a ciência e a filosofia. A reprodução ideológica do fetichismo se realiza através das muitas formas de naturalização dos fenômenos humanos que, ao invés de serem analisados como fenômenos históricos e sociais, são encarados como fenômenos naturais. Entretanto, na maioria das vezes essa naturalização do social não ocorre de maneira franca e direta, mas sim através de muitos e intrincados subterfúgios, dificultando bastante o trabalho de análise

Na maioria das vezes a naturalização do social não é franca e direta.

crítica. Além disso, a naturalização daquilo que é histórico e social é um recurso ideológico que pode ter significados diferentes, dependendo do contexto em que é utilizado, bem como dos motivos que levaram à sua utilização. Essa diversidade dos significados que a naturalização do social pode assumir nos vários contextos históricos jamais elimina, porém, seu caráter alienante, contido na transformação, no plano ideológico, de algo criado pelo homem em algo que teria sido produzido pela natureza, retirando do ser humano a crença na possibilidade de transformação daquilo que ele próprio produziu.

A utilização do recurso da naturalização não implica,

* Texto referente ao item 2 do capítulo 3 do livro *Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações pós-modernas e neoliberais da teoria vigotskiana*. Campinas: Autores Associados. 2000 – p. 128-157.

entretanto, a ausência do reconhecimento de que o homem vive em sociedade. Não se trata de considerar naturalizantes apenas as concepções que não façam referência à vida coletiva, às interações entre os indivíduos. A referência ao coletivo e às chamadas “interações sociais” (reduzidas ao significado de relações interindividuais) não significa, em absoluto, a superação da naturalização, pois esta se faz presente quando a sociedade é considerada resultante de atributos naturais e universais aos seres humanos. A universalidade do ser humano, ao invés de ser vista como resultante de um processo histórico, é vista como o pressuposto da vida social, isto é, como características naturais, universais e eternas da condição humana. Como já foi dito anteriormente, a concepção piagetiana das relações entre indivíduo e sociedade apóia-se também em um pressuposto naturalizante, qual seja: a interação entre indivíduo e meio realiza-se através de uma dinâmica universal para todas as interações entre um organismo e o meio ambiente. Tal dinâmica é caracterizada no modelo interacionista como sendo a da interação adaptativa, através dos processos de assimilação e acomodação,

gerando uma constante equilíbrio majorante, isto é, uma equilíbrio em níveis superiores de desenvolvimento. Essas categorias do modelo interacionista são chamadas por Piaget de “invariantes funcionais” (PIAGET, 1982), justamente por serem universais. Em Piaget, portanto, a universalidade do modelo interacionista é um pressuposto básico na análise tanto da filogênese como da ontogênese.

Como anunciamos no início deste texto, neste segundo item procuraremos elementos teórico-metodológicos para a crítica à naturalização do social na crítica feita por Marx, nos *Grundrisse*, à naturalização do capitalismo presente nos economistas clássicos.

A crítica de Marx ao procedimento de naturalização presente nos economistas clássicos não se limita à questão epistemológica da necessidade de métodos de análise específicos para os fenômenos sociais. Essa questão epistemológica é enfocada por Marx num quadro mais amplo onde a crítica ao procedimento de naturalização é,

ao mesmo tempo, uma crítica a uma filosofia a-histórica do ser humano e a uma posição ideológica de legitimação da perpetuação da sociedade capitalista.

Para facilitar a compreensão da crítica feita por Marx, nos *Grundrisse*, aos economistas clássicos e também das implicações da mesma ao tema de nosso trabalho, julgamos relevante apresentar, de início, algumas passagens de Adam Smith, copiadas por Marx (1978a:24-25) no terceiro *Manuscrito Econômico-Filosófico* de 1844. A apresentação dessas passagens justifica-se, pois o fato de Marx as ter copiado mostra tê-las considerado representativas do pensamento de Adam Smith, especialmente no que se refere à questão da naturalização do social⁽²⁾:

“A divisão do trabalho não deve sua origem à sabedoria humana. É a consequência necessária, lenta e gradual da propensão para a troca e para o tráfico recíproco dos produtos. Esta propensão para negociar é provavelmente uma consequência necessária do uso da razão e da palavra. É comum a todos os homens e não se dá em nenhum animal. O animal, tão logo se faça adulto, vive de seu próprio esforço. O homem necessita constantemente do apoio dos demais, e esperaria em vão se fosse contar com sua mera benevolência. É muito mais seguro dirigir-se a seu interesse pessoal e convencê-los de que fazer o que deles se espera os beneficia a si mesmos. Quando nos dirigimos aos demais, não o fazemos à sua humanidade, mas sim a seu egoísmo; nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas sim da sua conveniência. De qualquer modo, é através da troca, do comércio, do tráfico, que recebemos a maior parte dos bons serviços que reciprocamente necessitamos, é esta propensão para o tráfico que deu origem à divisão do trabalho. Assim, por exemplo, em uma tribo de caçadores ou pastores há alguém que faz arcos e flechas com mais rapidez e habilidade que os demais. Frequentemente troca estes instrumentos com seus companheiros por gado e caça, e rapidamente se dá conta de que por este meio consegue maior quantidade destes produtos, do que se ele mesmo fosse caçar. Com um cálculo interessado passa a fazer da fabricação de arcos, etc., sua ocupação principal. A diferença dos talentos naturais entre os indivíduos não é tanto a causa, como o efeito da divisão do trabalho (...) Sem a disposição dos homens para o comércio e a troca, cada um se veria obrigado a satisfazer por si mesmo todas as necessidades e comodidades da vida. Todos teriam que realizar a mesma tarefa e não se teria produzido esta grande diferença de ocupações que é a única que pode engendrar a grande diferença de talentos. E, assim como é essa propensão para a troca que engendra a diversidade de talentos entre os

A divisão do trabalho é a consequência necessária, lenta e gradual da propensão para a troca e para o tráfico recíproco dos produtos.

homens, é também essa propensão que faz útil tal diversidade. Muitas raças animais, ainda que pertencentes à mesma espécie, receberam da natureza uma diversidade de caráter muito mais evidenciada que aquela que se pode encontrar entre os homens não civilizados. Por natureza não existe entre um filósofo e um carregador de fardos nem a metade da diferença que há entre um mastim e um galgo, entre um galgo e um perdigueiro ou entre qualquer destes e um cão pastor. Contudo, estas diferentes raças, ainda que pertencendo todas a uma mesma espécie, não têm utilidade umas para as outras. O mastim não acrescenta nenhuma vantagem à sua força por servir-se da ligeireza do galgo, etc. Os efeitos destes diferentes talentos ou graus de inteligência não comportam um denominador comum, porque falta a capacidade ou a propensão para a troca e para o comércio e não podem, portanto, contribuir em nada para a vantagem ou a comodidade geral da espécie (...). Cada animal deve alimentar-se e proteger-se a si mesmo, independentemente dos demais; não pode obter a mínima vantagem da diversidade de talentos que a natureza distribui entre seus semelhantes. Entre os homens, ao contrário, os talentos mais diversos são úteis uns aos outros, porque, mediante esta propensão geral para o comércio e para a troca, os diferentes produtos dos diferentes tipos de atividade podem ser postos, por assim dizer, em uma massa comum, à qual cada um pode ir comprar uma parte dos produtos da indústria dos demais, de acordo com suas necessidades. Como esta propensão para a troca dá origem à divisão do trabalho, o crescimento desta divisão estará sempre limitado pela expansão da capacidade de trocar ou, dito em outras palavras, pela expansão do mercado. Se o mercado é muito pequeno, ninguém se animará a dedicar-se inteiramente a uma única ocupação, frente ao temor de não poder trocar aquela parte da sua produção que excede às suas necessidades pelo excedente da produção de outro que desejaria adquirir (...) [Marx:] “Numa situação de maior progresso:” [Adam Smith:] “Todo homem vive da troca e se converte em uma espécie de comerciante e a própria sociedade é realmente uma sociedade mercantil.” (MARX, 1978a: 24-25)

As palavras de Adam Smith traduzem uma concepção na qual a troca e o mercado são vistos como pertencentes à natureza do ser humano e, portanto, características essenciais do desenvolvimento individual e da sociedade. O enriquecimento comum resulta, segundo essa concepção, do egoísmo de cada um, pois cada indivíduo só faz algo por outro quando isso lhe trazer algum

benefício. A divisão do trabalho desenvolve os talentos individuais e enriquece a sociedade, pois produz a diversidade. O que possibilita ao indivíduo humano poder – diferentemente dos animais –, beneficiar-se dos diferentes talentos de outros indivíduos humanos é essa tendência à troca, que faz com que os produtos da atividade de cada indivíduo sejam postos no mercado, onde cada um busca aquilo que for de seu interesse e satisfaça alguma necessidade sua. O desenvolvimento dos indivíduos estará sempre limitado pelo desenvolvimento do mercado, isto é, os indivíduos só se motivarão a produzir se o mercado for ampliando-se cada vez mais, para que aumente o número de consumidores e de produtores.

Essa concepção defendida por Adam Smith no século XVIII aproxima-se em muito do discurso hegemônico na sociedade atual. E tal aproximação não se limita ao discurso imediatamente econômico, de defesa do livre mercado enquanto aquele que poderia, de forma natural, regular a sociedade e permitir o desenvolvimento dos talentos individuais. Diríamos que esse paradigma do homem como um ser que possui uma tendência natural à troca está presente na mentalidade atual em muitos campos do conhecimento e não com menos intensidade no campo educacional. Uma das tônicas do discurso pedagógico contemporâneo reside na idéia de interação que é vista como uma forma de troca – troca de saberes, de experiências, de informações, de gestos afetivos, de histórias pessoais etc. A incorporação de Vigotski ao ideário pedagógico tem sido, em boa parte, motivada por essa valorização da troca ⁽³⁾, ainda que muitos afirmem ser essa valorização resultado daquela incorporação.

O trabalho educativo, nessa perspectiva, para efetivar-se enquanto processo democrático e emancipatório, deve caracterizar-se por uma multiplicidade de interações comunicativas, de trocas. A idéia de troca, numa sociedade como a nossa, remete necessariamente à idéia de mercado, pois este é o local por excelência da troca. Talvez não seja por acaso que alguns educadores – como, por exemplo, NOGUEIRA (1993) –, apresentem estudos que focalizam “processos de negociação” na sala de aula como estudos que estariam apoiados na teoria vigotskiana. Seria mera coincidência que a educação seja vista como troca, como nego-

Para Adam Smith, o desenvolvimento do indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento do mercado.

ciação, em tempos onde é feita a apologia do mercado mundializado?

Temos insistido, neste trabalho, na idéia de que o lema “aprender a aprender” apóia-se em concepções naturalizantes das relações entre indivíduo e sociedade. Acrescentamos agora a essa afirmação a de que o “aprender a aprender” está inserido no universo ideológico da naturalização do mercado. “Aprender a aprender” significa, na verdade, aprender a buscar, por si mesmo, entre as ofertas do mercado do conhecimento, as informações e os saberes necessários à adaptação a um determinado tipo de atividade. No “aprender a aprender”, conhecer é interagir, é trocar. Assim, o lema “aprender a aprender” mantém grande sintonia com as idéias do homem como um comerciante e da sociedade como uma sociedade mercantil.

Vejam agora de que forma Marx desenvolve sua crítica à naturalização do social efetuada pelos economistas

clássicos. Inicialmente MARX (1987a: 3-4) critica Adam Smith e Ricardo por partirem, em suas análises econômicas, da pressuposição da existência primitiva de caçadores e pescadores individuais e isolados:

“Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja, a produção dos indivíduos socialmente determinada:

este é naturalmente o ponto de partida. O caçador ou o pescador sós e isolados, com os quais começam Smith e Ricardo, pertencem às imaginações desprovidas de fantasia que produziram as robinsonadas do século XVIII, as quais, diferentemente do que acreditam os historiadores da civilização, de modo algum expressam uma simples reação contra um excesso de refinamento e um retorno a uma mal entendida vida natural. O contrato social de Rousseau, que põe em relação e conexão, através do contrato, sujeitos por natureza independentes, tampouco repousa sobre semelhante naturalismo. Este é somente a aparência, e a aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Trata-se, na realidade, mais de uma antecipação da “sociedade civil” que se preparava desde o século XVI e que no século XVIII marchava a passos de gigante para sua maturidade. Nesta sociedade da livre competição, cada indivíduo aparece como desprendido dos laços naturais, etc, que nas épocas históricas precedentes fazem dele uma parte integrante de um con-

glomerado humano determinado e circunscrito. Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros ainda se apóiam totalmente Smith e Ricardo, este indivíduo do século XVIII – que é o produto, por um lado, da dissolução das formas de sociedade feudais e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI – lhes aparece como um ideal cuja existência teria pertencido ao passado. Não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história. Segundo a concepção que tivessem da natureza humana o indivíduo aparecia como conforme à natureza, enquanto posto pela natureza e não enquanto produto da história. Até hoje, esta ilusão tem sido própria de toda nova época.”

Essa citação é bastante ilustrativa quanto ao tipo de crítica desenvolvida por Marx às concepções que utilizam como recurso ideológico à naturalização do social, do histórico. O indivíduo isolado, isto é, o indivíduo que age em função de seus fins particulares, é visto pela Economia Política não como um produto histórico, mas sim como o ponto de partida da história humana. Como vimos nas anteriormente citadas passagens de Adam Smith copiadas por Marx, aquele entendia que a espécie humana possuísse uma propensão natural para a troca, o que acabaria por satisfazer as necessidades individuais, produzir a divisão do trabalho e assim impulsionar o progresso social. Essa propensão natural à troca estaria dada já no ponto de partida a todos os indivíduos humanos. Marx ironiza essa concepção e a chama de “robinsonadas”, numa alusão à imagem do indivíduo civilizado que se vê perdido e sozinho numa ilha. Marx, porém, não apenas critica Smith e Ricardo por situarem o indivíduo mercador (propenso à troca), no ponto de partida da Economia Política, ele também critica aqueles que consideram as “robinsonadas” apenas um resultado de uma aspiração romântica a um retorno a um estado primitivo de liberdade do ser humano, vivendo em contato direto com a natureza, aspiração essa que seria uma espécie de reação ao excesso de refinamento da sociedade européia do século XVIII. Se as robinsonadas tivessem esse significado, não passariam de devaneios românticos e desprovidos de real importância histórica. Mas, para Marx, elas não significavam um retorno a um passado idílico que nunca existiu, mas sim uma antecipação profética dos desdobramentos da sociedade burguesa, da sociedade capitalista. Os profetas do século XVIII foram capazes de captar os germens, já existentes àquela época, do que seria a sociedade burguesa em sua maturidade, isto é, uma sociedade na qual imperaria a competição e na qual seriam

O termo “aprender a aprender” denota a concepção naturalista das relações indivíduo/sociedade.

rompidos todos os tipos de laços que, em sociedades precedentes, caracterizavam o indivíduo como ser pertencente de forma indissociável a determinada comunidade natural. Robinson perdido na ilha é uma metáfora do indivíduo na sociedade burguesa. A individualidade, tal como ela se configura na sociedade burguesa, aparece aos profetas do século XVIII como algo que teria existido no passado, que teria existido no início da história, assim como Adão no paraíso; quando, na verdade, esses pensadores estavam traduzindo um produto histórico, um produto do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo. Cabe aqui uma menção ao uso que Marx faz da expressão “sociedade civil”. Em MARX (1987a:481) em nota de fim de texto, é apresentada a informação de que essa expressão estaria sendo utilizada na mesma acepção de Hegel. Interessante notar aqui, que MARX (1987c:354-355), na obra *Crítica do Direito do Estado de Hegel*, escrita em 1843, cita uma passagem onde Hegel caracteriza a sociedade civil, diferenciando-a do Estado: “como a sociedade civil é o palanque do interesse privado individual de todos contra todos, é aqui onde tem seu assento o conflito entre este interesse privado e os assuntos particulares comuns e entres estes juntos e aquele com os pontos de vista e as ordens superiores do Estado”. Marx, analisando essa passagem diz ser curioso Hegel apresentar “a definição de sociedade civil como o bellum omnium contra omnes”, isto é, guerra de todos contra todos. Mais adiante, ainda neste item, mostraremos que Marx, ao estudar os economistas, caracterizou a concepção destes de sociedade também como uma guerra de todos contra todos, utilizando, inclusive, a mesma expressão em latim.

Assinalamos também que uma concepção similar a essa já havia sido defendida por KANT (1994: 3-23) em um texto escrito em 1784, no campo da Filosofia da História. Nesse texto ele defende a posição de que a história humana é guiada por uma intenção da Natureza:

“Pouco imaginam os homens (enquanto indivíduos e inclusive como povos) que, ao perseguir cada qual sua própria intenção segundo seu parecer e, com frequência, contra os outros, seguem sem o perceber – como um fio condutor – a intenção da Natureza, que lhes é desconhecida e trabalham em prol da mesma, de tal forma que lhes seria de pouca importância conhecê-la.” (KANT, 1994: 4)

Para Kant, os seres humanos não agiriam movidos pelo instinto, como os animais, nem como “cidadãos racionais do mundo, segundo um plano globalmente concertado” (idem, p. 4-5). Assim, a história humana aparentaria, à primeira vista, ser uma realidade absurda, fruto de uma

mente enlouquecida. Caberia à filosofia da história tentar decifrar a intenção da Natureza que guiaria, como um fio condutor, a história humana. Não vamos aqui analisar os nove princípios formulados por Kant para essa análise filosófica da intenção da Natureza em relação ao desenvolvimento da humanidade. Apenas destacaremos que, na perspectiva kantiana, o motor do desenvolvimento humano residiria na luta entre duas tendências opostas, existentes no ser humano: a tendência à socialização e a tendência ao individualismo. Luta essa por Kant denominada “insociável sociabilidade”:

“O meio do qual se serve a Natureza para levar a cabo o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo das mesmas dentro da sociedade, na medida em que esse antagonismo acaba por converter-se na causa de uma ordem legal daquelas disposições. Entendo aqui por antagonismo a insociável sociabilidade dos homens, isto é, que sua inclinação a viver em sociedade seja inseparável de uma hostilidade que ameaça constantemente dissolver essa sociedade. Que tal disposição esteja subjacente à natureza humana é algo bastante óbvio. O homem tem uma tendência a socializar-se, porque em tal estado sente mais sua condição de homem ao experimentar o desenvolvimento de suas disposições naturais. Porém também tem uma forte inclinação a individualizar-se (isolar-se), porque encontra simultaneamente em si mesmo a insociável qualidade de submeter tudo a seu mero capricho e como sabe que é propenso a opor-se aos demais, espera encontrar essa mesma resistência por parte dos outros.” (idem, p. 8-9)

Kant, ao defender tal concepção da história humana, aproxima-se bastante da perspectiva dos economistas burgueses, que viam na luta de cada indivíduo por seus interesses particulares, o motor do desenvolvimento humano. Para Kant, a resistência que os outros seres humanos oferecerão ao egoísmo do indivíduo, fará com que ele tenha de lutar e, dessa forma, desenvolver as disposições a ele dadas pela Natureza:

“O homem quer concórdia, porém a Natureza sabe melhor o que convém à sua espécie e quer discórdia. O homem pretende viver cômoda e prazerosamente, mas a Natureza decide que deve abandonar a frouxidão e o ocioso conformismo, entregando-se ao trabalho e padecendo as fadigas que sejam precisas para encontrar com prudência os meios de apartar-se de tais penalidades. Os impulsos natu-

O homem tem uma tendência a socializar-se.

rais encaminhados a esse fim, as fontes da insociabilidade e da resistência generalizada (fontes das quais emanam tantos males mas que também incitam a uma nova tensão das forças e, por conseguinte, a um maior desenvolvimento das disposições naturais) revelam a organização de um sábio criador (...) tal como as árvores logram em meio ao bosque um belo e reto crescimento, precisamente porque cada uma tenta privar a outra do ar e do sol, obrigando-se mutuamente

a buscar ambas as coisas acima de si, em lugar de crescer atrofiadas, torcidas e encurvadas como aquelas que estendem caprichosamente seus galhos em liberdade e apartadas das outras; de modo semelhante toda a cultura e a arte que adornam à humanidade, assim

como a mais bela ordem social, são frutos da insociabilidade, em virtude da qual a humanidade se vê obrigada a auto-disciplinar-se e a desenvolver plenamente os germens da Natureza graças a tão imperiosa arte." (idem, p. 10-1)

Retomando a questão do recurso da naturalização, segundo nossa interpretação, Marx procurava mostrar que esse recurso traduzia uma determinada configuração histórica das relações sociais. Assim, um discurso que aparentemente estaria abordando características humanas universais, como fez Kant nas passagens acima citadas – características essas naturais e, portanto, independentes das particularidades contextuais –, pode estar, na realidade, justamente expressando processos historicamente surgidos e existentes na sociedade que produz esse discurso. A sociedade burguesa produz a concepção de que a luta entre os indivíduos é própria da natureza humana e, nessa luta, cada indivíduo persegue seus interesses particulares. Surge assim a concepção de que o desenvolvimento tanto do gênero humano quanto de cada indivíduo é fruto dessa constante tensão entre individualismo e convivência social. Aquilo que é uma característica específica à organização social capitalista, é universalizado, no plano ideológico, a toda a história humana, transformando a competição própria da sociedade mercantil em algo natural ao ser humano em toda e qualquer época. Nos *Grundrisse*, MARX (1987a:4) mostra que a Economia Política, ao elaborar seu discurso partindo de um primitivo produtor individual isolado, na verdade estaria traduzindo um produto da sociedade capitalista, ou seja, a pos-

sibilidade, produzida pelo desenvolvimento social, dos indivíduos agirem em função de seus fins privados:

"Quanto mais longe recuamos na História, tanto mais aparece o indivíduo – e por conseguinte também o indivíduo produtor – como dependente e formando parte de um todo maior: em primeiro lugar e de uma maneira todavia muito inteiramente natural, da família e dessa família ampliada que é a tribo; mais tarde, das comunidades em suas distintas formas, resultado do antagonismo e da fusão das tribos. Somente ao chegar ao século XVIII, com a sociedade civil, as diferentes formas de conexão social aparecem ao indivíduo como um simples meio para alcançar seus fins privados, como uma necessidade exterior. Porém, a época que gera este ponto de vista, esta idéia do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (universais segundo este ponto de vista) chegaram ao mais alto grau de desenvolvimento alcançado até o presente."

Ao contrário do que procuram mostrar os economistas clássicos, o produtor voltado prioritariamente à satisfação de seus fins privados, o produtor isolado que, depois, estabelece uma relação com outros produtores, não existe no início do processo histórico. Marx mostra que quanto mais recuamos na história mais o indivíduo aparecerá indiferenciado; mais se encontrará em um estado de fusão completa com a comunidade natural à qual pertence. Tanto a idéia de um produtor isolado como a possibilidade objetiva do indivíduo perseguir seus fins privados, fazendo das "diversas formas de conexão social" os meios para alcançar esses fins, são produtos da sociedade burguesa, do capitalismo; são, portanto, produtos do desenvolvimento histórico da produção.

Assim, a naturalização, ao invés de significar uma tentativa de retorno a um primitivo estágio natural, significa a tentativa de justificação, através da eternização e da universalização, de uma determinada realidade, apresentado-a como correspondente à natureza humana. A naturalização não é o retorno à natureza, mas sim a consideração como natural, isto é, como pressuposto da vida social, daquilo que é histórico, produto do desenrolar histórico das relações sociais.

E, como já assinalamos, o recurso à naturalização contém, com frequência, também o processo de universalização a-histórica de determinadas características específicas da sociedade capitalista. Marx analisa isso ao criticar o recurso então utilizado pelos economistas de partirem, em seus trabalhos, sempre de considerações óbvias sobre a produção em geral para então justificarem as relações capitalistas como sendo universais para as sociedades humanas. MARX (1987a: 5-6) considera ter sua validade a análise dos elementos comuns à produção material em toda e qualquer época histórica, mas alerta para a neces-

A sociedade burguesa produz a concepção de que a luta entre os indivíduos é própria da natureza humana.

cidade de não se esquecer das diferenças que distinguem uma época histórica de outra:

“Neste esquecimento reside, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das condições sociais existentes. Um exemplo. Nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, ainda que este instrumento seja somente a mão. Nenhuma é possível sem trabalho passado, acumulado, ainda que este trabalho seja somente a destreza que o exercício repetido desenvolveu e concentrou na mão do selvagem. O capital, entre outras coisas, é também um instrumento de produção, é também um trabalho passado objetivado. De tal modo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; porém o é se deixo de lado o específico, o que faz de um “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, um capital.”

Segundo entendemos, nesse trecho Marx estabelece a distinção entre dois tipos de análise. Um focaliza os aspectos universais da atividade de produção dos meios materiais necessários à existência humana; outro focaliza as formas particulares assumidas por esses aspectos em cada momento histórico. Esses aspectos universais não existem, é claro, na forma de pura universalidade, mas sim enquanto realidades sociais determinadas, específicas. Como apontou Marx, não existe produção

sem trabalho passado, acumulado, objetivado (nesse momento Marx utiliza os três termos como sinônimos), mas o trabalho objetivado não existe em sua forma pura e sim em formas concretas, seja como habilidade adquirida pela repetição, seja como um instrumento de trabalho, seja como capital. Assim, não existe a produção em geral, mas os aspectos comuns a todas as formas históricas de produção. Entretanto, a análise desses aspectos comuns não é suficiente para a compreensão de uma determinada forma histórica de produção como, por exemplo, o capitalismo. Analisar o capital considerando apenas o fato de ele ser trabalho objetivado é deixar de lado os elementos históricos mais importantes que caracterizam a especificidade do capital perante outras formas históricas de trabalho objetivado e, principalmente, essa análise não permite a compreensão da necessidade de superação dessa forma específica de acumulação de trabalho objetivado caracterizada como capitalismo. O equívoco dos economistas não residiu em considerar que existam

aspectos universais da atividade produtiva humana, mas sim em pretender universalizar a configuração histórica que esses aspectos assumiram no capitalismo. (continua)

Newton Duarte é doutor e Livre Docente em Educação pela UNICAMP e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Araraquara.

Notas

(1) Esse processo de fetichismo foi analisado por Marx no item 4 do capítulo sobre a mercadoria, no primeiro volume de *O Capital* (MARX, 1983:70-78), publicado pela primeira vez em 1867 e também no capítulo sobre a mercadoria do livro *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1978b), publicado pela primeira vez em 1859. Não poderemos, obviamente, aprofundar aqui a análise da questão do fetichismo na teoria de Marx e recomendamos, ao leitor interessado nessa questão, o livro de José Paulo Neto *Capitalismo e Reificação* (NETO, 1981) e o de Isaak Ilich Rubin *A Teoria Marxista do Valor* (RUBIN, 1987). Para uma leitura detalhada de *O Capital*, de Marx, recomendamos, como bibliografia de apoio, o livro de Francisco José Soares TEIXEIRA (1995), intitulado *Pensando Com Marx: Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*.

(2) Essas passagens encontram-se no livro *Uma Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, de Adam Smith, mais especificamente passagens do livro I, capítulos 2 e 3, intitulados, respectivamente: “Do Princípio que dá Ocasão à Divisão do Trabalho” e “Que a Divisão do Trabalho é Limitada

pela Extensão do Mercado” (SMITH, 1981:7-13). Posto que nosso objetivo, ao apresentar os trechos copiados por Marx é mostrar aspectos da leitura que Marx fazia do pensamento de Adam Smith, aspectos esses relevantes para a compreensão da crítica marxiana à naturalização do capitalismo, não nos deteremos em pequenas diferenças entre o texto dos trechos copiados por Marx e a tradução por

nós acima citada, dessa obra de Adam Smith. Essas diferenças não prejudicam a compreensão das idéias de Adam Smith expressas nessas passagens.

(3) Parece-nos ser esse também o motivo que tem levado a alguns educadores a buscar em Bakhtin apoio para a concepção do ato pedagógico como um processo dialógico.

Bibliografia

- MARX, K.
1978a. “Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro manuscrito)”. In *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, p. 3-48 (coleção Os Pensadores).
1978b. “Para a crítica da economia política”. In *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, p. 135-257 (Coleção Os Pensadores).
1987a. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse — 1857-1858)*. 2 ed. México: Siglo XXI, vol. I.
1987c. “Crítica do direito do Estado de Hegel”. In: *Escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 319-438.
- KANT, I.
1994. *Ideas para una Historia Universal en Clave Cosmopolita y otros escritos sobre filosofía de la historia*. 2 ed. Madri: Tecnos.

Marx apontou que não existe a produção em geral, mas os aspectos comuns a todas as formas históricas de produção.

Imperialismo UNIVERSIDADE e pensamento crítico

Armen Mamigonian

A idéia de globalização foi criada por economistas de direita nos EUA, e estimulou mundo afora a fabricação de teorias úteis aos patrões e donos do dinheiro

1 O auge do capitalismo como modo de produção progressista, que conseguiu deixar o feudalismo superado e esquecido no passado da humanidade, ocorreu nos fins do século XIX, quando sua irracionalidade começou a ultrapassar suas qualidades.

V. Lênin foi o primeiro a perceber esta guinada ao analisar sua fase imperialista, iniciada no longo período depressivo mundial de 1873 a 1896 e o primeiro a dirigir uma revolução socialista vitoriosa (URSS), abrindo a era da transição capitalismo-socialismo, dentro da qual nós vivemos. Mas o imperialismo impôs a guerra ao socialismo, pois seu nascimento era intolerável, bem como impôs a guerra ao longo do século XX às novas nações que lutavam para se libertar da exploração colonial e social.

Mesmo inferiorizado materialmente diante das potências capitalistas, o socialismo, superior moralmente, deixou ao longo do século XX uma brilhante história de resistência e criatividade: 1) Trotsky organizou o Exército Vermelho, sem ter tido experiência militar anterior e, mobilizando milhões de camponeses, derrotou as tropas czaristas e imperialistas (Inglaterra, Japão, EUA, etc), garantindo, à custa de milhões de mortos, a vitória da revolução soviética (1918-21); 2) na segunda guerra mundial a máquina de guerra alemã foi expulsa da URSS e derrotada na batalha de Berlim pelo general soviético Zhukov; 3) o general Mac Arthur, ocupante do Japão, foi derrotado na guerra da Coreia, depois de propor o lançamento de bombas atômicas na China; 4) o general Giap, inicialmente apenas professor de história, derrotou no Vietnã os maiores generais franceses e norte-americanos da época.

O papel destrutivo do imperialismo continuou mesmo após a queda da URSS, ocorrida devido à traição da sua burocracia corrupta, justificando a retomada nos dias de hoje da palavra de ordem "socialismo ou barbárie", de Rosa Luxemburgo.

2 O maior inimigo da humanidade, o mais destrutivo e o mais corruptor, é atualmente o imperialismo norte-americano. Mas ele é celebrado pelos seus intelectuais domesticados, tanto na metrópole quanto na periferia, como defensor da



Campus da Universidade de São Paulo.

democracia e da liberdade, assim como havia se erigido em defensor da “civilização ocidental e cristã” após a segunda guerra mundial, diante do chamado “perigo” soviético. ⁽¹⁾ Hoje em dia, seus intelectuais se esforçam em eliminar do vocabulário acadêmico expressões como imperialismo, centro-periferia, Terceiro Mundo, socialismo, etc. ⁽²⁾ Chegaram perto de obter êxito, usando o rolo compressor do “pensamento único”, expressão cunhada por Ignácio Ramonet, do jornal *Le Monde Diplomatique*. Mas para aqueles que não são ingênuos, nem incautos, o terrorismo do chamado pensamento único não foi surpreendente. Dimitrov, o dirigente búlgaro da Internacional comunista, já alertava na década de 30 para a ressurreição do fascismo, ainda mais agressivo, a partir do “outro lado do Atlântico”, num futuro próximo, que já está aí. Por acaso George W. Bush e Ariel Sharon não seriam neo-nazistas fanáticos?

A crise do petróleo (1973-74) surpreendeu o capitalismo norte-americano diante do novo período depressivo mundial que se abriu acompanhado: 1) da expansão geopolítica da URSS em todos os quadrantes do Mundo; 2) da concorrência do Japão e da Alemanha nos mercados mundiais; e 3) das lutas de libertação nacional, que haviam levado a sua frágil derrota militar no Vietnã. Depois de alguns anos indefinidos (governo Carter), os EUA a partir de Ronald Reagan (1980-88) passaram a reagir aos citados desafios de maneira estratégica e planejada: retomada da corrida armamentista, reestruturação industrial toyotista ⁽³⁾, combinação de protecionismo e abertura comercial, desregulação das relações trabalhistas, financeira e de certos setores produtivos, um novo papel dos seus intelectuais domesticados, etc.

3 Um novo papel dos intelectuais no centro do sistema capitalista? A batalha das idéias foi fundamental à vitória da contra-revolução reaganiana, com destaque às duas idéias-força principais: neoliberalismo e globalização.

As idéias neoliberais são antigas, muito anteriores ao período Reagan, mas foram insistentemente divulgadas nos EUA por M. Friedman e aplicadas com resultados desastrosos na Argentina (Martinez de Hoz) e no Chile (Pinochet), como assinala anteriormente ⁽⁴⁾. No período Reagan não foi aplicado nenhum neoliberalismo puro, mas sim combinado planificadamente com idéias keynesianas, como a política de corrida armamentista, sustentada por gigantesco endividamento público.

Entretanto durante os anos Reagan e nos seguintes, as universidades norte-americanas foram estimuladas a produzir “idéias” visando à retomada da hegemonia econômico-política dos EUA, que estava em erosão acelerada nos anos 70. A mais importante das idéias nasceu nas escolas de

administração de empresas (Harvard, Yale, etc) e recebeu o nome de “globalização”, dando a entender que se vivia uma era de enfraquecimento das fronteiras nacionais e do surgimento de um mercado global no Mundo. Nada mais falso, se consideramos a constituição do Nafta (EUA, Canadá e México), o fortalecimento da chamada Fortaleza Europa, zonas comerciais continentais protegidas e as tentativas recentes na Ásia. Mas nada mais útil aos interesses dos EUA como justificativa para a abertura dos mercados estrangeiros aos seus interesses comerciais e financeiros.

Na verdade é necessário assinalar que no período depressivo mundial iniciado em 1973-74 vem ocorrendo no centro do sistema capitalista uma renovação tecnológica acelerada, apesar da lentidão do ritmo da produção, paralelamente ao ritmo mais veloz dos investimentos estrangeiros e do comércio internacional e ainda mais veloz das transações financeiras. Assim sendo as empresas tornaram-se muito mais agressivas, num salve-se quem puder, que tem acelerado falências, aquisições e fusões, fortalecendo algumas nações e enfraquecendo outras. Esse processo acelerado de concentração e centralização do capital está levando, em futuro próximo, ao aparecimento em cada setor econômico (telecomunicações, computadores, transporte aéreo, automobilístico, etc, etc) de cartéis ao nível da tríade (EUA, Europa e Japão), vale dizer de um hiperimperialismo como imaginou Kautsky no início do século XX ⁽⁵⁾.

4 A idéia de globalização foi criada pelos economistas de direita das universidades norte-americanas, o que estimulou os cientistas políticos da mesma posição ideológica a fabricar “teorias” que ao mesmo tempo fossem úteis aos seus patrões e também rendessem alguns dólares para suas pesquisas, especialmente após a queda da URSS.

Francis Fukuyama se tornou famoso com suas idéias de “fim da história”, analisadas e desmascaradas por P. Anderson. Samuel Huntington, seguindo as pegadas de B. Lewis (*As raízes do ódio muçulmano*, um título edificante, como se vê) produziu *O choque de civilizações* (1996), concentrando sua atenção no conflito entre duas delas, o Islã e o Ocidente. O livro conforme argumentação de Edward Said ⁽⁶⁾ é um verdadeiro “choque de ignorância” em relação à temática das civilizações que podem tanto estar em choque, como em colaboração. Huntington não sabe que o mundo carolíngio, núcleo inicial do chamado “Ocidente”, recebeu a herança greco-romana através dos árabes. Emm. de Martonne (*A evolução da geografia*) ressalta o papel dos geógrafos árabes, Ibn Khaldoun e Ibn Bathouta entre outros, como grandes viajantes e pontes entre a geografia da Antiguidade e a geografia dos tem-

pos modernos. J. Brunhes, um dos pais da geografia francesa, mostrou a importância fundamental dos árabes na difusão dos sistemas de irrigação, comparando o norte da África (Marrocos etc) com a península ibérica. Mas afinal, quantos norte-americanos sabem que a arquitetura românica européia tem raízes árabes ou que a basílica de São Marcos, em Veneza, é arquitetura bizantina? Esta ignorância combinada com sua arrogância é responsável pela tolerância ao saque da biblioteca nacional de Bagdá, que guardava acervo de 4000 anos das civilizações da Mesopotâmia.

É chocante imaginar que as universidades norte-americanas formem e estimulem esse tipo de intelectuais ignorantes e subservientes. O capitalismo norte-americano não só incorporou sob suas asas as pesquisas das chamadas Ciências exatas nos laboratórios das grandes empresas (GE, Bell, IBM etc), como está absorvendo as chamadas humanidades, levando ao desaparecimento dos intelectuais independentes (7).

5 O apodrecimento do capitalismo, mais visível nas fases depressivas da economia mundial, acelerou o processo de rebaixamento da universidade à subalternidade e à perda de independência, visível nos salários arrochados pagos aos professores, levando muitos a verdadeiros negócios paralelos.

No seu retorno do exílio (1977) M. Santos percebeu o quanto o Brasil havia piorado ética e moralmente, inclusive na Universidade. Tendo assistido e participado dos debates sobre a guerra do Vietnã que se travavam nas universidades norte-americanas (1973-74), havia ficado impressionado com a assembléia universitária que ocorreu no MIT (Boston) que cobrava de uma alta autoridade universitária explicações sobre financiamento de suas pesquisas, que resultavam em fabricação de balas militares ainda mais destrutivas do que as precedentes, numa grata demonstração de democracia. No seu último contato com a universidade norte-americana (Califórnia 1997-98) notou o alto grau de conformismo e de burocratização, quando professores vizinhos se comunicavam hierarquicamente por memorandos, sem se verem ou se falarem.

Ora, a comparação entre a Universidade brasileira que havia deixado em 1964 quando do seu exílio e a Universidade que encontrou quando do seu retorno provocava uma grande preocupação em M. Santos diante do aumento da produção "intelectual" que ele chamava de gastrointestinal; isto é, mestrados, doutorados e livres-docências destinados a uma ascensão acadêmica carreirista (8). A sua preocupação com o destino da universidade se intensi-

ficou nos últimos anos de sua vida, daí ter dado ênfase ao tema no seu discurso por ocasião do título de professor emérito da FFLCH-USP (1997), chamando a atenção dos intelectuais para o risco de instrumentalização do seu trabalho pelo mercado, pela militância, pela política, pelo público, pelas mídias e pela carreira. E neste último perigo assinalou a forte culpa da universidade, pela insistência excessiva em reuniões e relatórios burocráticos e a busca frenética dos professores de aparecer, ainda que os trabalhos oferecidos fossem os mesmos, multiplicados agora pelas inovações tecnológicas, que facilitam a reprodução maquiada de um único artigo em vários congressos. Esse carreirismo acaba obliterando o pensamento crítico e abrangente. (9)

No caso da FFLCH da USP temos a opção de darmos continuidade à obra grandiosa dos nossos mestres, como Antônio Cândido, Milton Santos, Aziz Ab'Saber, Florestan Fernandes entre outros, ou afundarmos no pântano dos FHC, Gianotti, Braz de Araújo, ex-marxistas arrependidos. ●

Armen Mamigonian é professor do departamento de geografia da USP. Este artigo foi publicado originalmente na revista *Ciência Geográfica*.

Notas

(1) Nos anos seguintes à guerra, paralelamente aos agressivos e fascistóides políticos norte-americanos (Forrestal e sobretudo os macartistas), proliferaram os pregadores evangélicos (lembrando os celebrizados na "Estrada do Tabaco" por Esrskine Caldwell), sendo que um deles percorreu o mundo divulgando a "sua" religião, o chamado "rearmamento moral", que no Brasil recebeu o merecido comentário de Millor Fernandes: "Sabemos quem entra com as armas, mas cabe perguntar: quem entra com a moral?"

(2) J. Barrat-Brown, sociólogo inglês, já havia chamado a atenção nos anos 70 para o desprestígio intelectual e a revalorização do termo imperialismo conforme as conjunturas políticas.

(3) Reestruturação que intelectuais de esquerda moderadíssima (M. Storper, M. Scott, D. Harvey), chamaram docilmente de "flexibilização", pós-fordismo e outras coisas do gênero.

(4) A. Mamigonian: "A América latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro", *Geosul-UFSC*, nº 28, 1999, pp. 139-151.

(5) A. Mamigonian: "Capitalismo e socialismo nos fins do século XX (visão marxista)", *Ciência Geográfica*, AGB-Bauru, 2001.

(6) E. W. Said: *Cultura e Política*. São Paulo, 2003, pp. 42-47.

(7) Russel Jacoby: *Os últimos intelectuais*. Trajetória-EdUSP e O fim da utopia, Ed. Record, 2001.

(8) Entrevista à *Geosul*, nº 12/13 (1991-92), UFSC.

(9) A voz do professor emérito, *Jornal da USP*, 8 a 14.9.1997

UMA GESTÃO CULTURAL TRANSFORMADORA

Célio Turino

*A cultura é um instrumento
de relações sociais e a forma pela
qual os homens atuam em
sociedade*

A Cultura está presente em todas as ações da sociedade. A resignação ou inconformismo com que o cidadão encara sua realidade é, sobretudo, uma conduta cultural. O próprio fato de o indivíduo se perceber enquanto cidadão é fruto de condicionantes culturais e históricas. Uma ação de governo que se pretenda progressista, ou transformadora, tem a Cultura como prioridade.

A Cultura não pode ser confundida com eventos isolados, que se bastem em si mesmos. Muito menos pode ser reduzida a mero entretenimento ou restrita às Belas Artes ou à “alta cultura”, erudita e hermética. Cultura é um pouco disso tudo, mas também as referências históricas, costumes, condutas, desejos e reflexões. Evidentemente, o evento artístico, como concretização de um processo, tem um papel importante e muitas vezes é nesses acontecimentos que as pessoas tomam contato, pela primeira vez, com determinadas obras de arte; e são tocadas por elas. Também o entretenimento traz um componente lúdico fundamental para o Fazer Artístico e seria de um profundo elitismo masoquista negar este aspecto agradável da Arte. Mas, antes de tudo, Cultura é “o cultivo da mente”. Ou, nas palavras de Bertolt Brecht, “(...) é pensar, é descobrir”.

Democratizar a Cultura é democratizar o acesso aos

bens da cultura universal, permitindo às pessoas se elevarem à autoconsciência de participar no gênero humano. Ampliar o raio de ação das obras culturais e não adaptá-las, moldá-las, enfraquecê-las, permite ao indivíduo se apropriar de instrumentos capazes de romper a falsa consciência alienada e particularista que o impede de desenvolver uma postura crítica diante do mundo em que vive. “Deve-se elevar a cultura do povo!”, defendia Maiakóvski.

A distinção entre Cultura Erudita e de Massas e destas em relação à Cultura Popular é uma maneira de hierarquizar culturas e assegurar a sobrevivência de um regime social. Esta distinção apresenta a elite como detentora de um saber e bom gosto que a legitima ao pleno exercício do poder. À massa – como se existisse esta categoria amorfa e compacta – é oferecida uma cultura pasteurizada, feita para atender a necessidades e gostos medianos de um público que não deve questionar o que consome. Manter esta distinção significa manter um status de dominação. Romper com esta realidade, difundindo uma cultura que seja instrumento de crítica e conhecimento, é o caminho para a ampliação da cidadania. Vista deste modo, a cultura deixa de ser um bem secundário em um país de tantas carências e passa a ser um bem social, assim como as áreas de saúde e educação. Por estes motivos uma gestão

pública de Cultura deve ser entendida como prioritária e social, como alavanca de transformações.

Patrimônio Cultural

Recuperar e conhecer o Patrimônio Cultural é a base da nacionalidade. Um povo sem um acervo de conhecimentos, arte e memória, não tem referências que lhe permitam projetar-se ao futuro; estará condenado a mero receptor, nunca um criador. O empobrecimento cultural, a degradação ambiental e a perda de perspectivas criativas prosperam no terreno fértil do desrespeito e do desconhecimento do Patrimônio Cultural.

Preservar o Patrimônio não é contraditório com o desenvolvimento econômico e social; pelo contrário, impulsiona-o. O Patrimônio Cultural também não pode ser reduzido a um mero conjunto de edifícios ou obras de arte; ele é vasto e envolve todos os campos da ação humana, tangíveis ou intangíveis. O meio ambiente e nossas reservas naturais, degradadas ou não, fazem parte desse patrimônio, assim como o conhecimento científico e tecnológico, documentos escritos, imagens, objetos, danças, estórias infantis, músicas, lendas compõem nossa herança. Esta é a base de nossa identidade (ou identidades), sendo o alicerce do desenvolvimento econômico, tecnológico, social e artístico. Reforçar a identidade cultural também significa revelar contradições e romper com uma identidade aparentemente homogênea, construída apenas baseando-se em determinados marcos representativos da cultura dominante.

Com base nestes conceitos, a prioridade a Museus, Arquivos e Bibliotecas é decorrência. Do mesmo modo o registro literário, sonoro e visual da produção artística de nossa época é uma meta da qual não se deve descuidar. Tombamentos, áreas envoltórias e revitalização ambiental compõem um

capítulo à parte e são fundamentais para o progresso social de todo e qualquer povo. Situam-se em uma fronteira onde os interesses econômicos entram em choque direto com os interesses da cultura. Este choque, entretanto, acontece mais em função da ignorância dos agentes econômicos e de um certo dogmatismo e despreparo por parte dos encarregados de sua preservação. Existem soluções que valorizam estética e economicamente os bens tombados; é preciso, no entanto, um esforço de análise e capacidade de diálogo para encontrar tais alternativas. A Troca do Potencial Construtivo é uma

delas; mas há outras que podem ser elucidadas em um debate à parte.

Formação Cultural

Uma política democrática de formação cultural não é uma simples relativização cultural, um “deixar fazer” sem critérios. Democratizar significa oferecer alternativas, desenvolver um trabalho de contracultura em relação às imposições do moldável mercado. E se contrapor à indústria cultural, de consumo fácil e gosto duvidoso.

A Formação cultural deve ser analisada amplamente e engloba desde o aperfeiçoamento permanente dos agentes culturais diretos (atores, músicos, produtores culturais, artistas plásticos, cineclubistas, etc) até um projeto de iniciação artística de amplo alcance. Um programa de formação cultural que atinja, simultaneamente, milhares de pessoas, deve estar solidamente implantado na complementação educacional de crianças e adolescentes e oferecer cursos descentralizados dirigidos a donas de casa, jovens, idosos e trabalhadores. Além de cursos, a Formação deve prever o amplo acesso a livros, obras de arte e espetáculos dos mais variados estilos. Isto é formação de gosto e só se gosta daquilo que se conhece.

Casas de Cultura administradas em co-gestão (poder público/comunidade) e com um funcionamento articulado com Instituições mais bem equipadas, como Museus e Teatros, representam uma alternativa. Outras experiências, a exemplo do Projeto Recreio, em São Paulo, que oferece atividades culturais e recreativas para milhares de crianças durante as férias, também apontam no caminho de uma formação cultural sólida, permanente e de amplo alcance.

A Formação Cultural amplia horizontes e distribui renda para uma população carente de possibilidades. Permite que talentos se destaquem e seja formado um público mais crítico para, no futuro, consumir – e também produzir – uma cultura mais elaborada. A articulação de um efetivo Sistema de formação cultural também amplia o mercado de trabalho para artistas.

Informação e Difusão Cultural

Vivemos cada vez mais em uma sociedade onde informação é poder. Romper com a alienação e o embrutecimento imposto a amplas parcelas da população é, efetivamente, desenvolver uma política democrática, de conquista da cidadania. Isso significa prever uma ampla e pluralista oferta de produtos culturais. Manter a população no campo de uma cultura “rasa” é o melhor caminho para subjugar-la. Para romper com este quadro é neces-

Preservar o patrimônio cultural não é contraditório com o desenvolvimento.

sário “depurar” o “senso comum” elevando a interpretação da Cultura a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática, colocada à altura da modernidade. Gramsci via a Cultura como instrumento de uma práxis crítica que, sem descartar os elementos de uma cultura mais elaborada (chamada por muitos de erudita), desenvolve um processo de elevação da consciência.

Essa concepção não é estática e percebe uma inter-relação dinâmica entre os diversos níveis da Cultura. Assim como não se deve condenar o uso do “agradável” e do entretenimento como instrumento de fruição do “estético”, também a difusão cultural de massas tem um papel neste processo de evolução da consciência crítica; a música popular, em vários momentos, é um exemplo disso. A televisão é outra alternativa de como podemos introduzir “elementos culturais críticos” e novas referências a uma população que, pela primeira vez, pode ter contato com produtos culturais e conceitos, antes inacessíveis. Evidentemente esta é uma possibilidade; no momento, infelizmente, não é a tônica da programação televisiva.

Uma gestão pública de Cultura deve balizar-se por conceitos ao gerenciar a programação cultural da cidade e os conceitos brevemente explicitados neste ensaio são fundamentais para uma gestão que se pretenda transformadora. A programação cultural deve ser sempre pluralista, sem interferências de gosto, conteúdo ou estética. Este pluralismo, no entanto, não pode deixar de perceber que o produto cultural encontra níveis variados de circulação e exposição.

Parte da produção artística terá sempre espaço no mercado – muitas com pouca inovação, é fato. Porém, é preciso quebrar preconceitos e reconhecer que o mercado também abre espaço para produtos de excelente qualidade, estética e de conteúdo. Como estas já estão inseridas no mercado, devem ficar a cargo da iniciativa privada. Mas existem produtos culturais em que a iniciativa privada se revela incapaz de promover, cabendo ao poder público suprir esta insuficiência de modo a assegurar uma múltipla oferta de bens culturais. A realidade mostra, para desmoralização das teses neoliberais, que esta insuficiência, no Brasil, é regra.

Ao Poder Público cabe dar suporte, prioritariamente a:

- a) Festivais, eventos e projetos voltados a produções experimentais ou de vanguarda;
- b) realizações culturais comunitárias ou populares; e
- c) produções Artísticas que representam um efetivo patrimônio cultural (consagrados solistas ou orquestras, grupos nacionais ou estrangeiros com significativa contribuição para as artes, grandes exposições etc). Mesmo quando

encontram patrocínio privado tais eventos dependem do apoio público em função de sua complexidade e custo.

Esses critérios difundem a cultura e a arte em sua melhor expressão e preservam o que há de mais específico nos valores culturais: o respeito à criação simbólica. Longe de representar uma imposição do Estado, uma gestão de cultura fundada nestes conceitos liberta o indivíduo e amplia seu repertório cultural; não faz imposições ou estabelece regras; valoriza a arte e não a submete a fórmulas fáceis ou esquemáticas; dignifica a criação e a humanidade.

Criação e Produção Cultural

A Cultura é um instrumento de relações sociais e é a única forma pela qual os homens podem atuar em sociedade. As pessoas se percebem pela cultura e por ela estabelecem relações entre si, definem valores e significados. Assim, ela se manifesta na criação artística, nunca é supérflua e o trabalho a ela destinado nunca é inútil, representando o espelho da alma humana. Quanto maior for o domínio de análise simbólica que as pessoas têm sobre a produção social, maior será a sua capacidade de articulação na sociedade.

Criação é, portanto, o objetivo que completa uma Política Cultural e ela se expressa de duas formas:

- a) Através da reflexão e da análise, desdobrando-se em comportamentos e condutas; e
- b) pelo Fazer Artístico.

Ao Estado compete assegurar total liberdade de manifestação e expressão, sem censura ou critérios de valor. A criação, mesmo acontecendo em qualquer lugar e em todas as atitudes da sociedade, necessita de espaços próprios para se realizar plenamente. Uma Gestão Pública de Cultura deve articular a abertura e manutenção desses espaços.

Como primeira medida deve-se incentivar Espaços e Salas geridas pela iniciativa privada como Teatros e Espaços Alternativos, Casas de Espetáculos, Auditórios, Cinemas, Galerias de Arte, específicas ou de empresas (Bancos, Shoppings, Restaurantes), Bares com música ao vivo, Livrarias etc. Este apoio pode vir na forma de incentivos fiscais ou, principalmente, de uma articulação de esforços e uma legislação específica.

Outra alternativa é a utilização de espaços públicos e comunitários, tradicionalmente não utilizados para a Arte, como Escolas, Sindicatos, Igrejas, Ruas e Praças. Ao

Ao Estado compete assegurar total liberdade de manifestação e expressão, sem censura ou critérios de valor.

Poder Público local cabe uma enorme responsabilidade quanto à abertura e manutenção de espaços culturais. Teatros, Museus, Centros Culturais e Bibliotecas enquadram-se nesta categoria e, definitivamente, sem verbas não é possível fazê-los funcionar. Quanto a outros níveis de governo, mais que gerir equipamentos, cabe articulá-los em um sistema único de produção e difusão cultural.

Apoio à produção cultural, porém, é muito mais que o incentivo, gerenciamento de agenda e manutenção de espaços. Cabe oferecer áreas coletivas para ensaio, oficina e guarda de cenários e figurinos, laboratórios, ateliês de arte (forno de cerâmica, prensa, laboratório fotográfico etc), equipamentos de uso comum além de intercâmbios que permitam aos artistas locais uma troca de experiência (um efetivo programa de apoio a viagens) e um maior contato com personalidades e referências da cultura nacional e internacional, inclusive desenvolvendo trabalhos em conjunto. A sociedade também deve se comprometer com a manutenção de Corpos Artísticos Estáveis, pois sem eles dificilmente se consolida uma tradição artística.

O Financiamento da Cultura

Se a Cultura e a Arte realmente são consideradas importantes cabe à sociedade lhes destinar recursos. O Fazer Artístico não depende apenas de criatividade, talento e bons conceitos, precisa de verbas. Vários grupos e artistas só têm acesso a recursos via esfera pública. E tem sido assim ao longo de toda a história e, portanto, é preciso disciplinar criteriosamente a aplicação destes recursos. Um hábito que tanto infelicitou, e infelicita, nossa política cultural é a prá-

lismo brasileiro). É preciso repensar leis – como a Rouanet e outras – que, no embalo de um neoliberalismo mal-resolvido, atendem muito mais às iniciativas do mercado cultural do que às suas boas intenções.

Há outras formas de captação de recursos além das verbas públicas. E o marketing cultural é uma ferramenta importante, não negamos, mas ele deve vingar muito mais por seus atributos próprios, agregando valor social à marca do patrocinador, do que propriamente à renúncia fiscal. Também existem experiências que caminharam em outro sentido. Entre 1990-93 Campinas, com uma Lei de Incentivo à Cultura, criou um Fundo Público. O recurso de que o município abria mão para a renúncia fiscal (0,5% das receitas correntes) ia todo para o Fundo e sua gestão era compartilhada. Para evitar dirigismos e as tão nocivas imposições de gostos ou rumos, o governo transferiu ao Conselho de Cultura a função de definir critérios para a distribuição de recursos. Havia acesso a esses recursos exclusivamente por edital público e a escolha dos contemplados era feita por comissões julgadoras especializadas, compostas por profissionais de fora da cidade. Outro exemplo bastante promissor é o originado com o movimento “Arte contra a Barbárie”, em São Paulo.

Em todo caso, esse é um debate que exige muito mais que estes parágrafos; mas, em algum momento será preciso enfrentá-lo.

Neste processo, a Opinião Pública tem um grande papel. De um lado cobrando verbas públicas para a Cultura, ou seja, o recurso público que tradicionalmente é destinado à renúncia fiscal iria diretamente ao Fundo Público, além da própria ampliação do orçamento da cultura. De outro,

cobrando presença mais consistente da iniciativa privada, em especial de grandes empresas, centros comerciais e multinacionais. Vários são os casos de multinacionais que destinam

milhões de dólares à cultura em seus países de origem e fazem isso contando apenas com os atributos próprios do marketing cultural, sem precisarem de renúncia fiscal ou de incentivos do governo. No Brasil, apesar de tanto lucrarem somente se dispõem em investir se o governo abrir mão de impostos que elas obrigatoriamente teriam de pagar. Uma postura menos servil e mais crítica quanto a este tipo de atitude seria de grande contribuição para a cultura nacional. Estamos no momento de tomá-la.

Gestão da Cultura

Estes conceitos que envolvem a Cidadania Cultural

Se a cultura e a arte realmente são consideradas importantes cabe à sociedade lhes destinar recursos.

tica do “balcão”, do clientelismo/paternalismo, dos critérios obscuros e motivações idem. Outro equívoco é atribuir essa tarefa às Leis de Renúncia Fiscal, como se fosse a única alternativa possível. Ao invés de acrescentar recursos privados à cultura, essas leis apenas transferem a gestão de recursos públicos à esfera privada, delegando a suas diretorias de marketing a função de definir quem deve receber esses recursos. Mais uma vez concentra-se fundos, tanto do ponto de vista regional como social, excluindo, principalmente, os setores que mais necessitariam desse apoio (projetos comunitários, de vanguarda ou experimentais ou então de regiões mais distantes do eixo decisório do capita-

estão alicerçados no patrimônio cultural, na formação, informação e na criação; não se realizam instantaneamente, têm um caminho longo a percorrer. Sofrem recuos, dependem de reavaliações e, normalmente, são incompreendidos no momento de sua aplicação. Em um processo de mudança social as mentalidades mudam por último, mas sem um início de mudança nas mentalidades não há transformação possível.

Gestão é – antes de tudo –, definição de política. E definição de política implica em posicionamento ideológico, não podendo ser confundida com um processo neutro de gestão. As decisões nunca são neutras, assim como a burocracia. Cabe lembrar que uma gestão profissional, e competente, não é sinônimo de tecnocracia, mas sim de uma conduta pública coerente, em que conceitos e políticas são apresentados à sociedade de forma clara, permitindo o debate e transformando esse debate em realizações e conquistas da cidadania. Por isso, os Conselhos são tão estratégicos, cabendo a eles a mediação entre Poder Público e Sociedade. Uma postura democrática de governo deixa abertas possibilidades para experiências alternativas e do mesmo modo não deve pretender, a cada nova gestão, “inventar a pólvora”, cabe aproveitar aquilo que é positivo e ir adiante rumo a uma efetiva e consistente transformação. Mais que executar, cabe liberar potencialidades da sociedade, abrindo espaço para outras Instituições e agentes que não estejam na esfera pública. O Estado tem de estar a serviço da sociedade e nunca o contrário; assumir uma postura mais humilde e menos impositiva quanto à proposição e execução de programas faz a administração pública crescer e a coloca no importante papel de articuladora de recursos materiais e humanos. Romper com a idéia do Estado onipresente e autoritário é perceber na sociedade – e em todos os cidadãos – a principal fonte de produção da cultura.

Cultura como filosofia de Governo

A cultura permeia todas as ações da sociedade e, por conseqüência, todos os programas de governo. Cultura é comportamento, se manifesta nas mínimas relações do cotidiano, é postura frente ao mundo. A auto-organização do povo para compras comunitárias, ou organização de cooperativas, é cultura; sua conformidade em enfrentar filas, maus cheiros, desrespeitos, humilhações é cultura; sua resistência, seu modo de encarar as adversidades é cultura; sua luta, individual ou coletiva, é cultura. Pela cultura superamos nossas realizações e reformas.

A proposta de desafio à classe trabalhadora e à sociedade civil deste país deve vir através da reflexão crítica de suas próprias demandas; redefinindo símbolos, idéias,

valores e comportamentos; definindo um projeto de nação. Pela cultura a sociedade se afirma – de forma consciente ou não – como passiva, reivindicativa ou participativa. Com a cultura uma nação se supera no refazer da solidariedade, no direito à apropriação de sua memória e como conhecimento da importância do seu papel transformador.

Assim sendo, cabe desenvolver programas de conhecimento e descoberta da cidade, das regiões e do país (turismo social); realizar eventos de lazer, cultura e esportes que promovam a paz e o conagração entre cidadãos. Vale lembrar que a violência urbana tem inúmeras matrizes; uma delas é a ausência de lazer, de perspectivas para “passar o tempo”, cultivar a mente. Nos bairros pobres das grandes cidades nem áreas verdes há; quando muito um “raspadão” – campo precário, sem grama –, para jogar futebol nos finais de semana. E mesmo assim um espaço de lazer apenas para homens, do mesmo modo que os bares e mesas de bilhar. Às crianças, mulheres e aos idosos sobra televisão e as ruas, quando muito; aos jovens nem isso. A eles sobra a falta de perspectivas.

Cultura como filosofia de governo gera renda, é social, amplia os horizontes. Por isso mesmo, devemos estar abertos a importar e exportar culturas. Este é o motor da mudança: pelo intercâmbio e a troca nos desenvolvemos. A cultura integra ações, dá sentido às realizações e reformas dos governos. Ela é o fio condutor que une o direito à saúde, ao transporte, à moradia, à escola, ao trabalho, à cidadania. Com a cultura, e só com ela, conduziremos nossa sociedade à igualitária democracia, recolocando os cidadãos no caminho da emancipação humana.

Em resumo: um programa de Governo pautado no princípio da cidadania cultural administra a cultura de forma integrada, sistêmica. Reconhece no patrimônio histórico e cultural a base para toda a sua ação, preservando todos os bens que se constituem em referências fundamentais para a afirmação e construção de nossas identidades. Forma consciências; oferece alternativas e amplia o repertório cultural do povo. Informa, democratiza o conhecimento, respeita as diferenças. Convida as pessoas a refletirem sobre sua realidade. Cria. Transforma. 🍀

Célio Turino é historiador, ex-secretário de Cultura e Turismo em Campinas/SP (1990/92), e diretor de Promoções Esportivas e Lazer na Prefeitura de São Paulo.

É preciso desenvolver programas para impulsionar a descoberta da cidadania.

Para ler o Brasil

Revista Bonifácio, Instituto José Bonifácio, Brasília, nº 1 (out-nov-dez 2003), 50 pp.

Um filósofo do jornalismo, o americano Charles Dana, cunhou em 1882 a mais famosa definição de notícia: "Quando um cachorro morde uma pessoa, isto não é notícia. Mas quando uma pessoa morde um cachorro, isto é notícia". Fica claro que uma das principais características do fato jornalístico é a exceção, o acontecimento incomum, em geral negativo, que suscita curiosidade e interesse do público. Outra máxima do filósofo: "O jornalista separa o joio do trigo. E publica o joio".

Dana (1819-1897) não era nenhum Doutor Pangloss, a personagem otimista do romance *Cândido*, de Voltaire. Socialista na juventude, no final da vida hostilizou os sindicatos e tomou-se de um nacionalismo exagerado a ponto de defender uma política externa imperialista para os Estados Unidos, mas foi um atencioso editor do correspondente Karl Marx no jornal *The New York Daily Tribune*.

As notícias acerca do Brasil exageram as duas sentenças de Dana. A garimpagem da exceção tem conduzido ao negativismo autofágico, parceiro da autoflagelação, alternado com prazer de nirvana em focalizar só o que dá errado. Grande parte da produção jornalística e acadêmica é processada numa usina de ódio ao país. Depois do futebol, o esporte mais popular é o chute no orgulho nacional. País magnânimo, o Brasil merece ser tratado com generosidade e respeito pelos que escrevem sobre ele.

A revista *Bonifácio* surge com a linha editorial de salientar o Brasil profundo, cheio de problemas e soluções, de excelências e exceções, uma civilização que encerra, como qualquer outra, dificuldades que exigem não só denúncia ou diagnóstico, mas transformação renovadora. Situando-se num ponto de equilíbrio entre o pensamento que constrói sua reputação destruindo a do país, e a visão cor-de-rosa que ao longo da história recebeu o carimbo de áulica e chapabranda.

Bonifácio instala-se como uma voz de divulgação das grandezas nacionais, a destacar com ênfase tudo o que o país tem de bom.

A revista é uma publicação do Instituto José Bonifácio, homenagem ao brasileiro que, segundo o romancista Machado de Assis, honrou a Humanidade. Recém-fundado por uma ampla frente de ativistas empenhados em incentivar o debate acerca da reconstrução nacional, mediante a retomada do projeto de um país ativo e próspero, o Instituto José Bonifácio acredita no Brasil e prega um modelo de desenvolvimento autônomo que garanta o bem-estar material e espiritual do povo brasileiro.

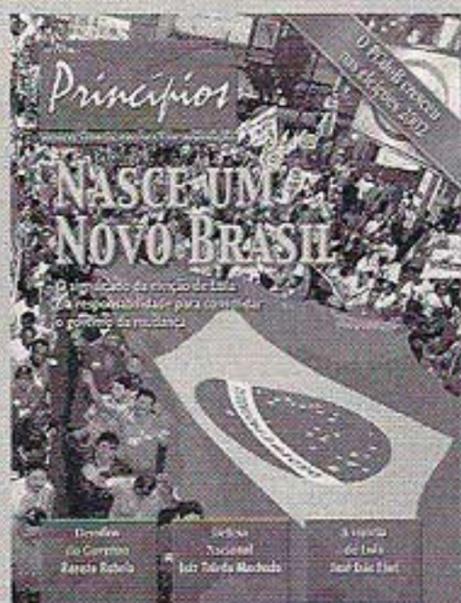
A postura positiva de *Bonifácio* não se confunde, no entanto, com doutrinas de restrição nativista, nem com a xenofobia caolha que fecha as fronteiras físicas e espirituais de um país às conquistas da Humanidade. Mas acreditamos que só quem gosta do Brasil pode mudá-lo – para melhor.



Sérgio Buarque de Gusmão

Princípios

Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo



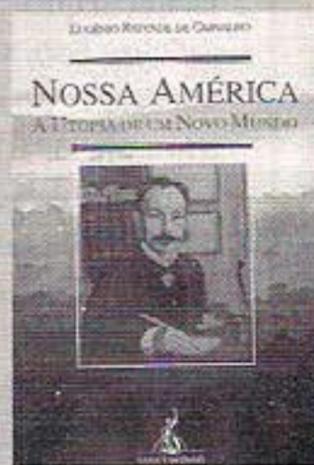
PROMOÇÃO

Assine *Princípios* por dois anos (8 edições) e ganhe o livro *Nossa América: A Utopia de um Novo Mundo* e, também, uma camiseta bordada.

Na assinatura anual ou especial de *Princípios*, ganhe o livro *Nossa América: A Utopia de um Novo Mundo*.

*Nossa América:
A Utopia de um Novo Mundo*
Eugênio Rezende de Carvalho

Um meticuloso estudo da obra do intelectual e herói nacional cubano José Martí e seu projeto avançado para nosso continente.



Promoção válida até 31/01/2004

- Assinatura bienal (8 edições) a partir do nº _____ R\$ 55,00
 Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____ R\$ 30,00
 Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____ R\$ 45,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Forma de pagamento:

Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____

Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)

Cartão Credicard/Mastercard, Diners ou Visa _____ código de segurança _____

validade ____ / ____

Data ____ / ____ / ____

_____ assinatura

Os códigos do Império

A política externa dos Estados Unidos – continuidade ou mudança? Cristina Sorenanu Pecequilo, UFRGS, 2003, 423 pp.

A ocupação militar do Iraque amontoa cadáveres de soldados invasores no pântano da guerrilha e dos atentados; a desvalorização do dólar reafirma a estagnação econômica (2003) na maioria dos países da zona do euro; o crescimento do PIB dos EUA bateu no pico de 7,2% (9/2003); o Japão contabiliza US\$ 600 bilhões em reservas e a China, célere, ultrapassa os US\$ 300 bilhões; a Bolívia radicaliza a generalização do sentimento continental antinorte-americano e antineoliberal; Bogotá – pela esquerda – derrota o candidato dos ianques.

Sapatos (ainda) sujos de sangue, nada restara ao secretário de Estado, Colin Powell, aparentemente resignado: “Se a América Latina quer ir à esquerda, que assim seja”; há quem queira ir pela direita, declarou. “Realismo”?

Sobre isso, vejamos um resumo das linhas centrais de um debate. No formidável *Vinte anos de crise – 1919-1939*, o historiador Edward Carr interpretava a gênese da ação realista como ênfase no poder irresistível das forças existentes e o credo na inevitabilidade das tendências. Enxergando inépcia na soberania de outrem, o realismo na ideologia das potências hegemônicas vê na soberania dos Estados uma barreira ao gozo de sua própria posição de predomínio.

Trinta anos depois, Harry Magdoff, intitulou seu livro *A era do imperialismo. A economia da política externa dos Estados Unidos* (Hucitec, 1978, p. 21). Lá dissera que as novas características da engrenagem monopolística estadunidense necessitavam de um poder de classe para além da opção “realista”.

Mas a utopia do idealismo wilsoniano seria sempre deplorada pelos geopolíticos realistas, assegura Joseph Nye (*O paradoxo do poder americano*), ideólogo e presidente do Conselho Nacional de Segurança do governo Clinton. Nye, todavia, assume posição “centrista” frente à evolução da política externa norte-americana: sem se constranger com a supremacia atual dos EUA tece em seu livro duras críticas ao “unilateralismo” republicano (Tony Judt, *Política Externa*).

Realismo e idealismo, do ponto de vista da condução doutrinária da América do Norte, em boa hora profundamente reexaminados por Cristina Pecequilo, *A política externa dos Estados Unidos*, e que aqui analisaremos apenas sob dois aspectos. Porque se não é novidade ver as duas vertentes como nucleares na trajetória da inserção imperial, importa situá-las nos padrões evolutivos e identificar com segurança as rotas de vôo da “águia”.

No sentido indicado, o livro é um sofisticado radar: a) o “ninho” (1776, 1861-65, 1865-1889, 1889-1918) reproduz constitutivamente uma nova nação, voraz porta-bandeira da experiência republicana, democrática, liberal e sempre opositora da velha Europa de raízes feudais; b) afora o breve interregno de Woodrow Wilson (1918-1921), no fundamental a tendência isolacionista, ou não “internacionalista”, foi reafirmada até 1945 (Pecequilo, p.p. 25 a 117). Ou seja, se por um lado a Doutrina Monroe (1823), e entre 1897-8 a expansão imperial para o Pacífico (Filipinas) e a Guerra Hispano-Americana (Cuba) marcaram um “padrão histórico” não anexacionista, mas regionalmente sistêmico, por outro: a) Democracia; b) Segurança Coletiva; e c) Autodeterminação, configuravam o núcleo idealista alternativo de Wilson (p. 94).

De outra parte, os EUA, não obstante sua entrada tardia na I Guerra Mundial (1917), foram fundamentais na resolução do conflito em favor da Grã-Bretanha e França e nos esboços de paz. Segundo Pecequilo, ali os EUA assumiram pela primeira vez a liderança ativa e correspondente à sua posição relativa na hierarquia do poder internacional (p. 99).

Insistindo – pois o mais recente da política externa dos EUA é mais conhecido –, não é exagero ver agora ecos das origens imperiais expansionistas: a) o direito divino à expansão; b) a predestinação geográfica; c) o ritmo de crescimento natural dos EUA; d) a expansão recompensada pelo trabalho virtuoso (p. 65). Impressionante: escutam-se hoje os discursos de G. W. Bush!

A reatualização permanente, desde o pós-II Guerra, dos princípios da política externa dos EUA – “inicialmente lançados por Wilson” (p. 122) –, caracterizam-se por: a) a construção da ordem e contenção; e b) a hegemonia e o “internacionalismo”. Ou ascensão, consolidação, e exercício da hegemonia, de “caráter peculiar”, diz Pecequilo. O que se visualiza em sua análise do período da “Guerra fria”, e no posterior.

O estudo de Cristina Pecequilo, que alcança o finalzinho da década passada, é um vasto trabalho de rigorosa pesquisa.

A. Sérgio Barroso

A política externa dos Estados Unidos

Cristina Sorenanu Pecequilo

UFRGS
EDITORA

Paula Beiguelman em nova edição

Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje, Paula Beiguelman, São Paulo, Cortez Editora, 2002, 206 páginas

A nova edição, atualizada e ampliada do livro *Os Companheiros de São Paulo, Ontem e Hoje*, da Profª. Paula Beiguelman, é uma feliz iniciativa da Cortez Editora, que possibilita aos leitores o acesso a um texto clássico da história do operariado de São Paulo. Livro que retrata as históricas lutas e ações do período republicano (nos anos 1889/1920), até aquelas desencadeadas no final de século XX, pelos metalúrgicos do ABC e portuários de Santos, como consequência da implantação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no Brasil. Passado e presente se reencontram em suas continuidades e descontinuidades.

Na primeira parte do livro há um minucioso acompanhamento das lutas operárias no início de nossa industrialização, com destaque para o relato dos processos grevistas que marcaram a constituição do jovem proletariado de São Paulo. Rico no desenho retratado, pode-se ler que “em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, declaram-se em greve em protesto contra os maus tratos do mestre de teares”, cujas arbitrariedades culminaram na expulsão de uma jovem operária. Como essa, muitas são as ações coletivas desencadeadas pelos Companheiros (e companheiras) de São Paulo, visando à regulamentação da jornada de trabalho, aumentos salariais e conquista dos direitos basilares do trabalho, contra a superexploração que grassava (e ainda grassa) em nosso solo industrial. Exemplo mais forte dessa luta está estampada na histórica Greve Geral de 1917, também retratada no livro.

Na segunda parte – e inteiramente nova ⁽¹⁾ – Paula Beiguelman nos oferece exemplos das lutas atuais da classe trabalhadora. Estamos em acelerado desmonte dos direitos sociais e do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva e das transformações neoliberais desencadeadas por Collor e seguidas à risca por FHC, afetando intensamente o mundo do trabalho. Depois de uma década de forte expansão das lutas sindicais, como durante os anos 80, quando houve um enorme volume de greves e presenciou-se a constituição da CUT e outras centrais sindicais, além do MST, a partir especialmente da década dos 90 estamos vivenciando um cenário fortemente desfavorável aos trabalhadores.

Nestes flashes contemporâneos, como denomina a autora, são retratadas as ações e lutas recentes do ABC

paulista, como as confrontações grevistas na Volks e na Ford, ambas em 1998, procurando contrapor-se à nefasta política de liofilização organizacional das duas montadoras, eufemisticamente chamada de enxugamento pelo ideário dos capitais globais. E cuja consequência mais cruel é a brutal redução de trabalho assalariado, acarretando o agravamento do desemprego e o aumento da precarização das condições de trabalho.

Cansadas da limitadíssima política negocial, as bases metalúrgicas do ABC partiram novamente para o confronto. Numa das greves, na montadora Ford, agiram motivadas pelo anúncio, feito às vésperas do Natal de 1998, por telegrama, de que milhares de metalúrgicos estavam demitidos. Talvez essa seja a singeleza e polidez que marca a política negocial do patronato transnacional automotivo.

Ao discorrer sobre a ação de resistência dos portuários de Santos, Paula Beiguelman oferece elementos de sua luta contra a precarização, a desregulamentação, a privatização e a liofilização dos portos que, para o patronato, implicava também em quebrar o monopólio sindical na contratação dos trabalhadores, vigente no Brasil há mais de 60 anos. Estes exemplos são sintomas claros de retomada das ações de confrontação dos trabalhadores e das trabalhadoras, depois de longo ciclo de desestruturação neoliberal. Que devem configurar uma década bastante tensa.

Se ontem o nosso operariado lutava pela conquista da legislação do trabalho, combatia pelos direitos sociais e por sua emancipação, hoje sua luta tem sido prioritariamente para preservar o que foi conquistado em quase um século de lutas sociais e que o capital, em sua fase mais destrutiva, procura subtrair. E o livro da Profª. Paula Beiguelman, fotografando com vida e sensibilidade as lutas de ontem e hoje, faz uma bela radiografia dos inúmeros embates dos companheiros de São Paulo.

Ricardo Antunes

Nota da Redação

{1} Todos os textos dessa nova parte foram originalmente publicados como artigos de *Princípios*.

PAULA BEIGUELMAN

OS
COMPANHEIROS
DE SÃO PAULO:
ONTEM E HOJE

CORTEZ

Produção industrial: o início da recuperação

A produção industrial brasileira cresceu 4,3% em setembro com relação a agosto (com ajuste sazonal) e 4,2% relativamente a setembro de 2002. No acumulado do ano a produção industrial praticamente não teve variação (aumento de apenas 0,1% em relação ao mesmo período de 2002) e nos últimos doze meses, o registro é de uma evolução de 1,6%.

O resultado de setembro, além de refletir (como em meses anteriores) o excelente desempenho de setores mais voltados à exportação, também resulta da recuperação da produção para o mercado interno.

Por categoria de uso, todos os segmentos tiveram expressivas taxas de crescimento na comparação com o mês de agosto, com destaque para bens de capital (8,0%). Este setor acusou também o maior aumento dentre as categorias de uso na série mensal (8,6%, em relação a setembro de 2002), puxado pelo dinamismo do setor agrícola.

Outro destaque foi a recuperação do segmento de bens de consumo duráveis que cresceu 5,1% com relação a agosto e 4,9% frente ao mês de setembro de 2002. Puxaram esse crescimento a produção de eletrodoméstico (11,7%) e produção de automóveis (8,7%), em ambos os casos na comparação com setembro de 2002.

Nossos indicadores de tendência apontam uma mudança do ciclo de produção industrial em setembro do corrente ano, após 2 meses – julho e agosto – de estagnação. Esses resultados se seguem a um processo de retração iniciado em janeiro de 2003. Os indicadores mostram uma reativação generalizada, vale dizer, ela se dá tanto em termos das classes de indústria como das categorias de uso. O crescimento é ainda suave. Porém, a persistirem as expectativas favoráveis dos empresários e dos consumidores, a produção física industrial deverá terminar o ano com resultado positivo, ainda que modesto.

Em suma, os resultados indicam o início da retomada do crescimento industrial. A continuidade e a força desta recuperação dependerá do prosseguimento no corte da taxa de juros, que permanece em um patamar extremamente elevado, e da retomada dos investimentos.

O comportamento favorável da produção industrial em setembro refletiu o dinamismo das exportações brasileiras bem como da flexibilização da política monetária, iniciada em junho, sobre as expectativas dos agentes econômicos. O declínio gradual dos juros, ao lado da adoção de medidas de estímulo à concessão de crédito, da redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns setores da indústria e do recuo da inflação contribuíram para a geração de um ambiente mais favorável ao consumo mediante a ampliação do endividamento, com efeitos positivos sobre a produção de bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários.

Carta IEDI

(Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)

São Paulo/SP

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira

Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Pedro de Oliveira e Aloisio Sérgio Barroso

Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Silvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto – correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Projeto Gráfico: Flávio Nigro

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisóni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira

PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA - SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; FNAC: Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; Banca GV: Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; Banca do Estadão: Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; EDUSP: fone 3818-4008; Emporium Cultural Vergueiro: Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; Banca Ana Rosa: Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; Banca Paulista: Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; Banca Paraíso: Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; Banca Central: Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; Banca Silvio Romero: Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; Banca Liberdade: Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; CPV: Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; Banca Pedro Soares: R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. ACRE: Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. MACEIÓ: Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. MANAUS: Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. MACAPÁ: Rua Jovino Dinor, 2510 - fone: 241-4450. BAHIA: Rua do Salete, 330 - fone 328-6828. FORTALEZA: Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. BRASÍLIA: SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. VITÓRIA: Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. GOIÂNIA: Rua 232, 50 - fone 224-6372; Banca do SESC: Av. Universitária, esq c/rua 260; Banca Universitária I: Av. Universitária, 1140; Banca Universitária II: Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; Banca do Dy: Rua 09, 574 - fone 225-7920; L e R Revistaria Hoje: Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. SÃO LUIS/MA: Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. MINAS GERAIS: Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. CAMPO GRANDE: Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390. CUIABÁ: Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. BELÉM: Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430. JOÃO PESSOA: Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. RECIFE: Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; Livromagazine: Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; Livraria Modelo (Shopping Center Recife): fonofax 465-5919; Shopping Tacaruna: fonofax 421-6460 e Shopping Guararapes: fonofax 468-4426; Livraria Imperatriz: Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; Livraria Síntese: R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; Livraria Potylivros: Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; Livraria Sodiler: Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; Bazar 494: R. da Hora, 456 - fone 241-9842; Livraria 1001 Livros: R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; Banca Globo I: Av. Guararapes - fonofax 224-0317; Banca Destaque: Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; Box Viva Ler: Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins: Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. TERESINA: Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. CURITIBA: Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. RIO DE JANEIRO: Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303. NATAL: Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; Cigarreira o Revistão: Rodoviária - fone 231-2765; Cigarreira Calçado: Centro; Cooperativa Cultural da UFRN: Centro de Convivência - Campus Universitário. PORTO VELHO: Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545. BOA VISTA: Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. PORTO ALEGRE: Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. FLORIANÓPOLIS: Pça Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. ARACAJÓ: Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; Banca São Francisco: Pça. Olimpio Campos; Banca Ponte do Imperador: Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escaniz: Shopping Jardins Ij. 81/83; Livraria Universitária: Didática I (UFS); Livraria Minuano: Didática II (UFS). GURUPI/TO: Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

**Reescrevendo
o Futuro.
Ensinando a
escrever muitas
histórias felizes.**

**25 mil
alfabetizados
em todo o Amazonas.**

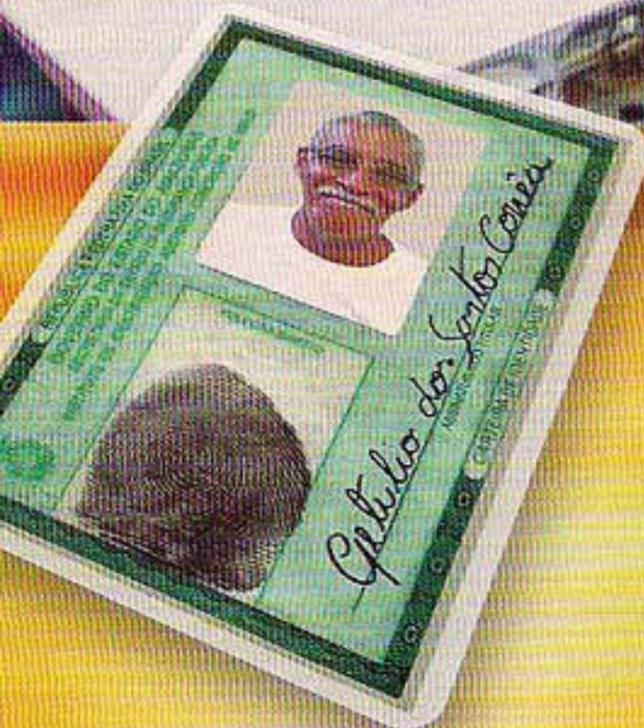
Histórias como a do seu Getúlio que, aos 63 anos, realizou o grande sonho de aprender a ler e escrever e, como ele mesmo disse, "finalmente sair da escuridão".

E o exemplo do seu Getúlio é a prova de que não existe realidade que não possa ser mudada, sonho que não possa ser realizado e problema para o qual não haja solução.

Em apenas um ano, o Governo do Amazonas, em parceria com o Governo Federal e municípios, está mudando a vida de 25 mil pessoas, no maior programa estadual de alfabetização já realizado no Brasil: o Reescrevendo o Futuro que, em 4 anos, sob coordenação da Universidade Estadual do Amazonas, tem como objetivo erradicar o analfabetismo no Amazonas.

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS


GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS
O trabalho faz a diferença.



Um outro mundo é possível Um outro Brasil é necessário

A primeira edição do Fórum Social Brasileiro (FSB) reuniu cerca de 20 mil pessoas em Belo Horizonte (MG). Nos seus quatro dias foram realizadas uma entusiástica passeata e mais de duas centenas de atividades entre conferências, mesas de diálogo e controvérsia, oficinas e seminários.

A busca de alternativas para o Brasil, o combate ao imperialismo, a defesa da paz e o fortalecimento dos movimentos sociais pautaram as discussões, que apresentaram a singularidade da prática política do país: uma convivência frutífera entre os partidos progressistas e movimentos.

Agora, os brasileiros se preparam para participar do 4º Fórum Social Mundial, a ser realizado de 16 a 21 de janeiro de 2004 em Mumbai (Índia).



ISSN 1415-7886
9 771415 788005

